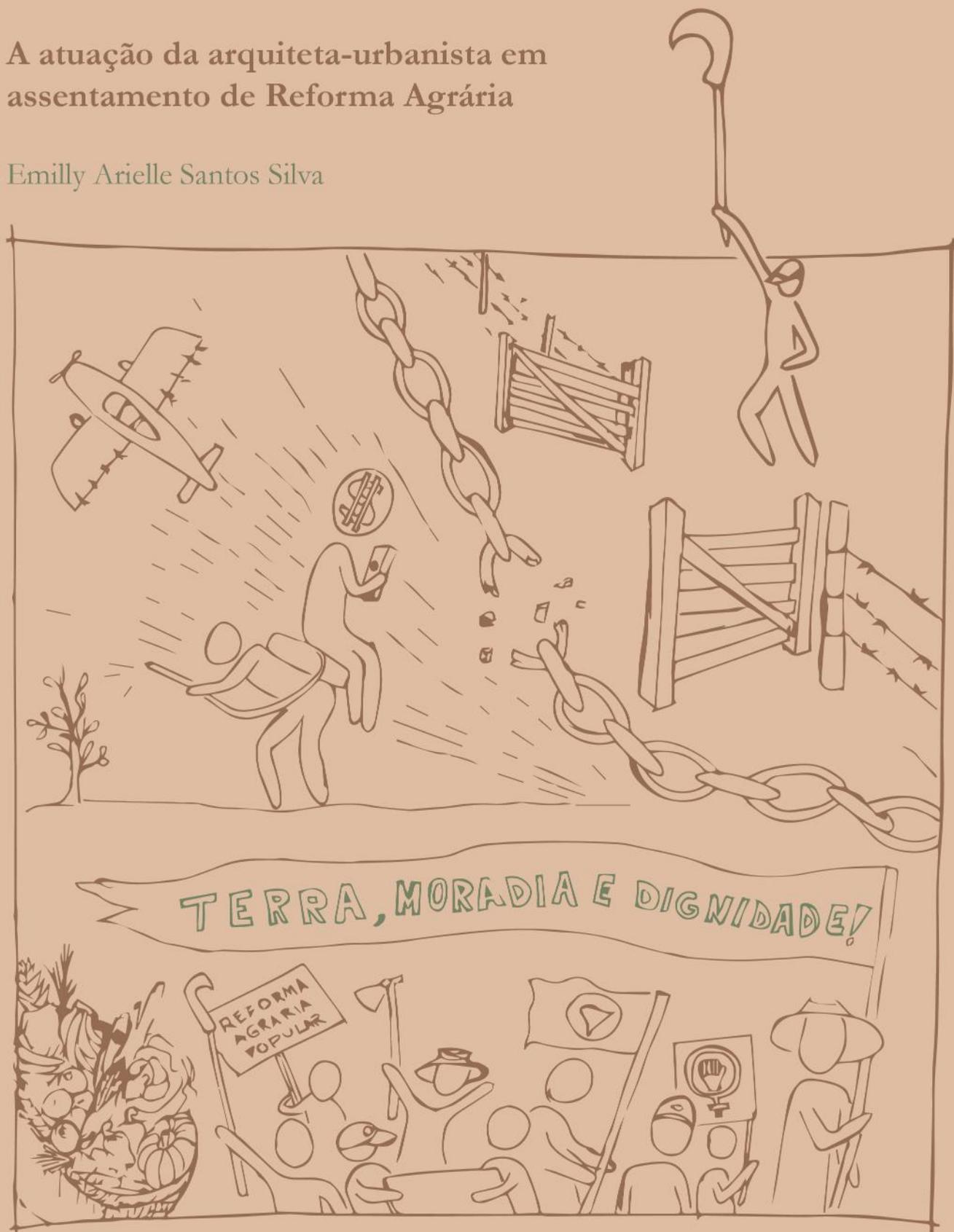


ROMPER A CERCA, SEMEAR O CHÃO:

A atuação da arquiteta-urbanista em
assentamento de Reforma Agrária

Emilly Arielle Santos Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CAMPUS LARANJEIRAS

Emilly Arielle Santos Silva

**ROMPER A CERCA, SEMEAR O CHÃO: A ATUAÇÃO DA ARQUITETA-
URBANISTA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA**

Laranjeiras

2021

EMILLY ARIELLE SANTOS SILVA

**ROMPER A CERCA, SEMEAR O CHÃO: A ATUAÇÃO DA ARQUITETA-
URBANISTA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado/a em: 15 / 12 / 2021

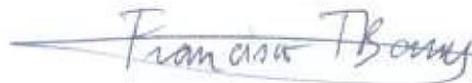
Banca Examinadora:

Ana Maria de Souza Martins Farias

Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Souza Martins Farias
Orientadora



Prof. Dr. Márcio da Costa Pereira
Examinadora Interna



Prof. Dr. Francisco Toledo Barros Diederichsen
Examinadora Externa

LARANJEIRAS-SE
2021

Ao saber popular de todas e todos agricultores-
construtores do campo. Em especial aos do meu
voinho Agostinho (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

À **mainha, painho e Lu**, por me darem todo o suporte e mimo necessário para que eu desenvolvesse este trabalho da melhor forma possível. Obrigada por estarem presentes e sempre dispostos a me apoiar! À toda minha família que acredita em mim, até mais do que eu mesma. Além de compreenderem minhas ausências recentes, que serão compensadas a partir de agora.

À **Giovanni**, por ser atencioso até aos meus monólogos mais confusos sobre minha pesquisa, e, por não esconder seu encantamento por tudo que faço. Obrigada por estar ao meu lado, assim tudo fica mais leve e fácil!

À **Nathaly e Karol**, que nunca me deixam esquecer do quanto somos potentes e incríveis desde pequenas! Fico muito feliz de passar por mais essa etapa da vida juntinha de vocês.

À panelinha mais emocionada, reclamona e afetuosa. **Dani, Daniel, Natália, Edu, Júnior e Julia**. A caminhada da universidade só foi possível porque o perrengue foi sempre compartilhado e transformado em piada. Vocês são 10! Obrigada por todos as experiências, aprendizados e sentimentos que vivemos juntos.

À **Universidade Federal de Sergipe** e, especialmente, à **extensão universitária popular**. Não poderia deixar de mencionar e agradecer a educação pública de qualidade que tive a oportunidade de receber. Ainda mais pelo grande incentivo dado às atividades de extensão, pois elas representam a minha definição verdadeira de sala de aula!

Ao nosso centro acadêmico, **CRIAR**, lar das minhas primeiras inquietações e experiências. Foi incrível poder ter contribuído no desenvolvimento de diversas atividades disseminadoras de boas discussões e práticas.

Ao nosso escritório modelo, o gigante **Trapiche!** Com certeza fazer parte da construção deste EMAU é o maior orgulho da trajetória da minha graduação.

À todas **as trapicheiras** que tive a oportunidade de dividir momentos incríveis de formação e de prática. Vocês são essenciais, o Trapiche é essencial! E viva à extensão universitária popular de base estudantil!

Ao professor **Márcio**, orientador do Trapiche, por encarar a missão de construir a extensão popular junto com a gente. Obrigada por estar aberto às nossas inquietações, enquanto alunos, e por crescer junto com a gente em prol da assessoria técnica popular!

À minha orientadora, **Ana Maria**, que aceitou me acompanhar nessa jornada e a quem nutro grande admiração. Obrigada por se empolgar com minha pesquisa e nunca desencorajar minhas ideias, mesmo as mais improváveis e complicadas de serem adequadas às condições reais que tínhamos.

Canção da Terra - O Teatro Mágico

*Tudo aconteceu num certo dia
Hora de Ave Maria, o universo vi gerar
No princípio o verbo se fez fogo
Nem atlas tinha o globo
Mas tinha nome e o lugar*

Era Terra, Terra, Terra, Terra

*E fez o criador a natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar*

*Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar*

Pela terra, terra, terra, terra

*Madre terra nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Ser sem-terra, ser guerreiro
Com a missão de semear*

A terra, terra, terra, terra

*Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar*

*Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar*

À terra, terra, terra, terra

Pedro Munhoz

RESUMO

Romper. O verbo que inicia o título deste trabalho carrega a intenção de sua elaboração. Pois, para abordar sobre a atuação do profissional em Arquitetura e Urbanismo em assentamentos de Reforma Agrária, é necessário romper com a alienação que este campo vive em relação às questões do campo e de suas relações com a cidade. Assim, a pesquisa tem como objetivo a discussão de uma metodologia de atuação para arquitetos-urbanistas nestes territórios. Para isso, inicialmente foi feita a revisão bibliográfica acerca da relação entre direito à terra e à cidade, e, também, do histórico e dificuldades do campo da ATHIS. Já em um segundo momento, o trabalho se ocupa de analisar como se dá a produção e o planejamento do habitat da reforma agrária, principalmente no que diz respeito a relação entre o sujeito técnico e o sujeito camponês. Evidenciando que há uma ruptura no processo de planejamento e produção, a partir da intervenção do Estado, através dos técnicos, que desconsideram a organização sócio-política e o saber popular existente nestas comunidades. Assim, o trabalho aponta na direção de traçar uma metodologia dialógica, baseada na Metodologia Camponês a Camponês, para guiar o modo de atuação deste profissional. O resultado das adaptações metodológicas foi compilado e sistematizado didaticamente em formato de cartilha.

Palavras-chave: Assessoria técnica; Assentamentos de Reforma Agrária; Habitat rural; Direito à terra e à cidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 2

1 DIREITO À TERRA E À CIDADE | 10

1.1. As terras de pindorama | 12

1.1.1. Terra e trabalho | 12

1.1.2. A luta dos sem-terra | 15

1.2. Terra para produzir e viver | 25

1.2.1. Cidadania para os “sem-cidade” | 29

2 ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA | 34

2.1. ATHIS: uma breve contextualização | 36

2.1.1. O caminho e o discurso | 36

2.1.2. A prática e o horizonte | 40

2.2. ATHIS na cidade, e no campo? | 45

2.2.1. Arquitetos-urbanistas e a técnica colonizadora | 46

2.2.2. Reflexões metodológicas para o campo | 49

3 O CAMPO ENQUANTO CAMPO PARA ARQUITETURA E URBANISMO | 56

3.1. O Habitat da Reforma Agrária: Planejamento e produção | 59

3.1.1. O modo de fazer camponês | 62

3.1.2. O modo de fazer do Estado | 68

3.1.3. O caso do Assentamento Rosa de Luxemburgo, Estância/SE | 73

3.2. Habitats saudáveis: Arquitetura e Agroecologia | 81

3.2.1. A metodologia Camponês a Camponês | 87

4 O TÉCNICO, A TÉCNICA E A LUTA | 93

4.1. “Por uma construção também agroecológica” | 95

4.1.1. O que pensam os camponeses e técnicos? | 97

4.1.2. Assessoria técnica e a construção agroecológica | 99

4.2. O técnico e a autonomia popular | 105

4.2.1. Adaptações metodológicas | 108

4.2.1. Reflexões para a prática profissional | 111

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 113

REFERÊNCIAS | 121

APÊNDICES | 125

A | Semiestrutura das entrevistas | 125

B | Entrevistas | 127

C | Cartilha | 140

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

No Brasil, ainda prevalece a dicotomia na classificação dos espaços rurais e urbanos, que reforçam a ideia de que o campo está em processo de desaparecimento por força da avassaladora urbanização (Veiga, 2004). A vinculação do conceito de modernidade ao urbano e do arcaico ao rural, refere-se ao campo como um espaço residual ou ainda a ser urbanizado. Segundo Valadares (2014), o próprio Estatuto da Cidade e os Planos Diretores colaboram e consolidam o entendimento do rural como um banco de terras à disposição do crescimento da malha urbana. Herança de um urbanismo que reduz o que é cidade aos núcleos urbanizados de seus municípios. Dessa forma, a produção da habitação e do habitat nas áreas rurais brasileiras ainda permanece enquanto um território desconhecido para os pesquisadores e profissionais de Arquitetura e Urbanismo. Estas contradições envolvendo as tentativas de se estabelecer um limite preciso entre os territórios em questão, que os números estatísticos não conseguem compreender completamente, evidencia que há um território invisibilizado.

O aprofundamento dessa discussão revela a emergência do tema e a visibilidade de novos sujeitos sociais. É importante lembrar que as periferias urbanas apresentam paisagens e conflitos com características tipicamente rurais, além de que, em ambos os territórios a luta pela terra é permanente (Silva, 2011). A desigual distribuição de terras no Brasil possui raízes profundas firmadas desde o período da colonização, de forma que a luta contra a desterritorialização, grilagem e outras injustiças sociais se mantêm firmes até os dias de hoje. Do Estatuto da Terra (1964) até a Constituição Federal de 1988, podem ser ressaltados vários ganhos legais¹ resultantes de inúmeras lutas camponesas. No entanto, as tentativas de implementação dos planos de distribuição de terras sempre se mostraram muito tímidos e pouco revolucionários na prática.

Das estratégias utilizadas na tentativa de garantir o acesso à terra, destaca-se aqui a política de implementação de **Assentamentos de Reforma Agrária**, que busca distribuir terras a famílias camponesas por meio de desapropriação ou compra de fazendas improdutivas. Porém, estas ações são pulverizadas e pouco abrangentes, não contribuindo substancialmente para a alteração da estrutura fundiária do país. Mesmo os governos que

¹ Refere-se a conquistas como o artigo 184, que afirma ser da competência da União a desapropriação de terras rurais que não estejam cumprindo a função social da propriedade, para fins de reforma agrária.

apoiavam declaradamente a luta do povo sem-terra não foram capazes de fazer com que o Brasil se destacasse na efetivação de sua política de Reforma Agrária, ocupando hoje a 17ª posição dentre os países da América Latina² nesse quesito. Atualmente, o país enfrenta uma realidade preocupante, na qual os ativistas e defensores da distribuição igualitária das terras têm sido atacados e as instituições e programas públicos responsáveis por esse processo estão sendo desmontadas. A partir de 2018, o novo governo brasileiro prometeu acabar com todo ativismo³ e tipificar a luta pela terra e por moradia como terrorismo⁴, além de defender a facilidade de acesso a armamento, incitando mais ódio em uma luta que já é bastante sangrenta.

No histórico da luta pela terra, os camponeses se fortaleceram com o apoio de diversos sujeitos – líderes sindicais, religiosos, advogados, dentre outros. E ressalta-se também o papel dos técnicos, principalmente das ciências agrárias e ambientais, que acompanham por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). Estes dois programas buscam prestar assessoria técnica não só a produção dos assentados, mas também o processo de criação, implantação e desenvolvimento destes territórios. A política de assistência técnica rural faz parte de um pacote de política pública que busca garantir o suporte às famílias, ou seja, segurança alimentar, geração de renda, fomento ao processo produtivo e implementação de infraestruturas básicas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, moradia, estradas, etc. (Cerqueira, 2009).

No entanto, durante o planejamento e desenvolvimento dos habitats da reforma agrária brasileira, **não há uma especificação acerca do envolvimento de técnicos da arquitetura e do urbanismo nesses trabalhos.** Tendo em vista a dissociação histórica da imagem desses profissionais não só com os problemas dos camponeses, mas com os problemas dos pobres, em geral.

Já em um passado recente, no cenário positivo de democratização do acesso à um habitat saudável, o Brasil traçava seus caminhos para a garantia da Assistência Técnica à

² Segundo índice comparativo proposto por Miguel Carter em “As reformas Agrárias na América Latina: índice comparativo”. In: Experiências históricas de reforma agrária no mundo (vol. I), pg. 35, 2020.

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/organizacoes-repudiam-fala-de-bolsonaro-contra-ativismos.shtml>. Acesso em julho de 2021

⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/como-a-criminalizacao-do-ativismo-enfraquece-a-democracia/>. Acesso em julho de 2021

Habitação de Interesse Social (ATHIS). Sancionada em 2008, a Lei nº 11.888 assegura o direito de famílias de baixa renda o acesso aos serviços dos profissionais da área de arquitetura, urbanismo e engenharia, sejam elas residentes de área urbana ou rural. Embora tenha passado mais de uma década de sua elaboração, ainda há inúmeros desafios para a sua implementação, principalmente dentro de contextos tão distantes da atuação desses profissionais. A dificuldade de compreensão do papel da assistência técnica está vinculada ao imenso abismo de separação que foi cultivado ao longo do tempo entre quem projeta e quem constrói, além, é claro, da indiscutível elitização da profissão. Ao arquiteto foi atribuído um papel que, ao entrar em contato com a realidade dos sem-terra ou dos sem-direito, sejam eles da cidade ou do campo, entra em conflito pelo seu descolamento em relação aos problemas reais que afetam a maior parcela da população.

É sabido que há, de forma geral, um problema de comunicação entre camponeses e técnicos, sejam eles arquitetos-urbanistas ou não. Sobre este aspecto, o educador e filósofo brasileiro, Paulo Freire, desenvolve um livro, intitulado *Extensão ou comunicação?* (1985). Neste texto, o autor defende o trabalho do agrônomo que atua na extensão rural como o de um educador popular, atribuindo à prática da assistência técnica outra dimensão – a dimensão pedagógica. A partir da análise semântica do termo extensão, tece críticas em relação ao modo de atuação da assistência técnica com propósito de invasão cultural.

A crítica ao modo de atuação da extensão rural recaí sobre o seu método de atuação alienante, no qual os camponeses são tratados como agentes passivos que receberão uma solução técnica de forma impositiva. De modo que, geralmente, ocorre o equívoco de não visualizar a técnica como histórico-socialmente condicionada e, portanto, destituída do aspecto da neutralidade (Freire, 1985). Estando, assim, o agente técnico suscetível a atuar de forma antidialógica, sem considerar o agente camponês enquanto sujeito ativo no processo de assessoria e assistência técnica. Ao invés de traçar esforços no caminho dialógico da educação popular, que, através da problematização do homem-mundo, possibilita que estes indivíduos aprofundem seu nível de consciência na e com a realidade que vivem (Freire, 1985).

Sendo assim, este trabalho surge da necessidade de **romper as cercas e semear o chão do campo da arquitetura e do urbanismo** - sendo as **cercas**, os protocolos formais da prática do ofício e sua elitização enraizada, bem como os conceitos e ideias que desconsideram o viver bem em áreas que não se enquadram nos moldes definidos como

urbano; e o **chão**, como o receptáculo de sementes para o futuro, a formação de profissionais comprometidos com a atuação social e política, vinculada sempre à realidade da sociedade. Nesse sentido, é importante ressaltar a potencialidade da lei de assistência técnica, pois ela enseja o engajamento profissional para territórios que outrora nem sequer eram tidos como um problema, possibilitando a ampliação da atuação para além dos moldes padronizados e exigidos pelo “mercado tradicional”.

Ressalta-se também a questão de gênero incluída no título deste trabalho. Trata-se de uma decisão política de reforçar a presença da mulher arquiteta-urbanista, incluindo a própria autora deste trabalho. Já que, embora representem mais de 63% dos registros nacionais no Conselho de Arquitetura e Urbanismo⁵, o campo profissional segue majoritariamente masculino. Sendo os cargos do conselho ocupados em sua grande maioria por homens. Não cabe estender a discussão no decorrer do trabalho, apenas pontuar este outro aspecto a ser rompido no campo da Arquitetura e do Urbanismo.

O objetivo principal deste trabalho é discutir uma metodologia de assessoria técnica em assentamentos de reforma agrária para arquitetas-urbanistas com base na metodologia Camponês a Camponês⁶. No processo de discussão, os objetivos específicos que levaram ao objetivo geral são: constatar as particularidades do habitat da reforma agrária a partir do histórico da luta por terra e trabalho livre; identificar as discrepâncias entre os princípios da Agroecologia e a produção do habitat realizada pelo Estado através da análise do caso do Assentamento Rosa de Luxemburgo (Estância/SE); e, por fim, compreender a relevância e modo de atuação do profissional de Arquitetura e Urbanismo em Assentamentos de Reforma Agrária.

Para atingir os objetivos descritos acima, será desenvolvida uma análise da produção dos espaços no campo a partir do estudo de caso do Assentamento Rosa Luxemburgo, situado em Estância (SE). Esta análise busca captar a forma de atuação do Estado na efetivação de programas que garantem acesso à habitação, infraestrutura e serviços a partir do relato dos próprios camponeses, colhido por meio de entrevistas semiestruturadas⁷. O

⁵ Dados de 2019, segundo o CAU/BR. Para mais informações, ver: <https://www.caubr.gov.br/inedito-visualizacao-completa-sobre-a-presenca-da-mulher-na-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: novembro de 2021.

⁶ Esta metodologia é utilizada por técnicos da agroecologia em muitos assentamentos de reforma agrária. Ela serve como base para a disseminação horizontal na transição agroecológica da produção, sem o caráter tecnocentrista dos métodos convencionais de assistência técnica.

⁷ Devido à situação político-sanitária, as entrevistas foram adaptadas ao meio remoto para a segurando dos entrevistados e da autora. Além disso, as limitações também são refletidas no número de relatos, não sendo

Assentamento Rosa de Luxemburgo foi escolhido por apresentar algumas peculiaridades em relação a sua organização espacial, sendo retratado um cuidado mínimo no seu processo de implementação. Além de estar relativamente mais próximo, não só geograficamente, mas pela facilidade de acesso à suas lideranças, principalmente.

A partir das entrevistas com os elementos-chaves sobre o processo de planejamento e produção de seu assentamento, a abordagem se modela para traçar outras possibilidades metodológicas. Assim, será iniciada a pesquisa sobre a metodologia Camponês a Camponês (CaC), abordando uma breve contextualização seguida de relatos das experiências concretas vividas no próprio Assentamento Rosa de Luxemburgo. Com a sistematização destes dados, serão desenvolvidas as potencialidades e adaptações necessárias para a aplicação dessa metodologia para o desenvolvimento de ATHIS nesses territórios.

A seguir, apresenta-se a estrutura do trabalho e um breve resumo da discussão que será desenvolvida em cada capítulo.

No primeiro momento, será apresentado um breve histórico da luta pela terra no Brasil, tendo em vista que, para compreender a realidade dos camponeses é necessário adentrar nas questões fundiárias que permeiam a luta desses povos. O foco da análise histórica está na relação entre terra e trabalho, buscando compreender a raiz dos conflitos que permanecem aterrados no campo até os dias de hoje. Após compreender a trajetória da luta pelo direito à terra, será iniciado um debate sobre o entrelaçamento deste direito com o direito à cidade, aprofundando e dando a amplitude necessária da palavra cidadania para os habitantes do campo.

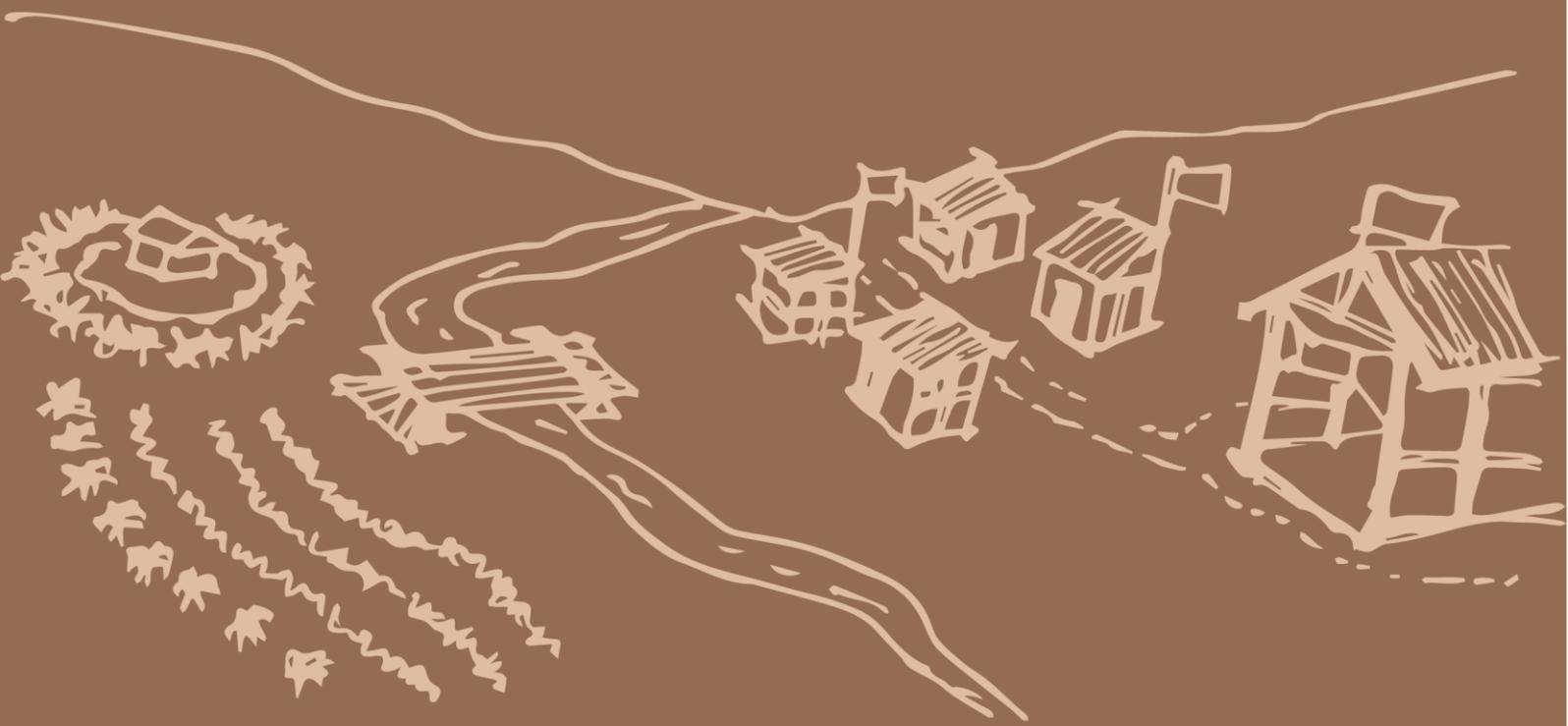
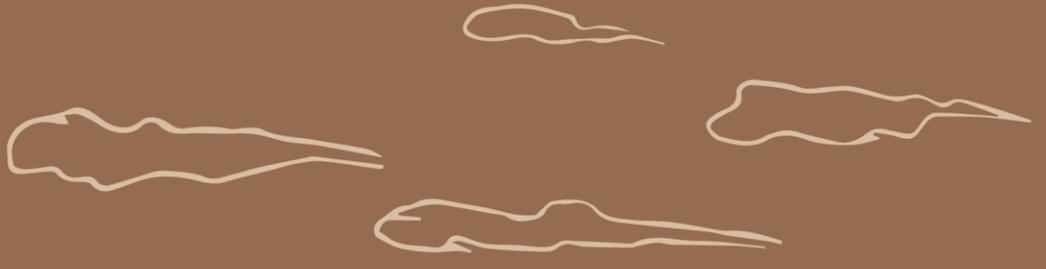
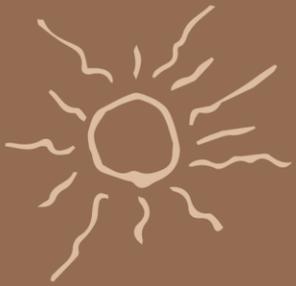
No capítulo seguinte, a pesquisa se debruça sobre a “Lei de Assistência Técnica” (lei nº 11.888/2008), buscando compreender o contexto de sua criação e os motivos que levaram a sua ineficiente aplicação na atualidade. Neste contexto, são abordadas as dificuldades enfrentadas em compreender o papel do assessor técnico e romper com formas de atuação que reproduzem um modelo mercadológico e assistencialista da habitação de interesse social. Após se inteirar sobre a abrangência dessa atuação profissional, é apresentado o recorte a ser trabalhado: a assistência técnica para os povos do campo, mais especificamente, os assentados de reforma agrária. A partir de então, busca-se questionar o preparo dos “especialistas das cidades” para lidar com este ambiente desconhecido.

expressiva em termos quantitativos. No entanto, em termos qualitativos, foram escolhidas pessoas que são considerados elementos-chave para o território em discussão, como lideranças e camponeses mais proativos.

Adentrando-se na discussão entre a constituição do campo enquanto um campo possível para arquitetura e urbanismo, o terceiro capítulo discute, inicialmente, os desencontros entre as políticas públicas e as necessidades dos camponeses na produção do habitat rural. A partir de então, busca-se defender a dimensão agroecológica da arquitetura como técnica e metodologia para a atuação neste território.

O último capítulo aborda a atuação do arquiteto-urbanista enquanto técnico em meio a luta dos movimentos sociais do campo. Através das entrevistas semiestruturadas com alguns elementos-chave do Assentamento Rosa de Luxemburgo, estes sujeitos foram selecionados por serem importantes e relevantes para a comunidade, além de conhecerem o processo de consolidação da comunidade. Assim, por meio de uma análise da aplicabilidade da metodologia Camponês a Camponês, será proposta uma adaptação a fim de viabilizar sua aplicação também na construção de habitats saudáveis. Por fim, será discutida a formação profissional alinhada com as necessidades da atuação social e política comprometida com a realidade.

DIREITO À TERRA E À CIDADE



1 DIREITO À TERRA E À CIDADE

1.1. As terras de pindorama

O território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tictac do relógio no seu deslocar temporal, nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Lá, o fluir da história está contado pelo passar das "luas" e pela fala mansa dos mais velhos registrando os fatos reais e imaginários. (Oliveira, 1994, p.15)

O processo de ocupação e interiorização do país, bem como seu desenvolvimento, possuem como marca os conflitos sociais e territoriais presentes até os dias de hoje. O Brasil carrega o peso de ter seu processo de reconhecimento pelo mundo associado à dizimação dos seus nativos e a apropriação violenta das terras de pindorama. Essa é a “primeira luta entre desiguais”, uma luta que nunca mais cessou na história do país (Oliveira, 1994). A luta das nações indígenas contra a sociedade europeia capitalista para defender o seu território do “espaço-prisão do capital” (Oliveira, 1994).

Para compreender a luta pela terra no Brasil, é necessário retomar as raízes desta primeira apropriação territorial violenta, que derivou tantas outras que se seguiram e ainda permanecem acontecendo nas dobras do vasto território nacional. A discussão sobre as terras brasileiras foi dividida em dois tópicos, que representam momentos que se complementam: a primeira parte tem como foco central a transformação da terra livre em propriedade privada, a partir da Lei de Terras e do fim da escravidão; e a segunda se debruça sobre o histórico da luta dos que não tiveram oportunidade de acesso à terra, desde Canudos e Contestado até a atualidade.

1.1.1. Terra e trabalho

Durante as primeiras décadas de colonização, até 1532, as terras brasileiras serviam apenas como escala para os navios portugueses, com algumas feitorias instaladas no litoral e a exploração do pau-brasil e dos animais exóticos que aqui viviam (Morissawa, 2001). Logo após ter o território brasileiro dividido em largas faixas de terra - as capitâncias hereditárias, entra em vigência o regime sesmarial e o início da interiorização da exploração. As sesmarias consistiam em uma fração da capitania hereditária que era concedida à nobres portugueses, que possuíam o título de posse. Dessa forma, pouco a pouco, os sesmeiros

iam tomando o território indígena, tentando domá-los, escraviza-los e/ou dizima-los, quando oferecessem muita resistência. Até que, a partir do século XVII, passaram a substituí-los pelos escravos africanos.

A concessão de terras nas sesmarias impossibilitava a legalização da ocupação dos terrenos “de quem não fosse branco, puro de fé e senhor de escravos” (Martins, 1979). Durante a vigência do trabalho escravo, a terra praticamente não possuía nenhum valor. O poder econômico dos fazendeiros se manifestavam através da capacidade de possuir escravos, já que estes eram quem produzia sua riqueza. Sendo assim, a terra sem trabalhadores não representava diretamente o poderio dos donos de terra, pois esta valia muito pouco em termos econômicos, “enquanto isso, independente da terra, o trabalhador era um bem precioso” (Martins, 1979).

O regime de sesmarias permaneceu em vigência até a independência do país, em 1822. No entanto, só a partir da crise do trabalho escravo é que há a criação de uma legislação sobre a propriedade da terra. Na conjuntura de expansão dos créditos e dos cafezais, o resultado ficou evidente na elevação do preço do escravo, fazendo com que a tributação crescesse desproporcionalmente à produtividade do trabalho cativo. Assim, perante a inevitável abolição da escravatura, com a cessação do tráfico negreiro e a implementação da política para a imigração dos colonos, em 1850 é criada a Lei de Terras (Martins, 1979). O surgimento da regulação não aconteceu por acaso, e sim motivado pela quantidade exorbitante de terras devolutas⁸, que estariam sujeitas para a livre ocupação, tanto pelos libertos, quanto pelos imigrantes que logo mais chegariam ao Brasil. Assim, legislação estipulava que os títulos de posses destas terras só seriam garantidos por meio da compra.

A renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que, no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no

⁸ Terras devolutas são terras públicas, que não integram e em nenhum momento integrou o patrimônio particular/privado. O termo “devoluta” se refere ao fato da terra ter sido devolvida ou estar sendo devolvida ao Estado. Para mais informações: *O que são Terras Devolutas*. Dicionário Ambiental. ((o)) eco, Rio de Janeiro, ago. 2013. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>>

mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver. (Martins, 1979, p. 49)

O processo de mudança do trabalho escravo para o trabalho livre é definido por Martins (1979) como “mudar para manter”, ou seja, apenas mais uma reinvenção do capitalismo para preservar seu padrão de exploração nas terras brasileiras. O autor também comenta que o trabalho livre já era conhecido amplamente no Brasil, devido à conquista de alforrias, e também os indígenas “administrados” que também já estavam livres dos seus cativeiros. Essas “libertações sem emancipação” (Martins, 1979) gerou uma massa de trabalhadores, que viriam a se tornar agregados de grandes fazendas. Porém, o trabalho livre que nasce da crise da escravidão carrega uma diferença, que está imbricada na relação entre o fazendeiro e o trabalhador, formando um regime que é denominado de colonato.

Diferentemente do regime de trabalho cativo, no qual a jornada de trabalho e as condições desumanas do cativo já definiam a coerção e a manutenção do poder do senhor, no regime do colonato foram desenvolvidas outras estratégias para a manutenção da exploração da força de trabalho (Martins, 1979). Já que, com o trabalho livre, o trabalhador passa a ser juridicamente igual a seu patrão, o que gerou as condições de submissão dos novos imigrantes ao regime foi a impossibilidade de ocupação legítima das terras devolutas. O objetivo dos fazendeiros não era tornar impossível que os trabalhadores livres tornassem proprietários de pequenas glebas, mas fazer com que, para garantir a conquista da propriedade da terra, eles devessem necessariamente se submeter ao trabalho na grande lavoura (Martins, 1979).

Assim, a transição entre o trabalho cativo e o trabalho livre faz surgir a renda territorial, substituindo a renda capitalizada na pessoa do escravo (Martins, 1979). Por fim, o trabalhador deixa de estar submetido à coerção física do cativo, para estar cativo na ideologia de ascensão social por meio do trabalho. Os trabalhadores e trabalhadoras livres, portanto, se submetem às condições de trabalho do regime do colonato, que além de suprir apenas o mínimo para a sobrevivência de suas famílias, também induzia o endividamento, gerando dependência ao fazendeiro. Submisso a uma vaga ideia de um dia poder possuir

um pedaço de chão, “a parte que te cabe deste latifúndio”⁹. E é dessa condição desigual que nasce a capacidade de construir resistência: a luta dos sem-terra – os indígenas, os quilombolas, canudos, contestado – a luta dos “povos do campo, das águas e das florestas”¹⁰.

1.1.2. A luta dos sem-terra

A história da violência no campo não é recente: é talvez um traço da história dos vencidos no Brasil. Contratar jagunços pistoleiros para matar não é um expediente dos grileiros e latifundiários de nossos tempos. A história está repleta de muitos outros exemplos. (Oliveira, 1994, p.19)

Segundo Mitsue Morissawa (org.), em *A História da Luta pela Terra e o MST*, as lutas pela terra no Brasil, no período pós abolição da escravatura até o golpe militar, podem ser divididas em três: as lutas messiânicas (1888-1930), as lutas radicais e espontâneas (1930-1954) e as lutas organizadas (1950-1964). Durante e após a ditadura militar, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, separa os momentos com base no quantitativo da violência dos conflitos no campo (Oliveira, 1994) e as lutas pela reforma agrária (Oliveira, 2007).

As lutas messiânicas, assim são chamadas as revoltas camponesas que possuíam um líder que se conectava a seus seguidores por meio da fé. Canudos – a Terra Prometida (BA) e Contestado (território entre PR e SC) são lutas conhecidas por envolverem milhares de camponeses e também pelos conflitos sangrentos e violentos (Morissawa, 2001). Estes marcos na história da luta pela terra no Brasil trazem dois ensinamentos potentes e contraditórios. São, ao mesmo tempo, memória da enorme capacidade dos oprimidos de resistirem e construírem um espaço livre para serem proprietários coletivos, não só da terra, mas de um tempo e uma lógica não-capitalista; e, também, memória da capacidade brutal que reside no capital, nos capitalistas e nos seus governos repressores (Oliveira, 1994).

⁹ Referência à música *Funeral de um lavrador*, cantada por Chico Buarque de Holanda, parte do poema *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto.

¹⁰ Expressão utilizada por Rodolfo Sertori, em sua tese de doutorado – *Terra, Trabalho e Moradia*. O autor conta que a expressão surgiu durante a plenária final do II Colóquio Habitat e Cidadania, que ocorreu em 2011 na USP de São Carlos. O debate estava debruçado sobre a necessidade do debate sobre o habitar rural conseguir abarcar toda a diversidade dos povos que nele vivem. Ao invés de reduzir a população rural à “pequenos agricultores”, expandir os horizontes e passar a enxergar também os indígenas, quilombolas, seringueiros, pescadores, ribeirinhos, dentre outros – sendo resumidos assim na expressão “os povos do campo, das águas e das florestas”.

Assim como os camponeses nordestinos e sulistas, outras lutas pela liberdade foram travadas durante o mesmo período em todo país. Motivados pela deterioração da relação estabelecida no regime do colonato, os trabalhadores das fazendas de café passaram a organizar greves em protesto às condições de vida e trabalho que se encontravam. No entanto, geralmente estas movimentações se limitavam a uma mesma fazenda, sendo sempre reprimidas pelos fazendeiros, que se movimentaram para impedir o avanço dos grevistas (Oliveira, 1994). Somente a partir da república populista (1930-1964), foram que estas lutas engrossaram o coro, passando a acontecer com mais consistência em todo o território nacional.

Durante o período da história brasileira que o Brasil teve Getúlio Vargas no poder, como também a nova classe hegemônica que o acompanhava (os setores do empresariado industrial e o tenentismo), o país passava por uma crise no modelo agroexportador e o início do seu desenvolvimento industrial. De certo que a política agrária foi um tanto menosprezada pelo programa de governo, principalmente durante o Estado Novo (1935-1945), assim, a estrutura fundiária do país permaneceria inalterada (Morissawa, 2001). Foi nesse momento que os exemplos de Canudos, Contestado e as greves dos colonos dos cafezais passaram a se espalhar mais nitidamente por todo o território nacional. Inicia-se, então, um momento de lutas radicais e localizadas que vão, em um próximo momento, dar origem ao movimento organizado das massas de trabalhadores do campo (Oliveira, 1994). A exemplo desses processos, destacam-se a luta dos posseiros da rodovia Rio-Bahia, a Revolta de Trombas e Formoso (GO) e a guerrilha de Porecatu (PR).

A década de 1950 e 1960 foi o grande marco na história da luta no campo, definido por Morissawa (2001) como a terceira fase da movimentação dos sem-terra antes do golpe de 1964. Esse momento representa a disseminação da organização dos movimentos que ganhou dimensão nacional a partir da formação das Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas (LC) nasceram no Nordeste brasileiro, especificamente em Pernambuco, com a luta dos foreiros¹¹ contra o latifúndio e o aumento do preço dos arrendamentos no Engenho da Galileia (Oliveira, 1994). Nos anos seguintes, com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB) e da Igreja Católica, novas ligas se formaram em

¹¹ Uma situação particular nordestina, na qual os chamados “foreiros” utilizavam terras abandonadas dos antigos engenhos e pagava um “foro” em troca, como uma espécie de aluguel (Morissawa, 2001). A partir de 1955 alguns donos de engenho aumentaram a tarifa do foro na tentativa de expulsar os foreiros, que passaram a se mobilizar.

outros municípios do estado e também por todo o Nordeste, e aos poucos foi se consolidando enquanto manifestação nacional (Oliveira, 1994). Os camponeses resistiam nas terras já arrendadas e chegaram até a realizar novas ocupações, tendo como lema “Reforma Agrária na lei ou na marra” (Morissawa, 2001).

Em 1954, com intuito de coordenar as associações camponesas e buscando criar um vínculo e uma unificação entre trabalhadores rurais e operários, o PCB orienta a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em São Paulo (Oliveira, 1994). A partir de então, a ULTAB foi sendo criada em todos os estados brasileiros, exceto em Pernambuco, onde haviam as LC e no Rio Grande do Sul, onde havia se formado o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master). O Master surgiu no município de Encruzilhadas do Sul no final da década de 1950 e se espalhou por todo estado gaúcho (Morissawa, 2001). Esse movimento, apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) possuía uma forma peculiar de organizar suas ações, os acampamentos, que mais tarde serão as maiores armas da luta no campo.

Durante o governo de João Goulart (1961-1964), houveram tentativas de implementar diversas reformas de base, dentre elas estava a Reforma Agrária. Com a regulamentação de sindicatos rurais, que passaram a ser reconhecidos em 1962, abrindo os caminhos para a criação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em 1963, através de articulações entre a ULTAB e as LC (Morissawa, 2001). De certo que neste momento específico da década de 1960, surgia a consequência do forte processo migratório do êxodo rural que vinha ocorrendo no país: a superação da população urbana sobre a rural (Oliveira, 1994). Assim, a Reforma Agrária reivindicada pelos trabalhadores devidamente organizados, além de significar uma reparação histórica e a ampliação da produção de alimentos, também influenciaria como elemento de contenção do esvaziamento dos espaços rurais brasileiros.

No entanto, o fim desse plano de governo foi antecipado pelo golpe militar de 1964, os militares extinguíram a Superintendência de Políticas Agrárias (SUPRA) e criaram o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que em 1970 se tornaria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Também foram responsáveis pelo Estatuto da Terra¹², em 1964, “mas, a reforma agrária, nunca fizeram” (Oliveira, 2007). O

¹² O Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/1964, regula os direitos e obrigações relativos aos imóveis rurais para fins de reforma agrária e desenvolvimento da agricultura, com o objetivo de promover a distribuição de

que houve na realidade foi uma resposta às pressões populares pela necessidade de distribuir as terras brasileiras, apenas um “faz-de-conta”, uma estratégia para fazer uma “reforma agrária” sem manchar de vermelho a política do país com uma revolução social (Morissawa, 2001). Assim, na contramão do que o próprio Estatuto previa, ocorreu a revogação de alguns atos de desapropriação que a SUPRA já havia emitido, bem como a destruição das perspectivas de reforma que estavam visíveis como um horizonte possível.

Iniciou-se um período de caça às lideranças das LC, “não tardou que as estatísticas passassem a registrar a morte ou o ‘desaparecimento’ deles” (Oliveira, 1994). De 1964 a 1971, o número de mortos em conflitos no campo foi maior na região Nordeste¹³ do país, mostrando como os latifundiários estavam decididos a “frear pela violência” (Oliveira, 2007) os sentimentos e a revolta organizados pelas ligas. A partir de 1972, o palco do maior número de conflitos passa a ser a Amazônia¹⁴, motivados pelo projeto de colonização pública fomentado pelos militares como uma alternativa à reforma agrária (este projeto será abordado com mais profundidade na parte 2.2.1. deste trabalho).

Os empresários para ter acesso aos incentivos fiscais tinham que implantar seus projetos agropecuários na região, mas a região estava ocupada pelos povos indígenas e em determinadas áreas pelos posseiros. Muitos foram os conflitos violentos. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte, ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região. (Oliveira, 2007, p. 136)

Em defesa dos indígenas nasceu, em 1972, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e na defesa dos posseiros e colonos nasceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. É importante ressaltar que, durante o regime militar, a Igreja Católica foi a única instituição que foi capaz de apoiar e fortalecer as lutas dos pobres, tanto no campo quanto nas cidades. Desde o início da década de 1960, movida pelos princípios da Teologia da

terras a partir do princípio da justiça social e ao aumento da produtividade. Mesmo tendo seu texto preparado por uma equipe competente e construindo grandes avanços legais, a lei findou nela mesma, não sendo efetivada. O objetivo dos militares com a aprovação do estatuto era apenas dar uma resposta às reivindicações populares dos camponeses, que foram fortalecidas durante o governo de João Goulart.

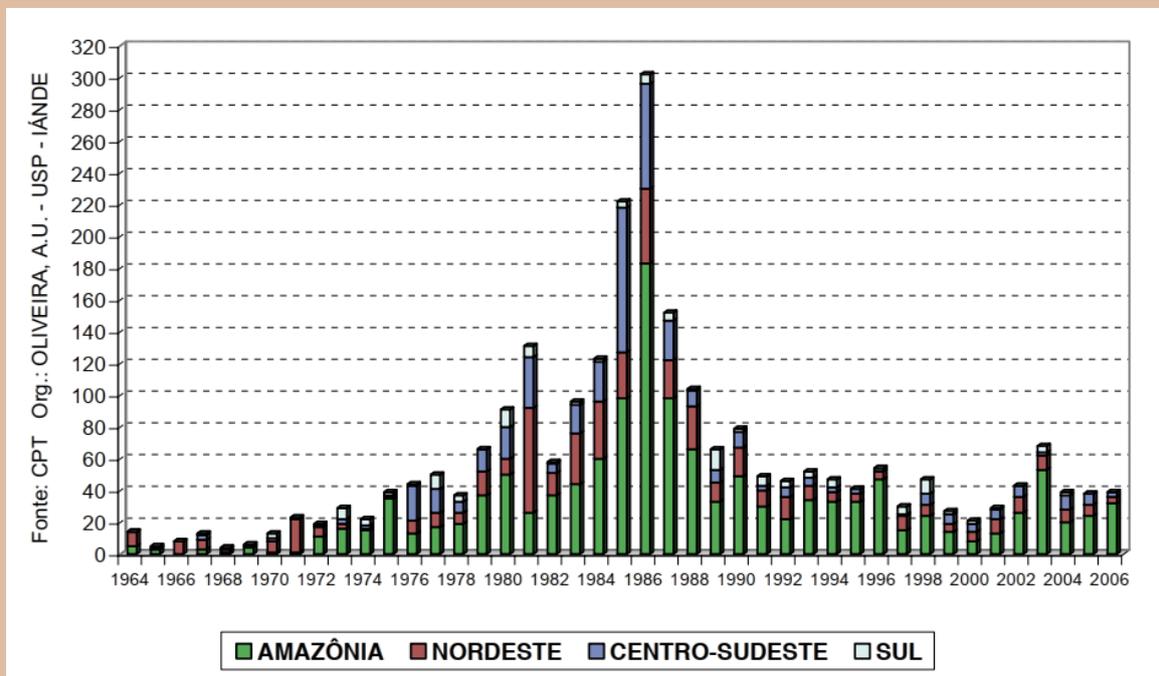
Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: julho de 2021

¹³ Nesta divisão regional, a região Nordeste não inclui o Maranhão.

¹⁴ Nesta divisão regional, a região Amazônia é composta por todos os estados da região Norte mais o Maranhão e o Mato Grosso.

Libertação¹⁵, foram criadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que possui um grande papel na organização dos trabalhadores rurais e urbanos para lutar pelos seus direitos (Morissawa, 2001). A partir de então a violência passou a se voltar não apenas para os posseiros, indígenas e colonos, mas também a quem ousava defendê-los, dessa forma, passaram a morrer também os padres, advogados, lideranças sindicais, agentes pastorais, dentre outros. A partir dos anos de 1980, o aumento da pressão social foi proporcional ao aumento da violência nos conflitos, a modernização conservadora da agricultura proposta pelos militares incitou ainda mais a força dos movimentos de luta pela terra.

Gráfico 1 – Número de mortos em conflito no campo no Brasil (1964-2006)



Fonte: Oliveira, A. U. (2007)

Já na direção da abertura política, a sociedade civil passava por diversas transformações importantes para o cenário. O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) destaca o movimento das diretas já, a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT) e outros partidos de esquerda, a Campanha da Fraternidade de 1980 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) intitulada “Terra de Deus, terra de irmãos”. Destacam-se também o fortalecimento das CEBs e da CPT, responsáveis pela formação de lideranças comunitárias através de discussões que

¹⁵ Segundo Morissawa (2001), os teólogos da libertação realizaram uma releitura das Sagradas Escrituras a partir da visão do oprimido, dessa forma, condenam o capitalismo enquanto sistema, caracterizando-o como anti-humano e anticristo.

fervilhavam principalmente nas periferias brasileiras. Motivados pela situação de pobreza extrema que a população pobre estava vivendo, passaram a articular e debater um futuro possível, e nele a conquista da terra (urbana ou rural) se fazia presente (Oliveira, 2007).

Naquela época, o Estatuto da Terra tornado lei pelo regime militar, era lei morta, [...]. Vinte anos se passaram e os militares não permitiram sequer que do Estatuto saísse um primeiro plano nacional de reforma agrária. Como retratado anteriormente, foi a "Nova República" que se incumbiu dessa missão histórica, entretanto, não teve o apoio de sua base aliada no PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro], no PFL [Partido da Frente Liberal], e dos latifundiários. Enfim, esqueceu-se que para o Estatuto se tornar Plano havia-se que superar o fosso controlado pelos especuladores rentistas. Aliás, mais que isto, o fosso estava controlado pela aliança entre os setores nacionais do capital mundializado e agora, territorializados. (Oliveira, 2007, p. 137)

O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), durante a “Nova República”, em seu texto original beneficiava posseiros, arrendatários, minifúndios. No entanto, até a sua aprovação, o conteúdo proposto pela equipe técnica do INCRA foi drasticamente alterado (Morissawa, 2001). A aprovação da proposta, mesmo que deformada, do PNRA resultou na articulação de latifundiários que fez surgir a União Democrática Ruralista (UDR). Enquanto o número de mortos na batalha pela terra dava saltos alarmantes, a UDR financiava campanhas de candidatos para conseguir impor emendas que alterassem e/ou atrasassem a implementação do Estatuto da Terra. Segundo Mitsue Morissawa (2001), uma das propostas mais bem-sucedida para os ruralistas foi a categorização do “latifúndio improdutivo”, antes da adição deste adjetivo – de difícil delimitação e de conceito complexo, qualquer latifúndio estaria sujeito a desapropriação.

Entretanto, se a violência gerava a morte, gerava também, as formas de luta contra a morte. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é produto dessa contradição. [...], a negação à expropriação não era mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela era pensada, articulada, executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação. (Oliveira, 2007, p. 137)

O MST pode ser compreendido como uma continuidade das LC, já que há visivelmente características muito similares nas formas de atuação. Ambos se constituíam enquanto um movimento independente, gestado no próprio amago das lutas pela terra, assim, defendiam o fim do monopólio da terra pelos latifundiários, através de um processo

de reforma agrária (Morissawa, 2001). Criado em 1984, é um resultado direto das consequências da política agrária baseada na modernização conservadora da agricultura, implementada pelos militares a partir da década de 1970, que incidiam diretamente na qualidade de vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Quando as máquinas substituem os braços na agricultura e a tendência do Estado está em financiar o grande produtor, rapidamente os povos do campo vão sendo expulsos. Muitos deles buscavam soluções migrando para as fronteiras agrícolas, na tentativa de se inserir no projeto de colonização militar, no entanto, intencionalmente estes espaços não absorviam todo o contingente de mão-de-obra disponível. Assim, os sem-terra excedentes acabavam direcionados a trabalhar para o garimpo e para a extração de madeira ou migravam para as cidades (Morissawa, 2001).

No final da década de 1970, já é visível a decadência do processo de industrialização brasileiro. Visivelmente em crise, que acabaria durando toda a nova década, o país vivia uma situação urbana caótica e com alto número de desemprego.

Expulsos do campo pela modernização da agricultura, expulsos da cidade pelo fracasso da industrialização, fica no ar então a pergunta que será respondida pela própria história do MST: que perspectiva restaram aos sem-terra? (Morissawa, 2001, p. 122)

Segundo Oliveira (2007), o horizonte de esperança está na constituição dos acampamentos e assentamentos como novas formas de luta pelo direito à terra e ao trabalho liberto. É dessa forma que o movimento busca construir um território coletivo que devolva a possibilidade de reprodução dos camponeses, peões e boias-frias – formando uma aliança histórica entre trabalhadores do campo e da cidade. Se trata, então, de um movimento da cidade para o campo, que contradiz o êxodo rural, na busca de uma outra possibilidade de reconstrução da sociedade (Oliveira 2007).

Essa luta camponesa revela a todos interessados na questão agrária, um lado novo e moderno. Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim, diante um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados, que na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, pois, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas revela muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível hoje, a construção de uma nova sociedade.

Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania. (Oliveira, 2007, p. 139)

De certo que o MST não é o único movimento na luta pela Reforma Agrária e pelos direitos dos camponeses, mas é o que mais se destaca nacionalmente. Principalmente pela importância dada à sua estrutura e organização democrática, sua base que é efetivamente de massa. Além disso, é singular na sua articulação na espacialização da luta nas territorialidades dos acampamentos e assentamentos (Oliveira, 2007).

Após a ditadura militar, durante o governo Sarney e o processo de redemocratização do país, nasce a Constituição Cidadã, em 1988. Ganhou o apelido de cidadã pelo horizonte de esperança, com o caminho traçado para a garantia dos direitos e a efetivação verdadeiramente da cidadania. No seu texto já constava um conceito base para a realização da reforma agrária: a função social da propriedade. Porém, somente após cinco anos houve uma tentativa de regulamentação da questão da terra.

Durante o governo de Itamar Franco, foi aprovada a Lei Agrária (Lei Nº 8.629/1993), seu objetivo era reclassificar as propriedades rurais (minifúndio, pequena, média e grande propriedade). No entanto, a promulgação dessa lei repete uma estratégia política já conhecida no histórico brasileiro, assim como Estatuto da Terra, não passa de uma tentativa de controlar momentaneamente a pressão popular (Morissawa, 2001).

A estratégia de resolver paliativamente as demandas populares também pode ser identificada no governo seguinte, o de Fernando Henrique Cardoso. Mais uma vez a Reforma Agrária é citada apenas por resposta aos movimentos de luta no campo e não como uma proposta política genuinamente do governo (Oliveira, 2007). Assim, com sua política de cunho neoliberal, a reforma agrária aparecia em seu plano de governo como uma forma de desenvolvimento para a agricultura familiar. Baseando-se em um modelo único viável, foi definida que a resposta para o desenvolvimento do campo estaria na implementação da agroindústria capitalista: conhecida como a reforma agrária de mercado. Dessa forma, responde-se, mesmo que de forma breve, às pressões sociais sem contrariar os interesses econômicos e políticos das classes dominantes, além de criar mecanismos para desmobilizar a luta dos camponeses (Morissawa, 2001).

No pensamento de seus planejadores econômicos, a agricultura pesa muito pouco na economia e a população rural representa hoje uma minoria no Brasil. Isso para eles é um sinal de nossa modernidade. Essa modernidade, tão propalada nas últimas décadas, e cuja importância é

superior à solução dos problemas sociais, favorece uma minoria. Assim, a resolução do problema agrário tem agora mais do que nunca, um caráter de classe. (Morissawa, 2001, p. 112)

Um erro comum é associar a reforma agrária apenas à distribuição de terras. Na realidade, o combate à concentração de terras é uma estratégia para o objetivo final de possibilitar a sobrevivência dos pequenos agricultores frente à modernização conservadora que exclui estes indivíduos (Morissawa, 2001). É preciso mais do que medidas paliativas para abaixar o grito de quem luta pela própria sobrevivência. Assim, a pressão dos camponeses aumentou ainda mais, bem como o número de conflitos.

A resposta do governo FHC entra para a história por iniciar um tipo de violência que ainda não havia ocorrido, pelo menos de forma tão explícita – “quem passou a matar os camponeses em luta pela terra, foram as forças policiais dos Estados” (Oliveira, 2007). Dois exemplos dessa atuação brutal foram os massacres de Corumbiara, em 1995, e o de Eldorado dos Carajás, em 1996, ambos com a atuação da polícia militar de seus respectivos estados e dezenas de mortos e desaparecidos.

Além da estratégia de frear pela violência e pelo medo,

[...], aproveitou-se da crescente participação da produção para o mercado mundial da soja brasileira, para fomentar também, no mundo acadêmico a “decretação” do fim da reforma agrária como alternativa de política econômica para o país. E, em meio à eterna oposição maniqueísta entre o bem e o mal das elites brasileiras, trataram, a mídia e uma parte dos intelectuais, a emDEUSarem o agronegócio e colocarem sob o signo do DIABO as lideranças dos movimentos sociais e sua luta sangrenta pela reforma agrária. (Oliveira, 2007, p. 147)

Em suma, Oliveira (1996) mostra como o número de famílias assentadas no governo de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso não estão nem próximo das metas estipuladas pelos PNRA. E este cenário não se alterou como esperado ao longo dos governos de Lula e Dilma. Segundo Oliveira (2015), há uma ilegalidade nos dados dos assentamentos criados durante os governos petistas, que mascaram também a continuidade da não realização da reforma agrária brasileira. Ademais a violência no campo é uma constante, “[...] enquanto isso, os governos nada fazem. A reforma agrária não é feita. Os crimes não são apurados. As polícias militares não prendem os assassinos. A justiça não julga, e quando julga nem sempre condena os criminosos” (Oliveira, 2015), muitas vezes a própria reforma agrária é que vai parar no banco dos réus (Oliveira, 2007).

Assim constitui-se ainda o cenário atual desastroso e violento da luta pela terra,

[...], os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. [...]. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa a economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também, produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros. (Oliveira, 2007, p. 153)

No entanto, se faz necessário finalizar este histórico com uma esperança consciente e ativa que funcione como combustível para permanecer em luta.

Na cidade e no campo eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, apreenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado. (Oliveira, 2007, p. 153)

Ratifica-se aqui a reforma agrária enquanto uma necessidade estrutural para o Brasil. Para além da reparação histórica para com os expropriados brasileiros, que por si só já é muito representativa, ela significaria o cumprimento de um preceito constitucional. Segundo Oliveira (2007), no Brasil quase há um consenso de que a Reforma Agrária faz parte de qualquer alternativa de extinção da exclusão social, dessa forma, está intrínseco nela um objetivo social, para além dos objetivos de ordem econômica e política.

No que diz respeito às esferas econômica e política, primeiro destaca-se a potencialidade de aumento da oferta de produtos agrícolas dos pequenos produtores, já o segundo configura a reforma enquanto instrumento para a conquista da cidadania para esta parcela da população. No entanto, esse é apenas um dos direitos em disputa, a partir dele virão outros. O direito à terra não se finda na repartição de grandes glebas para os camponeses, a segurança de posse é apenas o primeiro passo na luta pelo direito à cidadania e à vida plenamente vivida.

1.2. Terra para produzir e viver

As transformações profundas que a agricultura brasileira passou nas últimas décadas do Século XX, revela suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e revela sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania. (Oliveira, 2007, p. 139)

Neste trecho do livro *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária* (2007), Ariovaldo Umbelino de Oliveira relaciona a conquista da terra e a conquista da democracia e cidadania para os expropriados do campo. É inegável que a luta pelo direito à terra esteja associada a ganhos democráticos e a efetivação da cidadania, principalmente se ocorrer através de uma reforma agrária fielmente comprometida com sua dimensão social e política. No entanto, buscando contribuir e aprofundar esta discussão em torno do conceito de cidadania para os povos do campo, a partir de agora será discutida as relações entre o direito à terra e o direito à cidade. Este desenvolvimento foca duas questões centrais: aliar esses dois direitos complementares e desconstruir conceitos que desconsideram a cidadania de quem está fora dos núcleos urbanos – ou das “cidades”*.

****Notas introdutórias: campo e cidade***

Durante o desenvolvimento da discussão sobre direito à terra e à cidade, sentiu-se a necessidade de inserir uma introdução ao debate sobre as relações entre campo e cidade. Embora não seja parte do objetivo desse trabalho se prolongar na discussão conceitual entre estes espaços, que é ampla e bastante complexa, pretende-se nesta curta nota contextualizar a partir de qual ótica está sendo desenvolvido esse trabalho.

A fim de ampliar as percepções para as diferentes realidades que não correspondem facilmente ao gabarito de conceitos elaborados pelo campo da arquitetura e do urbanismo. Este gabarito refere-se aos discursos que geralmente reproduzem o antagonismo entre urbano e rural, buscando compreender a cidade isoladamente ou associando o campo a um espaço residual e arcaico, ainda a ser urbanizado. Ao invés da oposição proposta pelos estudos tradicionais, recentemente alguns autores se propõem a estudar a relação campo-cidade como um tecido contínuo com relações de interdependência.

A palavra *cidades* aparece entre aspas porque pretende-se aqui desconstruir a associação direta do conceito de cidade com o binômio industrialização-urbanização.

Existem diversas classificações teóricas e oficiais do que seja a cidade e o campo, bem como o que seja também o urbano e o rural. Esses dois tipos de classificação possuem características e objetivos distintos: a primeira se refere ao campo de debate acadêmico, filosófico, sociológico, geográfico, urbanístico, dentre outros; já o segundo tem um caráter mais objetivo e quantitativo, que norteia a efetivação de políticas públicas. O objetivo desta nota não está na conceituação e o debate sobre cada uma delas¹⁶, mas sim inserir provocações sobre a ideia de oposição e poder que permeiam as relações entre os espaços. Para assim, poder apontar as consequências para os povos do campo, principalmente na efetivação da sua cidadania - ou melhor dizendo, no seu “direito à cidade”.

“A cidade preexiste à industrialização” (Lefebvre, 2001), portanto não deve limitar-se a essa caracterização. O conceito de cidade, sob o aspecto da conceituação filosófica e sociológica, pode ser amplo e até mesmo contraditório. Apesar da cidade já ser uma “poderosa realidade” (Lefebvre, 2001) anteriormente à industrialização, não se pode negar que é a partir dela, quando nasce o capitalismo e a burguesia industrial, que acontecem profundas modificações em sua estrutura. É nesse momento que se inicia a separação entre campo e cidade, acarretando em uma interpretação equivocada de que estes espaços representam um o avesso do outro.

O próprio Henri Lefebvre, em seu texto *O direito à cidade* (2001), possui uma visão um tanto conservadora acerca do campo e do campesinato. Principalmente sobre a incompatibilidade do modo de vida camponês e sua economia com a “revolução urbana”. O autor, na tentativa de entender o campo e a cidade enquanto formas puras, tenta representá-los enquanto elementos imiscíveis. Acredita que a força avassaladora da urbanização acabaria invadindo, corrompendo e descaracterizando completamente o modo de viver do campo. Além disso, desconsidera um aliança camponês-operário na luta de classes, referindo-se repetidamente ao campesinato apenas como restos de um passado. Nesse sentido, Lefebvre acredita na concentração da potencialidade revolucionária apenas na reforma urbana e na classe operária enquanto catalisadores da mudança, considerando-se a luta camponesa e a reforma agrária enquanto aos poucos sendo minguada.

Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa quanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido

¹⁶ Para maior aprofundamento, ver Batista (2015), que reúne uma breve síntese de diversos autores.

à posição de supremo bem entre os bens, encontra sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte o social dessa-realização. (Lefebvre, [1968] (2001), p. 118)

No entanto, Lefebvre também reconhece que as relações entre campo e cidade podem se alterar ao longo do tempo. Dessa forma, deixa em aberto o espaço para o surgimento de um novo debate na relação campo-cidade. Não mais no sentido de destruição de um pelo outro, mas de continuidade e interdependência.

É importante ressaltar que, há de se considerar que o autor escreve a partir do ponto de vista de uma realidade europeia, que passou por um processo de industrialização completamente distinto do Brasil. Segundo Oliveira (1982), a industrialização brasileira apresenta polarizações muito radicais, principalmente por possuir uma economia fundada na monocultura para exportação. De forma que, diferentemente do processo europeu, o povoamento não configurou espacialmente como uma cadeia de aldeias e pequenas vilas.

O caráter monocultor da agricultura de exportação embotou e abortou um processo de urbanização que se verificasse no entorno das próprias regiões produtoras dos bens primários de exportação. [...], ele produziu, por outro lado, uma extrema polarização, um vasto campo movido pelo conhecido complexo latifúndio-minifúndio e sobretudo fundado nas monoculturas, que não gerou uma rede urbana de maior magnitude no entorno das próprias regiões produtivas, mas que, por outro lado, criou grandes cidades em termos relativos, evidentemente, desde o princípio. (Oliveira, 1982, p. 38)

O fato é que a economia fundada na monocultura de exportação e no trabalho compulsório, trabalho escravo, configurava o que Oliveira (1982) nomeia como “autarquia da produção agrícola”, que controlava o sistema produtivo nacional. Assim, negando a cidade enquanto como espaço na divisão social do trabalho, produzindo um “padrão de urbanização muito pobre” (Oliveira, 1982, p. 40), pelo abandono da rede urbana. Esse padrão de tratamento, que data desde os primeiros embriões urbanos da colônia, até a década de 1920.

A partir de então, a expansão capitalista passa a ser comandada pela indústria, redesenhando as relações entre campo e cidade no Brasil. Com o processo de industrialização sendo concentrado nas cidades, a “autarquia”, que antes pertencia ao campo monocultor-exportador, passa a fazer parte delas. De forma que, o ritmo da

urbanização nas capitais brasileiras passa a ser superior ao que pedia o padrão de industrialização (Oliveira, 1982).

O que quero dizer com isso é que, quando a industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista no Brasil, ela tem que ser simultaneamente urbana, e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas. O nosso camponês, ou semicamponês – eu preferiria chamar, porque nunca teve a propriedade da terra, senão a posse -, só em raros casos a unidade camponesa continha dentro de si uma divisão social do trabalho diversificada, o que fez com que, no momento em que se inicia a industrialização, as relações cidade-campo de novo se mantivessem estanques desse ponto de vista, caracterizando uma industrialização que forçou um processo de urbanização numa escala realmente sem precedentes. Noutras palavras, a indústria no Brasil ou seria urbana, ou teria muito poucas condições de nascer. Esse é na verdade o maior determinante do fato de que a nossa industrialização vai gerar taxas de urbanização muito acima do próprio crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais. Isto, [...], vai dar lugar ao que a sociologia vulgar chamou de urbanização sem industrialização e a toda teorização sobre o “inchaço” e a marginalidade social nas cidades, mas essa marginalidade social é, ela mesma, um componente dos exércitos industriais de reserva. Não significa, tal como a teorização da marginalidade social tenta dizer, exclusão do mercado de trabalho, nem exclusão da economia urbana. Significa a forma peculiar pela qual a industrialização brasileira trouxe para dentro de si, de uma só vez, de uma pancada, todo esse exército industrial de reserva, vindo dos campos para dentro das cidades. (Oliveira, 1982, p. 42-43)

É importante ressaltar que, diferentemente do processo descrito acima por Francisco de Oliveira, a urbanização total da sociedade, defendida por Henri Lefebvre, parte de uma concepção de urbano (sociedade urbana) em construção, um conceito ainda a se buscar (ou até mesmo utópico). O autor acredita que as relações urbanas estão baseadas na cidade enquanto valor de uso por seus habitantes, e não pelo valor de troca. Essa visão do fenômeno urbano enquanto processo ideológico, e até mesmo um tanto abstrato, dá abertura para visualizar possibilidades de permanência da ruralidade em meio ao processo de industrialização e de urbanização.

Seria insensato negar a supremacia da cidade e do urbano em determinados aspectos, como também seria insensato amputar a capacidade do campo e do rural em originar mudanças consolidando permanências frente ao urbano. No contexto de um país-continente com relevante diversidade étnica, econômica, social, cultural e regional como o Brasil, afirmações generalizantes a respeito da supremacia rural ou urbana somente são possíveis a partir de análises de contextos territoriais específicos, da abordagem territorial. (Batista, 2015, p. 115-116)

A idealização de Lefebvre se refere à cidade enquanto manifestação do bem-estar social. O direito à cidade refere-se, portanto, ao acesso a uma urbanização que adquire um sentido de inclusão e de presença do Estado na materialização do processo de construção da cidade, através de infraestruturas que permitam a reprodução da vida (Batista, 2015). Sem dúvida, um grande desafio para a sociedade brasileira, tendo em vista o enorme processo destrutivo que foi a urbanização deste país.

1.2.1. Cidadania para os “sem-cidade”

Segundo Lopes, Lenzi e Borges (2017), a interpretação sobre as dualidades entre campo e cidade servem para apresentar ao arquiteto-urbanista uma questão crítica a esta visão dicotômica que é fundamental para “uma abordagem crítica do problema do habitat no campo”. Mas esta discussão pouco contribui para a compreensão das raízes que sustentam **a disputa pelo formato das políticas públicas para os povos do campo**. Seria melhor, então, se debruçar sobre uma espécie de “taxonomia do pensamento” (Lopes, Lenzi e Borges, 2017) sobre o rural brasileiro.

A qualidade de vida no campo e na cidade está intimamente ligada às políticas públicas voltadas para o bem-estar social, compreendendo itens ligados à densidade demográfica, configuração da paisagem, levantamento de necessidades e estabelecimento de prioridade de infraestrutura, equipamentos e serviços a serem instalados. Para tal, a identificação, reconhecimento e delimitação do que é rural e do que é urbano torna-se fundamental para que sejam implementadas as respectivas políticas conforme a pertinência de suas pastas. (Silva, 2011, p. 6)

Em sua tese de doutorado, Rodolfo Sertori (2019), cita o delineamento do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira¹⁷, que defende a existência de pelo menos três vertentes¹⁸ sobre os sujeitos sociais do campo. São estas vertentes que acabam repercutindo nas disputas pelas modificações na estrutura fundiária, pelas políticas públicas para distribuição de terra e promoção de condições para a produção camponesa. A primeira delas, acredita que em um futuro próximo a população rural não existirá mais, baseando-se na defesa de

¹⁷ Sertori transcreve o discurso na íntegra do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira durante o III Colóquio Habitat e Cidadania, fazendo pequenas edições e adequações de concordância, respeitando totalmente as ideias proferidas. O vídeo do evento está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xQshbAhR8oc>.

¹⁸ Para mais informações, ver: *Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI*, também do professor Ariovaldo, 2004.

que esta seria resquício da sociedade feudal e que o Brasil, portanto, teria vivido o feudalismo também¹⁹. Estes autores defendem que as relações de produção do campo precisariam “amadurecer” para integrar-se ao modo de produção capitalista, tornando-se assalariados.

A segunda corrente, apesar de apontar falhas nas metodologias para a delimitação e quantificação da população rural brasileira, também acreditam na extinção do campesinato²⁰. Além disso, defendem que, devido a mudança na conjuntura social, tecnológica e econômica, não há mais a necessidade de reforma agrária. A partir de uma espécie de “purificação” das relações de produção, enxergam o campesinato enquanto um resíduo social, uma categoria social da classe trabalhadora.

Ou seja, ele é como o químico ou metalúrgico, que é uma categoria social. [...]. Então, para essa concepção, não tem lugar no futuro para os camponeses. Ah! Tem também os pesquisadores que, quando os camponeses começam a comprar trator, máquina, [afirmam]: então ele não é mais camponês, agora ele é agricultor familiar. E, portanto, desprovido da classe camponesa e parte da classe trabalhadora.

Na realidade, o campesinato é outra classe social. É uma classe social específica do capitalismo. Então, é por isso que eles não são compreendidos. [...]. Eu parto do pressuposto de que na sociedade brasileira, nós temos os proprietários de capital, os proprietários da força de trabalho, que são os assalariados, os proprietários de terra, que são os latifundiários e os camponeses. Então, para mim, a visão de classe da sociedade brasileira tem pelo menos quatro grupos. E é preciso compreender e saber que cada uma delas tem concepções diferentes. Eu não trabalho com a ideia de que nós temos, na parte agrária brasileira, uma agricultura atrasada e uma agricultura moderna. São as mesmas pessoas. É o mesmo fazendeiro moderno, com as máquinas, que planta soja e tudo o mais, que pratica o trabalho escravo. [...]. Não tem diferença. Essa separação é uma coisa de quem estuda; não existe no mundo real. (Oliveira apud Sertori, 2019, p. 97)

Oliveira faz parte dos autores da terceira²¹ via de pensamento, junto com José de Souza Martins, já citado anteriormente, propõe uma interpretação da relação campo-cidade

¹⁹ Sertori (2019) destaca alguns autores representantes da primeira corrente: Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré, Orlando Valverde e Maurice Dobb.

²⁰ Sertori (2019) também destaca alguns autores representantes da segunda corrente: Karl Kautsky, Vladimir Lenin, Leo Huberman, Caio Prado Jr., Maria Conceição D’Incao, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga e Paul Singer.

²¹ Sertori (2019) destaca também outros autores da terceira vertente: Theodor Shanin, Rosa Luxemburgo, Samir Amin, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares dos Santos, Rosa Ester Rossini, Regina Sader e Iraci Palheta

enquanto unidade contraditória que se envolvem nas relações de trabalho, produção e troca. Assim, defendem que o campesinato não pode desaparecer, “pela simples razão de que o capitalismo, para sua própria saúde, precisa dele”²², ou apenas, “se o campo não planta, a cidade não janta”²³.

É claro que estas vertentes são decisivas para a defesa, não só do formato, mas também da provisão ou não de políticas públicas para os camponeses, haja visto que as correntes de pensamento e hipóteses de que os camponeses serão extintos interessa a determinados setores de poder, enquanto a afirmação de que o capital necessita do campo é defendido por outros interesses (Lopes, Lenzi e Borges, 2017). Com isso, pode-se dizer que as duas primeiras correntes servem e dão manutenção à uma lógica de tratamento desigual entre campo e cidade por parte do Estado, principalmente em relação à política habitacional e a provisão de um habitat saudável em assentamentos de reforma agrária.

O deslocamento do direito à habitação dos camponeses a um patamar rebaixado é mais um dos elementos que reforça a ideia equivocada de que a classe trabalhadora teria assegurado para si o monopólio político na luta de classes – logo, os povos das áreas rurais seriam secundários no processo histórico e menos dignos de direitos sociais. (Sertori, 2019, p. 31)

Esse rebaixamento do direito dos camponeses em relação aos cidadãos, reduz os povos do campo a uma condição que Lopes, Lenzi e Borges (2017) denominam como uma espécie de “cidadania de segunda ordem”. A costumeira e fácil associação do termo “cidadão” como uma característica exclusiva ao habitante da cidade (que na verdade corresponde ao termo cidadão), contribui para a visibilidade do habitante do campo enquanto um demandante de atenção por parte do Estado e possuidor também do direito à cidade, à cidadania.

No texto *O HABITAT da “NÃO CIDADE” como um problema para a Arquitetura e Urbanismo*, de Lopes, Lenzi e Borges (2017), os autores insinuam que, se analisado os valores de financiamento do Minha Casa Minha Vida Entidade (MCMV-Entidades) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), pode-se dizer que “o camponês é aproximadamente

²² Lopes, Lenzi e Borges (2017) que em seu artigo citam brevemente as três correntes delimitadas por Oliveira.

²³ Refere-se a um dos lemas do MST, que defendem a produção camponesa enquanto base produtiva que sustenta a segurança alimentar brasileira.

55% ‘menos cidadão’ que seu correlato urbano”²⁴. Além disso, a fragmentação dos programas sociais que ocorreu durante os governos do PT, amparou-se em uma aliança entre o Estado, setores empresariais e os próprios latifundiários (Sertori, 2019), incidindo diretamente no caráter dessas políticas públicas que, corrompidas, acabavam por não efetivarem o direito à cidadania para os camponeses.

O PNHR com sua expressiva racionalidade neoliberal, com uma dinâmica de operação burocrática e concretizada a passos muito lentos, constrói sob o campo casas que não garantem um habitat respeitoso às particularidades do mundo rural. Ademais, se além de estarem no campo, estes habitantes viverem em situação de conflito fundiário, pode-se dizer que há uma grande disputa, que apenas a garantia da terra não dará conta de suprir. Está em jogo, concomitantemente ao direito à terra, uma disputa pela inserção territorial cidadã (Sertori, 2020), tendo em vista a desarticulação entre os programas de reforma agrária e os de garantia ao acesso dos assentados à habitação, infraestrutura e condições de produção.

Ao qualificarmos a inserção territorial dos camponeses enquanto cidadã, estamos demarcando exatamente o sentido político da não cidade. Na medida em que estes sujeitos deveriam ter as garantias necessárias para sua permanência em seu habitat – sem a premissa de uma urbanização dos assentamentos, a qual reproduzisse a lógica do mercado e do consumo –, o direito à cidadania é também um direito dos sem cidade. Não é a cidade que resguarda a universalidade da cidadania, tampouco o seu negativo. A cidadania da qual estamos tratando nesta análise ainda está em disputa. É um direito que, como bem sabem os movimentos sociais de luta por terra e moradia, tem sido negado aos expropriados e explorados, sejam eles do campo ou das áreas urbanas sem cidade. (Sertori, 2020, pg. 3)

Lopes, Lenzi e Borges (2017) ainda citam um outro desafio para a inserção territorial cidadã dos camponeses na sociedade, o preconceito e o conservadorismo, além da inescrupulosa ação do coronelismo, arraigada ainda principalmente nos pequenos municípios rurais:

[...] se num primeiro momento aqueles destituídos de tudo, acampados às margens das rodovias, são designados com toda a sorte de adjetivos que faria ofender o mais perverso meliante, ao serem contemplados com lotes e moradias nos projetos de responsabilidade do Estado – [...] – passam a figurar, [...], como atraente “mercado consumidor” – e, mais significativo

²⁴ Os autores indicam, para um aprofundamento nesta insinuação, consultar: LENZI, Cecília Corrêa. A habitação camponesa no programa MCMV. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

ainda, como suculenta base eleitoral. Desse modo, estes sujeitos, quando na condição de assentados, quando são conduzidos aos ritos de “integração à sociedade”, não o são como cidadãos, como sujeitos de direitos, porém como consumidores ou eleitores. (Lopes, Lenzi, Borges, 2017, p 4)

A partir da compreensão da situação dos camponeses e sua luta, conclui-se que se faz necessária uma maior atenção dos arquitetos-urbanistas para esta realidade. Porque “assim como há os esquecidos da cidade, também o campo abriga os seus” (Lopes, Lenzi e Borges, 2017) e, existem entre estes esses esquecidos (do campo e da cidade) articulações muito complexas, já que o campo e a cidade não são ilhas isoladas, muito menos territórios imiscíveis. A grande diferença entre eles está no nível de desaparecimento que é desproporcionalmente maior para os povos do campo, das águas e das florestas, não só por seu distanciamento geográfico, mas também ideológico – dentro de um campo profissional colonizado pela supremacia do ambiente urbano das grandes cidades. Após a percepção de tal cenário, é necessário reconhecer a reponsabilidade social que existe para o campo profissional em questão. Tal qual Lefebvre (2001) menciona sobre a dupla crise, da cidade tradicional e da civilização agrária, “cabe a nós resolvermos essa crise”.

[...], o “nós” tem apenas o alcance de uma metáfora. Ele designa os interessados. Nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o economista, nem o filósofo ou o político podem tirar do nada, por decreto, novas formas e relações. Se é necessário ser exato, o arquiteto, não mais do que o sociólogo, não tem os poderes de um taumaturgo. Nem um, nem outro cria as relações sociais. Em certas condições favoráveis, auxiliam certas tendências a se formular (a tomar forma). Apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes. Ou não os possui. As pessoas acima relacionadas, tomadas separadamente ou em equipe, podem limpar o caminho; também podem propor, tentar preparar formas. E também (e sobretudo) podem inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos, ajudar o parto do possível através de uma maiêutica nutrida de ciência. (Lefebvre, [1968] (2001), p. 109)

Ademais, defende-se aqui a compreensão de que o território nacional é vasto e composto por diferentes dinâmicas, portanto, é imprescindível estar atento aos detalhes das configurações dos espaços que existem fora das “cidades”, levando sempre em consideração as suas formas sociais, culturais e, também, econômicas e de produção. Essa atenção é necessária para, não só conseguir de fato enxergar esses povos e seus problemas, mas também para poder contribuir com sua luta para continuar a viver plenamente ao seu modo.

ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA



2 ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

2.1. ATHIS: uma breve contextualização

Durante a década de 2000, o Brasil obteve diversas conquistas legislativas para o campo da Arquitetura e do Urbanismo. O Ministério das Cidades com seu Conselho Nacional e o Estatuto da Cidade, os Planos Diretores Participativos, os Planos Locais de Habitação de Interesse Social e a própria Lei de Assistência Técnica fazem parte de processos que já estavam em desenvolvimento desde os anos de 1990. No entanto, estes ganhos legais prevalecem sobre a efetividade da prestação de serviço ou até de uma modificação estrutural na formação de novos profissionais, como se todo este aparato legislativo fosse um fim em si mesmo (Amore, 2016). Atualmente, é nítido o descompasso na implementação desses instrumentos legais, já que as desigualdades nas cidades não diminuíram como previsto e nem há um horizonte político positivo para estas mudanças.

Dos instrumentos legais que corroboram com a missão de tornar as cidades um lugar mais justo e democrático, é destacada neste trabalho a Lei n. 11.888/2008. Conhecida como a Lei de Assistência Técnica, ela tem como objetivo a democratização do acesso aos serviços de arquitetos, urbanistas e engenheiros civis, assegurando o serviço destes profissionais às famílias de baixa renda (0 a 3 salários mínimos). A lei foi resultado de uma forte articulação entre as entidades de regulamentação da profissão e sindicatos da categoria, sendo uma conquista bastante comemorada. Contudo, ainda existem diversas incongruências com a sua efetivação e implementação nos diversos municípios brasileiros. Assim, buscando compreender os caminhos que trazem até essa realidade, será traçado um breve histórico dos eventos que antecederam a criação da lei e a atuação dos grupos de assessoria.

2.1.1. O caminho e o discurso

A partir da segunda metade do século XX, as cidades brasileiras passam a viver um momento de explosão demográfica e um nítido aprofundamento das desigualdades sociais. A constituição do espaço urbano apoiado “num processo desigual de distribuição de terras, séculos de escravidão e um Estado alinhado aos interesses da elite” (Cardoso e Amore, 2018) revela-se estruturalmente perversa a partir da constituição das favelas e assentamentos precários autoconstruídos. Por volta dos anos de 1970, passam a insurgir

revoltas populares urbanas nas grandes cidades, também movidos pelas movimentações contra a ditadura militar. Aliado a isso, surgem também experiências de apoio técnico de profissionais de arquitetura e urbanismo, individualmente ou em grupo, partindo principalmente do meio acadêmico. O movimento desses profissionais “em direção ao povo” (Amore, 2016) tinha como premissa a proposta de um trabalho conjunto para a melhoria das condições de vida, questionando principalmente o modelo autoritário e padronizado do Banco Nacional de Habitação (BNH) durante o regime militar (1964-1985).

As primeiras experiências registradas da participação de profissionais de arquitetura e urbanismo junto à população pobre, segundo Caio Santo Amore (2016), foram no Recife e no Rio de Janeiro. Em meados da década de 1960, Acácio Gil Borsoi propunha uma proposta urbanística que refletia as discussões contemporâneas em torno da Reforma Urbana, além de um projeto de pré-fabricação da taipa para as unidades habitacionais da comunidade do Cajueiro Seco, em Pernambuco²⁵. Já no Sudeste, o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos e um grupo de amigos, todos recém-formados em 1964, formam o Grupo Quadra Arquitetos associados para desenvolver um projeto de urbanização de favelas elaborado junto com os moradores²⁶. Tornando-se assessores da comunidade da favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro, eles elaboraram um plano emergencial de urbanização que ia em oposição à prática comum de remoção para bairros distantes e extinção da favela.

No sul do país, em meados da década de 1970, com uma trajetória e forma de atuação diferente da experimentada por Borsoi e Nelson Ferreira, uma articulação entre o Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS) e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) faz surgir o programa Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME). Com o objetivo de possibilitar que famílias de baixa renda tivessem acesso aos serviços técnicos para construção de sua moradia. O programa foi coordenado pelo arquiteto Clóvis Ilgenfritz, que foi determinante para as conquistas institucionais e legislativas nas décadas seguintes (Michellini et al, 2007).

²⁵ Para mais informações, consultar a dissertação de mestrado de Diego Beja Ingles de Souza: *Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)*. FAU-USP, São Paulo, 2009.

²⁶ Para mais informações, consultar o artigo online de Sergio Luís Abrahão: *O espaço público urbano na perspectiva de Carlos Nelson Ferreira dos Santos*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 204.04, Vitruvius, maio 2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.204/6560>. Acesso em maio de 2021.

Já em um contexto mais nítido de abertura democrática, a partir da década de 1980, no município de São Paulo, insurge um cenário mais favorável a iniciativas de construções coletivas e populares. Com a criação de partidos de esquerda e o início de governos opositores à ditadura militar, as discussões sobre Reforma Urbana, política pública para os pobres e alinhadas aos movimentos sociais pouco a pouco voltam à tona com mais liberdade. É a partir desse momento que desponta os chamados grupos de “assessoria”, inspirados nas experiências das cooperativas uruguaias²⁷, pautando a auto-organização como forma de produzir seu próprio espaço (Cardoso e Amore, 2018). Assim, objetivando o desenvolvimento de projetos participativos e o acompanhamento de obras construídas por mutirões autogeridos, em busca de soluções que estejam de acordo com as necessidades dos seus usuários, a Assessoria Técnica se constitui enquanto um campo profissional para a Arquitetura e Urbanismo.

No âmbito da formação acadêmica, cabe citar a elaboração de um projeto de curso para a Fundação Educacional Belas Artes de São Paulo (FEBASP). Nesta formulação, havia o objetivo de garantir uma grande ênfase nas atividades extracurriculares de caráter experimental²⁸. Assim, a partir de 1982, surgem os laboratórios de estrutura (com os professores Yopanam Rebello e Maria Amélia) e de habitação (com Jorge Caron, Juan Villa, Ives de Freitas e Nabil Bonduki) e o canteiro experimental – integração entre ensino e extensão (Ruggiero, 2006). Todas essas iniciativas tinham como objetivo possibilitar que o estudante entrasse em contato com os problemas concretos da população de baixa renda, incorporando um conjunto de práticas que respondessem as exigências sociais de um profissional comprometido com a função social da arquitetura.

O final da década de 1980 é um marco democrático para o Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. É a partir dela que nasce uma trajetória de construção de instrumentos que pudessem contribuir e aprofundar as noções e direitos definidos e defendidos em seu texto. Apesar de não citar a assistência técnica, os caminhos já estavam sendo traçados para que isso viesse a acontecer mais cedo ou mais tarde, como

²⁷ A produção habitacional da Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM) é considerada uma referência mundial na produção de habitação social, sendo bastante reverenciada pelos seu quatro princípios fundamentais: autogestão, democracia direta, propriedade coletiva e ajuda mútua.

²⁸ Para maior aprofundamento, consultar dissertação de mestrado de Amanda Saba Ruggiero: Jorge Caron, uma trajetória. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006. (p. 55-96)

indicado pelos artigos²⁹ sobre função social da propriedade e direito à moradia, fruto de uma emenda popular (IAB, 2010). Essa década de discussão e construção democrática deu grande visibilidade aos movimentos populares pela moradia organizados no país. Com a consolidação do terceiro setor, a fundação de movimentos de luta por terra e moradia, principalmente o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem-Terra (1984), além das discussões internacionais para programas sociais e ambientais (a Conferência Rio-92 e a Conferência Internacional do Habitat de 1996, em Istambul), aos poucos deram abertura para os novos caminhos da política urbana (Michelini et al, 2007).

Durante a década de 1990, depois da retomada das organizações estudantis com o fim da ditadura militar, a universidade também refletia a tendência de aproximação dos futuros arquitetos e urbanistas com a questão da habitação de interesse social (Michelini et al, 2007). A Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, objetivando o estímulo a extensão universitária como prática para a democratização do acesso aos serviços da futura profissão, inicia articulações e debates do que viria a ser uma das maiores estratégias de implementação da Lei de Assistência Técnica a nível nacional: os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs). Em 1995, é divulgada a primeira versão do Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (POEMA)³⁰ e, dois anos depois, surge o Seminário Nacional sobre Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (SENEMAU), que tinha como foco a articulação e fortalecimento dos escritórios existentes em todo país.

Já no ano de 1999, surge a primeira lei municipal brasileira para garantir a democratização do acesso aos serviços de arquitetos, urbanistas e engenheiros, a Lei Complementar nº 428, em Porto Alegre (RS). O projeto foi apresentado pelo então vereador Clóvis Ilgenfritz e foi o resultado das experiências tidas com o programa ATME, exemplo que não demorou a ser seguido por outros municípios como Campo Grande (MS), São Paulo (SP), Vitória (ES) e Belo Horizonte (MG) (Michelini et al, 2007). Em 2002, após ser eleito como deputado federal, Ilgenfritz apresenta o Projeto de Lei nº. 6223/2002 para

²⁹ Refere-se ao capítulo II “da política urbana” (Artigos nº 182 e 183) - *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em maio de 2021

³⁰ Atualmente o documento de orientação está passando por revisão ainda sem data para ser divulgado. Para maiores informações, consultar o POEMA – Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo. FENEA (2006). Disponível em: <http://www.fenea.org/poema>. Acesso em maio de 2021.

implementação da ATME para todo o país. Porém, seu mandato chega ao fim antes da conclusão do processo, levando Zezéu Ribeiro (deputado federal da Bahia) a assumir o projeto em 2003 (Projeto de Lei nº. 889/2003), que com algumas modificações é aprovado pela Câmara em 2006 e pelo Senado em 2008. Assim, também em 2008, o presidente Lula assina a Lei nº. 11.888/2008, a “Lei de Assistência Técnica”.

2.1.2. A prática e o horizonte

Há uma constante no “antes, durante e depois” da criação da lei de assistência técnica: os seminários, debates, fóruns, dentre outros eventos que buscam desvendar os segredos da atuação desse novo campo profissional. Através da promoção desses encontros, arquitetos de diversas áreas debatem sobre a implementação de ações tendo como base a Lei de ATHIS, muitos são fomentados por importante entidades da profissão como - sindicatos, a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) (Cardoso e Lopes, 2019). No entanto, ainda não há resultados sedimentados que tenha produzido mudanças estruturais na forma de atuação, não refletindo consideravelmente na produção da moradia popular.

Os debates acerca do tema da ATHIS ainda permanecem inconsistentes, salvo raras exceções³¹, se confrontado não só com a realidade da produção habitacional, mas também com o exercício e a formação profissional. O problema que se mostra cada vez mais nítido é a falta de consenso sobre qual o formato técnico e político das atividades desempenhadas pelo assessor técnico (Cardoso e Lopes, 2019). A grande maioria dos eventos, principalmente organizados “de cima para baixo”, que anunciam reunir “autoridades e especialistas”, apresentam “um pretensioso escopo para pouco efeito prático”³², muitas

³¹ É importante dizer que a crítica se refere a seminários realizados sem a devida atenção as práticas e aos sujeitos que estão atuantes, geralmente sendo organizados por arquitetos e para arquitetos, se mostrando espaços tecnocentristas e sem aprofundamento político. Em contraponto, existem iniciativas dos próprios grupos de assessoria como o Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, realizado em Recife (PE), em fevereiro de 2020. Com o objetivo de facilitar o encontro e a troca entre grupos de assessoria, movimentos, comunidades e pessoas que vivenciam a realidade da atuação neste campo, com foco na região Nordeste. Organizado por grupos de Assessoria de vários estados da região, atualmente está em estruturação a Rede ATPN, resultado das articulações do evento.

³² Lopes (2018) refere-se ao Seminário ATHIS – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: Caminhos do CAU, promovido pelo CAU/SP na capital paulista. Tendo como objetivo discutir a aplicação dos recursos destinados à ATHIS pelo Conselho, apresentando palestras e debates sobre as origens da

vezes prestando um desserviço, reunindo “um juntado sem muito critério e sem muito conhecimento das especificidades dessa área de atuação” (Lopes, 2018). Significa dizer que a falta de um delineamento estruturado da atuação dá oportunidade para iniciativas controversas serem identificadas superficialmente como assistência técnica (Cardoso e Lopes, 2019).

São arranjos práticos, comerciais ou empresariais, que têm como finalidade mais o empreendimento comercial que, efetivamente, contribuir para a construção de uma atividade que se estabeleça como instrumento de acesso e garantia do direito à moradia e à cidade. E, compreendamos aqui: não se trata de revestir uma determinada concepção de práticas de ATHIS com um manto de probidade e virtude, mas de reafirmar nossa opção pelo reconhecimento da moradia digna como um direito universal - muito mais que uma mercadoria. (Cardoso e Lopes, 2019, p. 2)

O discurso que reforça o caráter mercadológico de uma produção, que já se encontra bastante dominada pela lógica neoliberalista, é presente em documentos oficiais das entidades representativas da profissão. O campo da assistência técnica é costumeiramente associado a uma grande potencialidade de ampliação do “mercado de trabalho”, visto a enorme demanda e o grande número de população que necessita desse serviço.

Em 2007, nos antecedentes da criação da lei, foi elaborado um documento com um compilado de experiências de assistência técnica pelo Brasil e as discussões do I Seminário Nacional (2005), realizado em Campo Grande (MS). O texto afirma que “o mercado da assistência técnica para engenheiros e arquitetos é promissor, mas os profissionais precisam se aproximar mais dessa clientela” (Michelinei et al, 2007). É evidente a ingenuidade e falta de compreensão, reflexo de uma profissão que se encontra distante dos problemas da produção dos assentamentos precários e de pessoais reais, como se a atuação em ATHIS fosse semelhante ao que ocorre na prestação de serviço à clientela padrão dos arquitetos autorais.

[...] a própria noção de “clientela” está carregada de um sentido de prestação de um serviço privado, em contraponto com a noção de arquitetura pública. [...] A ampliação do mercado de trabalho para os arquitetos e urbanistas é, afinal, consequência de uma política habitacional inclusiva e abrangente, não o seu contrário. Ou seja, a política habitacional

não pode ter como fim a política de uma categoria profissional. (Amore, 2016, p. 10)

O Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública, desenvolvido pelo IAB em 2010, também corrobora com esse discurso. O documento declara que “trata-se de uma oportunidade de inclusão no mercado de trabalho para os 7 mil profissionais egressos por ano, de mais de 200 escolas de arquitetura brasileiras” (IAB, 2010). No entanto, não se pode dizer que hoje já exista um mercado de trabalho, já que as famílias que demandam ou que poderiam pagar pelo serviço ainda não reconhecem e/ou não podem pagar pelo serviço.

O que existe hoje não é mercado, [...]. Há obviamente uma camada da população com renda entre três e seis salários mínimos que poderia pagar pelo serviço, que poderia ter um subsídio inversamente proporcional à renda... Mas, [...], não deveríamos sequer chamar esse campo de assistência técnica. A assistência técnica tem um público que são as famílias mais pobres, e, por ser pública e gratuita, está diretamente associada a um debate sobre direito (à moradia digna, à cidade) e políticas públicas. Há um arcabouço jurídico que foi construído em torno disso e misturar as estações pode significar que recursos públicos sejam drenados para uma população que não é prioritária, ainda que possam precisar do serviço do arquiteto e urbanista. (Amore, 2017, entrevista)

Além da confusão com o termo “mercado de trabalho”, a declaração do IAB também sugere que o contingente de arquitetos recém-formados seja direcionado a esse suposto “mercado”. Nesse ponto, há um conflito entre a demanda da sociedade, a formação e o interesse profissional. Além da falta de domínio sobre o assunto desses egressos das universidades, que em sua grande maioria (principalmente nas redes privadas de ensino), não estão sendo preparados para cumprir essa função, o histórico de uma profissão que está a serviço da elite, faz com que a maior parte dos estudantes e profissionais tenham como público alvo esta mesma classe, que pode arcar com os custos simbólicos de um trabalho autoral (Amore, 2016). O manual ainda sugere um formato de atuação baseado na relação “uma família – um profissional – um projeto – uma obra” (IAB, 2010), reproduzindo uma forma de atuação que não reflete bem a realidade das práticas de ATHIS.

Ademais, há também uma centralidade no aspecto técnico, sendo um documento que foi desenvolvido apenas por arquitetos e para arquitetos. Portanto, além de restringir a solução para os problemas habitacionais para a população de baixa renda como solucionável isoladamente por arquitetos, ainda traz um distanciamento do aspecto social e

multidisciplinar que essa atuação necessita (Cardoso e Lopes, 2019). Nesse ponto, a Cartilha de ATHIS proposta em 2010 pelo CAU/SC, já possui avanços, incluindo articulação entre diversas áreas no conhecimento na assessoria à moradia popular. Porém, ainda perpetua o discurso mercadológico, incluindo grupos e profissionais liberais com modelos de negócios, como startups que se validam no discurso de “empreendedorismo social”, no tópico “Quem faz ATHIS?” (Azevedo et al, 2018).

É necessário compreender que o “modelo de negócios” não é compatível com uma política pública. A lei de ATHIS defende o serviço técnico público que remunera o profissional através do Estado (ou de outras iniciativas, por meio de editais e convênios, etc.), não como uma empresa bem-sucedida e lucrativa (em cima de demandas populares), muito menos um grupo de caridade e voluntariado. É urgente compreender mais profundamente quem são os profissionais que atuam nesse campo profissional e também a quem serve a assistência técnica. Nesse sentido, Silke Kapp conceitua os “grupos sócio-espaciais”, diferenciando-os da noção de clientela.

Os grupos a que a assessoria técnica se destina – como movimentos de sem-teto e sem-terra, cooperativas de trabalho, os chamados povos tradicionais (índios, quilombolas, ciganos), assentamentos urbanos espontâneos ou ocupações organizadas – não são clientes nesse sentido moderno, porque não estão em condições de igualdade estrutural com a assessoria. A caracterização como cliente se aplicaria a eles apenas no sentido antigo, do plebeu que se submete ao patricio para que este o represente nas instâncias de poder, já que lhe faltam credenciais de acesso para fazê-lo por si mesmo (daí também o clientelismo). (Kapp, 2018, p. 225)

A discussão do escopo das atividades que envolvem a prática de ATHIS não é a única que está no centro dos debates, há também uma polêmica semântica sobre as terminologias empregadas. Assistência ou assessoria, dentre outros termos que surgem mais recentemente (arquitetos da família, arquitetos populares, etc.) não são questões secundárias, embora “pouco contribuam para uma conformação mais substantiva de sua dimensão prática e política” (Cardoso e Lopes, 2019). Os dois primeiros termos em especial passam por uma disputa que é visível no decorrer do desenvolvimento da lei de ATHIS, podem ser observadas essas duas fundações acontecendo no país, que representam duas formas de enfrentar o problema da habitação de interesse social. “Mal resumindo, destacam-se, de um lado, a autonomia dos grupos assessorados e equipes técnicas independentes; de outro, o serviço público de arquitetura, o atendimento individual de

caráter universal, apesar da focalização nas famílias de baixa renda ” (Amore, 2016), atividades que são tão diversas quanto complementares.

Entretanto, **assistência** conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia, enquanto **assessoria** condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação. A razão é histórica, não teórica ou etimológica: se o Estado prefere o termo assistência, os movimentos populares que em alguma medida realizam ou almejam a autogestão têm preferido o termo assessoria. (Kapp, 2018, p. 222, grifo da autora)

Apesar do escopo da lei incentivar iniciativas coletivas e em conjunto com movimentos sociais, já foi visto que essa atuação não é a mais exaltada pelas próprias entidades profissionais (como já visto nas cartilhas, manuais e seminários citados anteriormente), sendo até práticas ignoradas na construção do histórico da lei (Cardoso e Lopes, 2019). Entende-se aqui que é fundamental o estímulo a organização e o protagonismo popular através de políticas públicas, assim como também é necessário reconhecer que existem trabalhadores não organizados, que são tão demandantes dos serviços dos arquitetos e urbanistas quanto os organizados (Amore, 2016). Portanto, a discussão semântica deve partir para identificar os oportunismos disfarçados de assistência técnica (que praticam o assistencialismo e reproduzem o clientelismo), mas não para enquadrá-los como uma opção de prática ou uma interpretação individualista da lei de ATHIS, mas como uma prática que não é a prática de ATHIS.

Com o objetivo de delinear melhor a prática da Lei nº 11.888/2008, Caio Santo Amore (2016) busca caracterizar brevemente as atividades em três campos de atuação. 1 – **Resistência e apoio técnico aos movimentos de luta** – pauta a construção das políticas públicas que verdadeiramente incorporem a participação popular, procurando lidar com a cidade real. Essa prática tem sua origem na ação autônoma da luta pela Reforma Urbana que precedeu as políticas que existem hoje. Também pode ser compreendido como um planejamento em zonas de conflitos, surgindo em processos de experiências concretas, principalmente contra remoções. Com a elaboração de Planos Populares e elaboração de projetos em apoio a ocupações, também com análise de documentos e participando em negociações, audiências, conselhos, etc. 2 – **Produção autogestionária** – o autor indica que este seria possivelmente o campo de trabalho mais estruturado, pela trajetória dos mutirões que ganhou visibilidade nacional. O seu surgimento está relacionado com a

produção habitacional por autogestão, desenvolvida pautada na crítica a soluções pré-determinadas da estrutura dos programas existentes que reproduzem a lógica do mercado em suas produções. No contexto atual de desmonte das políticas habitacionais, este debate parece ainda bastante relevante e necessário. 3 – **Melhorias habitacionais em processos de urbanização em assentamentos precários** – campo que busca disputar a melhoria e a urbanização em relação à produção de novas unidades habitacionais, que é onde se concentra as ações da política habitacional. Neste caso, o contato é mais direto entre arquiteto e o morador, podendo ser um atendimento de caráter individual ou parte de um conjunto de melhorias em uma determinada comunidade.

Apesar dos campos de atuação propostas por Amore (2016) ainda estar bem vinculada à realidade paulistana de grande metrópole, tendo como contexto forte a discussão sobre urbanização de favelas, essa divisão pode englobar a atuação em diversos contextos. Isso se deve ao fato da teoria estar refletindo as práticas que já se repetem em todo o território nacional. Mesmo em contextos bastante diversos, ainda há como agrupar e classificar a atuação que já existe no campo da ATHIS, para que a partir disso se avance na implementação da lei. Sendo assim, pode-se concluir que: a prática é o horizonte.

2.2. ATHIS na cidade, e no campo?

Embora o campo da ATHIS ainda esteja em construção a passos lentos, pode-se constatar que já existem diversas experiências sendo desenvolvidas por todo o Brasil. Como de costume, estes trabalhos se concentram, majoritariamente, em ambientes urbanos. O protagonismo do espaço urbano na formação dos arquitetos, geralmente corresponde a uma visão fatalista da ruralidade ou simplesmente uma ignorância do espaço rural enquanto um demandante dos serviços de arquitetura e urbanismo. Ao se isentar de compreender o espaço rural, os arquitetos-urbanistas acabam tentando resolver seus problemas urbanos isoladamente, sem perceber as relações de causa e efeito que estes espaços estabelecem entre si. Assim, a crença generalizada nessa visão dicotômica entre campo e cidade impede a compreensão das relações sociais que permeiam esses espaços, transbordam os limites físicos e estabelecem um tecido contínuo (Lopes, Lenzi, Borges, 2017).

É unanimidade que o campo não configura como uma questão relevante para o campo profissional da Arquitetura e do Urbanismo. Isso não significa que não haja a necessidade um olhar mais atento desses profissionais para os povos do campo. Para isso,

se faz necessária uma revisão epistemológica do urbanismo, enquanto disciplina que faz parte do planejamento territorial, como aponta Sertori (2020). “Exatamente porque as políticas e estratégias de planejamento territorial ainda não se concretizaram enquanto ações populares capazes de disputar os sentidos da cidade, frente à dominação capitalista” (Sertori, 2020, p. 9). Além de também se fazer necessária uma incorporação deste território no desenvolvimento de práticas de assessoria e assistência técnica. Quando um profissional, que possui nitidamente um distanciamento de uma realidade social específica, resolve se debruçar sobre ela, se faz necessário um processo de “se despir” de uma lógica (nesse caso, a urbana) que não é compatível, mas que, por outro lado, é lida como uma característica intrínseca do arquiteto-urbanista.

Por isso, cabe aqui trazer um apontamento que Lopes (2018) elabora no seu texto, *Nós, os arquitetos dos sem-teto*, no qual descreve situações envolvendo arquitetos e movimentos sociais da luta pela terra, buscando demonstrar como a atuação profissional precisa ser discutida, tanto na cidade quanto no campo. O autor afirma que talvez seja necessário cogitar se ou estes contextos não são próprios para a atuação de arquitetos, ou o que entendemos como o papel dos arquitetos precisa passar por algumas reconsiderações (Lopes, 2018).

A seguir será iniciada um caminho para a compreensão do que de fato os arquitetos-urbanistas precisam desnudar, para poder compreender essa nova realidade. Inicialmente será apresentado uma experiência histórica da atuação desse profissional em meio ao espaço rural, a partir de então será desenvolvida uma reflexão metodológica sobre a atuação de técnicos junto aos povos do campo.

2.2.1. Arquitetos-urbanistas e a técnica colonizadora

Aqui será retomado o projeto de colonização da Amazônia Legal desenvolvido durante a ditadura militar. Esse projeto militar de colonização pode ser compreendido como um empreendimento, que objetivava uma espécie de reforma agrária de mercado. Uma das estratégias para a povoar as terras amazônicas foi o projeto chamado de “Urbanismo Rural”, que consistia na criação de “cidades” ao longo da rodovia Transamazônica, recém-inaugurada. Desenvolvido pelo urbanista carioca José Geraldo da Cunha Camargo, amigo próximo de Médici e funcionário do INCRA, o projeto era

inspirado nos ideais da Garden City³³ e baseado no urbanismo funcionalista (Rego, 2016). Essa empreitada, pode-se dizer que, utilizava o urbanismo como uma ferramenta para a colonização, ou, propriamente dita: invasão, exploração e internacionalização financeira da floresta amazônica.

[...] “uma nova civilização – nordestinos e sulistas – estava nascendo”, “progressista” e “coesa”, heterogeneamente formada por “homens selecionados”, migrantes “doutrinados” e “desprovidos de seus vícios, tabus e costumes de origem”. [...] pretendia criar uma rede urbana e “dar ao campo os benefícios das cidades”, adaptando “ao meio rural as técnicas urbanísticas utilizadas na cidade” (Camargo [1973, p.2] apud Rego, 2016, p. 42)

O projeto de Camargo, iniciado em 1972, consistia em grupos de cidades interligadas e organizadas a partir de uma estrutura hierárquica de agrovilas, agrópolis e rurópolis (Rego, 2016). Eram basicamente uma estrutura centralizada de “bairros rurais” circundados por áreas agrícolas, que também foi adaptado para uma estrutura linear, adequando-se a implementação ao longo de rodovias. O resultado da padronização das estruturas e da imposição de um sistema rígido e nem um pouco sensível, não só as particularidades do rural, mas também de seus futuros habitantes, resultou na criação apenas de algumas “cidades de beira de estrada” (Rego, 2016). Como consequência desse “parcelamento rural mecânico e abstrato”, como quem desenha em uma folha em branco uma nova sociedade - achando-se no poder de criar relações, criar cidades; por fim, os lotes rurais não possuíam nem acesso direto à cursos d’água.

A cultura urbana é histórica, mas uma cidade nova, em gestação na frente de colonização agrícola na clareira da floresta para abrigar cidadãos migrantes, supostamente não contaria com uma história – e isso parece ter dado licença ao projetista para idealizar uma sociedade igualmente iniciada sem passado. (Rego, 2016, p. 47)

O urbanista não se contentou apenas a idealizar autoritariamente o espaço físico dessas “cidades-rurais”, mas também ousou ditar quem seriam seus habitantes e como iriam viver. Essa síndrome de deus-criador é característica típica de quem acredita que é possível “organizar o mundo em sua prancheta” (Fishman [1977, p. 205], apud Rego, 2016, p. 42).

³³ Garden City ou Cidade-jardins é um modelo utópico de planejamento regional de integração entre cidade-campo, concebido por Ebenezer Howard, no final do século XIX. Para um maior aprofundamento, ver: *O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis*, artigo de Lizia Maria Souza de Andrade, 2003, disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>. Acesso em julho de 2021.

Além de representar o autoritarismo, tão característico do período militar brasileiro, associado ao ideário desenvolvimentista e devastador, o projeto de colonização era extremamente higienista. Os generais pretendiam povoar o deserto das terras amazônicas com colonos predominantemente brancos do sul do país (Rego, 2016), mistura-los junto a nordestinos para colonizar seus costumes e sua história. A proposta, não se bastava na homogeneidade física e estética da estrutura urbana para o campo, mas também era nítida em termos étnicos e, claro, ideológicos.

Não é difícil apostar no fracasso de um plano como este, uma idealização para uma comunidade igualitária, baseado na criação de um padrão e a consequente extinção do diferente. Uma “igualdade” que na realidade tinha a intenção de abolir as diferenças culturais, sociais e étnicas, criando uma fôrma para moldar o colono ideal, transformando todos em “iguais”. Logo, percebeu-se que o modo de vida dos colonos não era compatível com as normas impostas pelo urbanismo rural. Rego (2016) cita como exemplo o fato de ser exigido que os proprietários e empregados não morassem na pequena propriedade agrícola, mas sim no lote urbano da agrovila, o que não funcionava na realidade. Como resultado, era nítido o esvaziamento dos lotes urbanos das agrovilas. Além disso, os colonos também não poderiam vender suas propriedades, acabaram, por fim, abandonando-as (Rego, 2016).

A arquitetura e o urbanismo são, de longe, disciplinas muito dinâmicas e capazes de estar presente junto a outras áreas do conhecimento, proporcionando um intercâmbio de informações. De perto, são facilmente corrompidas por idealizações autoritárias, que se pode definir como tecnocratas - tendo em vista a condição de técnico do profissional. Este profissional, resguardado em seu pedestal de conhecimento técnico e científico, oferece soluções desprovidas de qualquer vínculo com a realidade.

É aí que surgem em sua verdadeira dimensão política, já que em sociedades [...] complexas o jogo de determinações individuais e de grupos em confronto sempre leva a soluções políticas. Não adianta sobrepor a isto qualquer máscara: a questão de fundo é política mesmo. (Santos, 1978, p. 115-116)

O vínculo com a realidade não quer dizer abolir a utopia que alimenta algumas formulações técnicas que apoiam as mais difíceis lutas. Este vínculo está relacionado com a comunicação com problemas e sujeitos sociais que são reais. Para isso, o técnico precisa desnudar-se de idealizações tecnocentristas como o do caso exposto acima. Segundo

Cerqueira (2009) a elaboração das ações do “urbanismo rural” contava com uma grande equipe especializada composta por arquitetos-urbanistas, economistas, geógrafos, geólogos, agrônomos, sociólogos, engenheiros, psicólogos, dentre outros. Apesar da prática avançada para o planejamento dos espaços físicos, não havia participação da população-alvo; um fator que pareceu determinante para o fracasso do plano. Por fim, o projeto foi incorporado por grandes empresas e muitos exemplares foram abandonados (Cerqueira, 2009).

Mais recentemente, o arquiteto-urbanista retoma, aos poucos, sua atuação no meio rural. Experiências raras e pontuais, motivadas pela aproximação de alguns profissionais simpatizantes e militantes, que abraçam as demandas que surgem no bojo dos movimentos sociais, tanto na cidade quanto no campo. Maria Cândida Teixeira de Cerqueira (2009) em sua dissertação de mestrado, intitulada *A assistência técnica nos habitats do MST e o papel do arquiteto e urbanista*, cita algumas dessas iniciativas: individuais - como a das arquitetas-urbanistas Valéria Bertolini (Distrito Federal) e Karla Emamnuela (Paraná e São Paulo); ou coletivas – como de grupos como o Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH) vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)³⁴, a assessoria técnica paulista Usina - Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado³⁵ (Usina-CTAH), e o grupo de pesquisa Habitação e Sustentabilidade³⁶ (HABIS) vinculado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP).

2.2.2. Reflexões metodológicas para o campo

É nítido que as experiências contemporâneas da atuação de arquitetos-urbanistas no ambiente rural possuem outra abordagem, completamente oposta e crítica ao formato desenvolvido no projeto de “Urbanismo Rural”. Neste sentido, inicia-se um apanhado de reflexões metodológicas que irão se desenvolver durante todo o trabalho. Assim, pretende-se compreender a posição de poder que os técnicos exercem frente aos problemas da sociedade, tendendo facilmente a soluções que não dialogam com os sujeitos que serão

³⁴ Para mais informações, consultar: Cerqueira (2009)

³⁵ Para mais informações, consultar: LOPES, J. M. de A. *O dorso da cidade: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade*, in: SANTOS, B. de S. (org.). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Editora Afrontamento, 2002. Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos. Volume 2.

³⁶ Para mais informações, consultar: INO A., LOPES, J. M. de A. e SERTORI R. J. V. (org.). *Portfólio Acadêmico 2: Atuação na área tecnológica da arquitetura e construção: materiais, sistemas, processos e produção em madeira, terra crua e bambu*, 2021. Universidade de São Paulo. São Carlos/SP.

diretamente afetados por elas. Lefebvre (2001) propõe uma metodologia de trabalho que denomina como “transdução” e a “utopia experimental”.

A *transdução* é uma operação realizada através de um método que se difere da indução e dedução clássica. Dessa forma, se distancia da “construção de modelos”, de simulações e simples elaborações de hipóteses. Propondo um sistema de realimentação (feedback) constante entre o contexto conceitual e as observações empíricas.

A transdução elabora e constrói um objeto técnico possível, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade. [...]. Ela introduz o rigor na invenção e o conhecimento na utopia. (Lefebvre, [1968] (2001), p. 101)

Já a utopia experimental, diz respeito literalmente à experimentação utópica, na qual estuda-se na prática quais são as implicações e conseqüências.

Atualmente, quem não é utópico? Só os práticos estreitamente especializados que trabalham sob encomenda sem submeter ao menor exame crítico as normas e coações estipuladas, só esses personagens pouco interessantes escapam ao utopismo. Todos são utópicos, [...]. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem-sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis a felicidade? É isso que interessa. (Lefebvre, [1968] (2001), p. 101)

Nesse caso, os “espaços favoráveis a felicidade” são os assentamentos de reforma agrária. Neles há uma potencialidade democrática de vida plenamente vivida que sucede a atuação do Estado e também do trabalho de técnicos de diversas áreas, já que desde sua criação existe um contato direto agrônomos extensionistas rurais, por exemplo. Coincidentemente, ou não, estes agentes são chamados também de **assistentes técnicos**. No entanto, a trajetória desse campo de atuação da agronomia já está bastante consolidada, sua origem data do final da década de 1940 (Castro e Pereira, 2017).

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) iniciou-se com a atuação de uma entidade sem fins lucrativos no estado de Minas Gerais, em 1948, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). O modelo dessa extensão rural era baseado em um modelo norte-americano de difusão de informações, orientado pelo molde desenvolvimentista, portanto, difundiu relações de produção capitalistas no campo (Castro e Pereira, 2017). A função principal desse trabalho extensionista era servir à interlocução entre os povos do campo e instituições que produziam inovações para a agropecuária – fazendo parte das

ferramentas da política de modernização conservadora da agricultura. De forma que, durante a ditadura militar, foi o principal instrumento de desenvolvimento rural (Castro e Pereira, 2017). Assim, diversas instituições de ATER foram se difundindo entre os estados brasileiros.

O projeto desenvolvimentista dos militares para o meio rural culminou, em 1974, na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e em 1975, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Enquanto a primeira cuidava da pesquisa para a inovação pecuária, a segunda tinha como objetivo inserir e difundir essas inovações no ambiente rural brasileiro (Castro e Pereira, 2017). A criação dessas empresas constituiu um poderoso mecanismo da política agrícola, caracterizada por uma prática “alienante e domesticadora”, atuando de forma centralizada e vertical para disseminar relações capitalistas para o meio rural, visando a “consequente subordinação aos complexos agroindustriais” (Caporal [1998] apud Castro e Pereira, 2017).

Segundo Castro e Pereira (2017), as críticas acerca do modelo de “educação bancária” e “alienante” da extensão rural foram iniciadas por Paulo Freire no livro *Extensão ou comunicação?*, publicado pela primeira vez em 1969. No seu texto, o educador analisa o problema de comunicação entre o técnico e o camponês, iniciando com a análise do termo “extensão”, contrapondo-o ao conceito de comunicação, já que este seria mais apropriado para a definição do trabalho do “agrônomo educador”. Para Freire (1985), o conceito de extensão por vezes engloba ideias que transformam o camponês em um mero objeto a ser manipulado, impedindo-o de ser parte da transformação do mundo – substituindo educação por propaganda.

Aos camponeses, não temos que persuadi-los para que aceitem a propaganda, que, qualquer que seja seu conteúdo, comercial, ideológico ou técnico, é sempre “domesticadora”. [...]. Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda, quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela.

Este, sim, é o trabalho autêntico do agrônomo como educador, do agrônomo como um especialista, que atua com outros homens sobre a realidade que os mediatiza. Não lhe cabe portanto, de uma perspectiva humanista, estender suas técnicas, entrega-las, prescreve-las; não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda. (Freire, [1969] 1985, p. 14)

Na análise semântica do termo extensão, Freire (1985) revela sua conotação mecanicista, implicando em ações como: levar, transferir, entregar, depositar algo em alguém. Dessa forma, percebe-se que o sujeito que transfere o conhecimento é o catalisador ativo para a transformação, enquanto o camponês receptor é apenas um espectador. Essa via de mão única, na qual pressupõe-se que só há conhecimento por parte do assistente técnico, é um equívoco na compreensão da realidade como totalidade. Ou seja, parte de uma concepção ingênua e reducionista do problema técnico³⁷, não percebendo “que a técnica bem acabada ou ‘elaborada’, tanto quanto a ciência de que é uma aplicação prática, se encontra, como já afirmamos, condicionada histórico-socialmente. Não há técnica neutra, assexuada” (Freire, 1985, p. 21).

A partir de então o debate sobre o fator alienante da assistência técnica rural passou a ser debatido mais amplamente. Até que no começo dos anos 2000, iniciou-se um processo de revisão da ATER, culminando em 2003 na proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e na criação do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES). A revisão incluiu o conceito de desenvolvimento sustentável como um dos princípios orientadores da política, além de inserir noções de igualdade étnica e de gênero (Castro e Pereira, 2017). Dessa forma, há uma mudança radical em termos teóricos, filosóficos e metodológicos na atuação dos extensionistas, rompendo com o método convencional vertical e sem compreensão da potencialidade do diálogo.

No entanto, apesar das discussões, revisões e alterações na política de ATER, ainda há diversos entraves para romper com os vieses setorial e produtivista (Castro e Pereira, 2017). As dificuldades de implementação das reformulações podem estar intimamente conectadas a alguns fatores como: as limitações na formação acadêmica dos profissionais, por ainda persistirem resquícios enraizados do modelo anterior, chamado de disfuncionista-inovador (Paiva apud Castro e Pereira, 2017); e, a atuação técnica verticalizada e sem compromisso com a autonomia popular, resultado não só da falta de preparo como também de interesse dos profissionais envolvidos. Pode-se dizer que, a PNATER não conseguiu induzir nenhum impacto sistêmico na prática, por estar desassociada à outras estratégias de implementação.

³⁷ Esse tema será abordado com mais profundidade no capítulo 4, *O técnico, a técnica e a luta*.

Com o breve histórico da assistência técnica para o campo das ciências agrárias – ATER, pode-se ressaltar algumas questões relevantes a serem discutidas no âmbito da assistência e assessoria técnica no campo da arquitetura e do urbanismo – ATHIS. A primeira questão diz respeito à implementação de políticas de bem-estar social com vieses democráticos, participativos e inclusivos. Apesar da ATER já possuir uma atuação histórica mais estruturada – com orientação desenvolvimentista; a partir do momento que há uma reforma crítica teórica, encontra-se impeditivos que barram a aplicação prática das revisões metodológicas. No caso da lei de ATHIS, que foi discutida e publicada na mesma década da PNATER, já é visível o teor democrático em seu texto inicial. No entanto, apesar de já nascer consciente teoricamente que sua prática não deve estar vinculada à produção mercadológica da construção civil – e sim ao cumprimento do direito à moradia digna; existem, também, as mesmas barreiras na implementação de caráter verdadeiramente popular e democrático.

As duas últimas questões dizem respeito à técnica e a metodologia, que podem, por fim, trazer as possibilidades de mudanças práticas para ambos os campos. Por estar associada diretamente à atuação e formação dos profissionais, a metodologia compõe um papel fundamental para refletir os princípios norteadores da assistência técnica. A definição da forma de atuação e de abordagem representa o cruzamento entre a teoria existente e a prática ainda a ser efetivada ou rearranjada. Portanto, a revisão teórica requer, também, uma revisão metodológica. Neste sentido, o que precisa ser defendido é a que a atuação não se deve fundamentar em relações assistencialistas e tecnocratas, pois estas são técnicas colonizadoras, que invadem a cultura popular com um tom de soberba para lhe oferecer “soluções técnicas”, geralmente desvinculadas com a realidade.

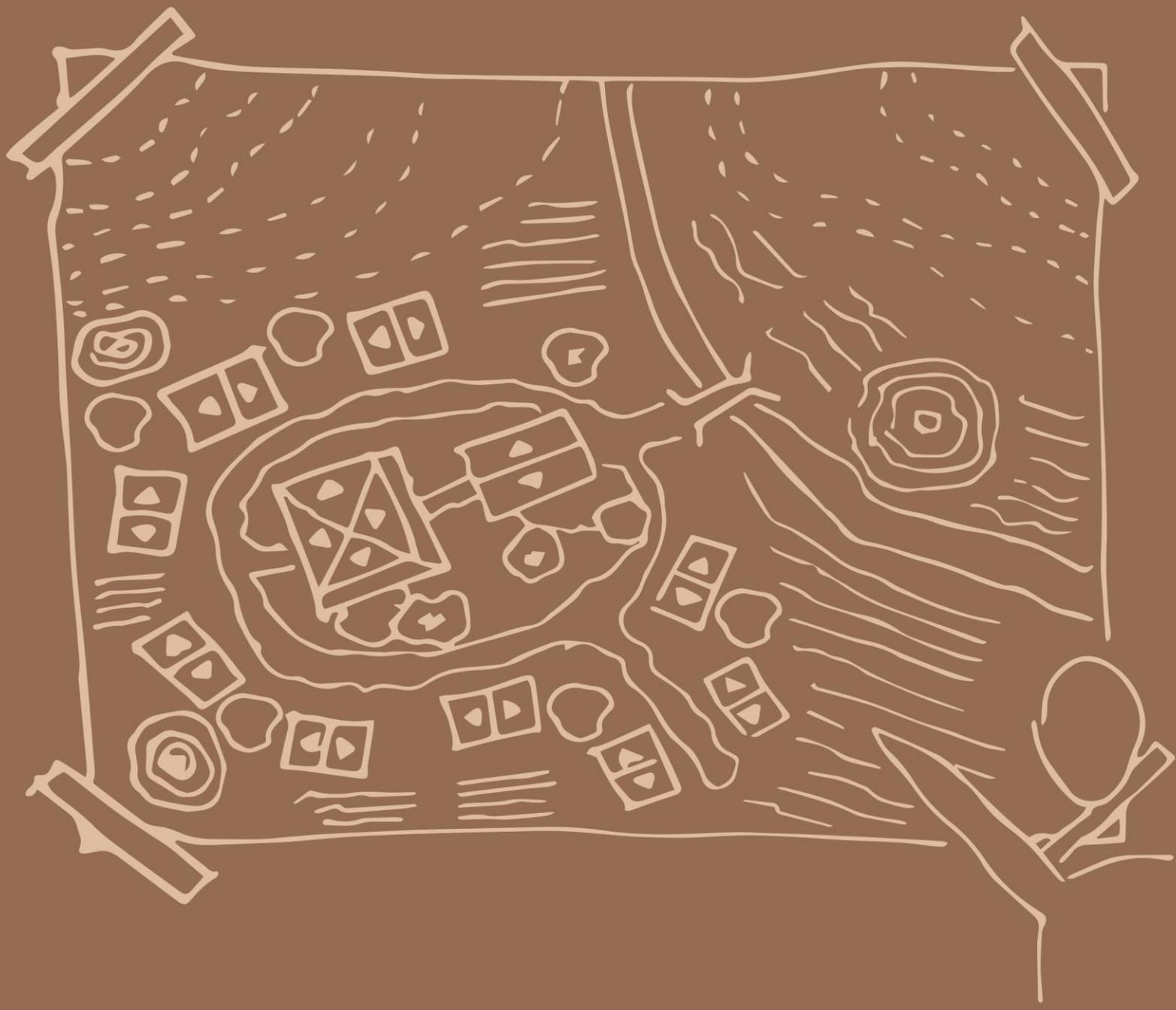
Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (Freire, [1969] 1985, p. 15)

A questão da metodologia vincula-se com o debate sobre a questão da técnica - enquanto ciência, conhecimento e princípios. Como foi percebido nos escritos do educador Paulo Freire, a metodologia de atuação alienante, que se restringe a soluções técnicas generalistas, está associada a crença de que há, na técnica, a possibilidade de uma resposta

apolítica, uma solução neutra. Porém, a partir do momento que o técnico se isenta de compreender a realidade dos sujeitos sociais envolvidos, resolvendo situações de vida humana como quem soluciona uma equação que não envolve fatores subjetivos, sociais, políticos e econômicos. Os técnicos estão escolhendo um “lado”, estão atuando sob a perspectiva de não reconhecer as particularidades da vida real, nesse caso, dos camponeses. E isso é favorável a uns e completamente nocivo a outros, pois há quem se beneficie da alienação dos oprimidos. Portanto, não há neutralidade na isenção.

Compreendendo a relevância da ATHIS para a democratização do acesso aos serviços de arquitetos-urbanistas e dos técnicos como um todo para o fortalecimento da luta camponesa, se faz necessário um aprofundamento na possibilidade do campo enquanto um campo possível para os profissionais da arquitetura e do urbanismo. Dessa forma, enxergar-se-á como o habitat da reforma agrária está sendo tecnicamente produzido, analisando as falhas e os avanços, para enfim, discutir soluções coerentes.

**O CAMPO ENQUANTO
CAMPO PARA
ARQUITETURA E
URBANISMO**



3 O CAMPO ENQUANTO CAMPO PARA ARQUITETURA E URBANISMO

Apesar da cultura que insiste em afirmar que sim, o Brasil é urbano e ponto, existe um “gigante invisível” (Valadares, 2014), o espaço rural, que precisa ser considerado pela Arquitetura e pelo Urbanismo, principalmente pela sua indissociabilidade com o espaço que, em tese, representaria o seu oposto: o urbano. Essa cegueira que acomete os arquitetos-urbanistas, “os especialistas das cidades” (Sertori, 2018), é sustentada por uma formação sedimentada em conceitos infestados de uma lógica urbanoide e mercadológica, que desconsidera conceitos de cidade que não estejam atrelados ao binômio urbanização-industrialização. Lógica esta que comete erros na produção do espaço urbanos e os replica no espaço rural, com a “boa intenção” de estar levando o “progresso” a uma população considerada arcaica e em desaparecimento.

Somente a partir da compreensão das particularidades e necessidade dos povos do campo, das águas e das florestas, é que poderá ser pensado um planejamento que não tenha como preceito a urbanização de comunidades rurais ou a imposição de uma lógica urbana de se organizar e construir. O espaço rural brasileiro abriga diferentes manifestações e modos de habitar, é urgente evitar as generalizações, buscar planejar o campo em campo (*in loco*) e de diferentes pontos de vista, ou seja, uma atividade necessariamente transdisciplinar (Sertori, 2020).

Este capítulo será dividido em duas partes, no primeiro momento se debruçará sobre a arquitetura rural camponesa, tanto sobre o aspecto da produção habitacional e de infraestrutura sob o comando do Estado, que insiste em soluções prontas inadequadas a realidade dos assentados; quanto sobre o processo de planejamento iniciado ainda no período de acampamento. Já no segundo momento será discutida a possibilidade de associação dos conceitos da agroecologia, fortemente presente em assentamentos de reforma agrária, para a produção arquitetônica.

Assim, este capítulo busca compreender e criticar a abordagem ultrapassada e desarticulada das políticas públicas de provisão de terra, trabalho e moradia em assentamentos de reforma agrária, tendo como contraponto a potencialidade da organização popular camponesa para o planejamento de seu modo de habitar. Para isso, a pesquisa se ocupa de compreender melhor a organização territorial dos Assentamento de Reforma Agrária a partir do Caderno de Cooperação Agrícola N° 10: O que levar em conta

para a organização do assentamento, produzido pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e pelo MST. Este material foi desenvolvido com base nas experiências acumuladas do movimento na implementação de assentamentos, ele é destinado especialmente para orientar militantes e dirigentes que vão conduzir o planejamento comunitário local. Este documento é fruto da necessidade e sobrevivência, representa uma lacuna que o próprio movimento se incumbiu de preencher: a falta de planejadores e assessores técnicos ao lado da luta pela terra fora do espaço urbano, representando assim, uma espécie de guia para um “autoplanejamento” popular campesino.

3.1. O Habitat da Reforma Agrária: Planejamento e produção

Há uma grande variedade de situações espaciais no vasto espaço rural brasileiro, dentre elas há a população assentada. Na sua imensa maioria, os assentamentos de reforma agrária são antigos latifúndios conquistados através da luta de trabalhadores rurais sem terra. Sendo assim, o processo de implantação de cada assentamento se configura de maneira diversa, pois cada conquista de terra é diferente, já que sofrem interferências na abordagem de cada órgão e/ou movimento³⁸ que está presente nele (Pereira, Barone e Hirao, 2016). No entanto, em todos os casos, está intrínseco a este habitat uma grande transformação – de grande latifúndio a propriedade coletiva.

De certa forma, a mudança mais nítida se encontra no sistema produtivo de uma grande fazenda com um único dono para o uso comum da terra para produção. Mas ela não acontece isoladamente e não pode deixar de ser compreendida de forma conjunta com a nova organização socioespacial. O que nem sempre acontece, tendo em vista a tendência reducionista de tratar os assentamentos apenas a partir de sua dimensão econômica. “Mas o rural não se resume às formas de produção agropecuária. O rural é um lugar de produção e também um lugar de vida e de moradia.” (Favareto e Wanderley, 2013, p. 415). Porém, é comum programas governamentais priorizarem investimentos para a produção agrícola (também sendo o único majoritariamente com propostas coletivas, como o incentivo a formação de cooperativas), deixando de lado as demandas por infraestruturas essenciais para reprodução da força de trabalho.

³⁸ Neste trabalho, a análise será feita a partir metodologia de atuação do MST.

Ademais, outro fator que explica a insuficiente infraestrutura, não só dos assentamentos de reforma agrária, como de todo o espaço rural brasileiro, é a associação direta entre a oferta desses serviços e o processo de urbanização. O antagonismo reforçado entre estes espaços concentra todo o acesso a infraestrutura e equipamentos no meio urbano, já que o espaço rural está resguardado na categoria de ambiente arcaico. Isso faz com que, à medida que comunidades rurais vão recebendo estas estruturas, vão sendo desconsideradas enquanto território rural.

A urbanização forçada do ambiente rural pode ser vista na definição do formato das políticas públicas e na delimitação dos perímetros urbanos e rurais dos municípios. As áreas rurais que contam com o mínimo apoio do Estado para sobreviver, já são imediatamente classificados enquanto “futuros espaços urbanos” ou “zonas de expansão”. Esse “exagero da extensão dos espaços urbanos” (Pereira, Barone e Hirao, 2016) só é possível porque a delimitação desses perímetros é de responsabilidade das próprias câmaras municipais, tendo como base um aparato jurídico, principalmente o Decreto-Lei nº 311/1938 e o Código Tributário (Lei nº 5.172/1966).

O Decreto-Lei nº 311 estabelece a definição oficial de “cidade” ainda vigente no Brasil. Foi instituído durante a ditadura de Getúlio Vargas, um período marcado principalmente pelo projeto de modernização fundado no binômio urbanização-industrialização (Valadares, 2014). Este decreto elevou todas as sedes administrativas dos municípios a condição de cidade automaticamente, sem levar em consideração suas características espaciais e demográfica. Segundo Favareto e Wanderley (2013), apesar de impor exigências no que se refere às dimensões mínimas de áreas urbanas (vilas e cidades), fixação dos limites entre áreas urbanas e suburbanas, além da elaboração de mapas que registrassem essa delimitação, ele enfraquece seus próprios conceitos à medida que insiste em reconhecer espaços como urbanos, independentemente de suas dimensões e complexidades.

A definição brasileira de cidade é estritamente administrativa. Toda sede de município é cidade, e pronto. Mesmo que só tenha 4 casas, nas quais residem 3 famílias de agricultores e uma de madeireiro (caso de União da Serra). Se for sede de município, é cidade e estamos conversados. Disparate que surgiu em 1938, [...]. E que continua em vigor, pois nenhum outro diploma o revogou. (Veiga, 2004, p. 28)

De acordo com Eli da Veiga (2004), ao invés dos critérios puramente administrativos utilizados no Brasil (uma raridade mundial), deveriam ser analisados critérios estruturais e funcionais. O primeiro se refere à localização, densidade demográfica, ao número de habitantes, eleitores, moradia, dentre outros. Já o segundo seria relacionado à existência de serviços fundamentais para o espaço urbano. O autor afirma que, se levado em consideração estes critérios³⁹, o Brasil contaria, na melhor das hipóteses com umas 600 cidades (ao invés das 5.507 – segundo dados de 2004).

O motivo do exagero no número de cidades e conseqüentemente de “espaço urbano” está fundado apenas na arrecadação de impostos do próprio município que o faz. Já que, segundo o Código Tributário (Lei nº 5.172), são nas áreas urbanas que estes impostos são recolhidos, enquanto as áreas rurais os impostos são de ordem federal (Favareto e Wanderley, 2013). Além disso, a lei também associa a existência de infraestruturas indispensáveis com a condição urbana, considerando que para sê-la precisaria cumprir **apenas dois** destes incisos: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistemas de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros (artigo 32, parágrafo 1º). Ora, não o bastante, também está dito no código que, mesmo sem nenhum destes serviços, a área também pode ser considerada como “áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana” (artigo 32, parágrafo 2º).

Estamos diante de um paradoxo: para ser considerada urbana, uma cidade não precisa comprovar sua capacidade para o exercício das funções urbanas, porém, a presença de equipamentos de infraestrutura e de serviços, como os acima indicados, são vistos, legalmente, como a negação da condição rural. (Favareto e Wanderley, 2013, p. 423)

A ideia de propor equipamentos de infraestrutura e serviços apenas quando há a intenção de iniciar um processo de urbanização é um retrato da dominação do espaço urbano e da desumanização da política de acesso a condições básicas de reprodução social no meio rural. Esse processo também revela a falta de intenção em formatar tais

³⁹ O autor cita como exemplo os critérios utilizados em Portugal: além de contar com 8 mil eleitores, deve-se oferecer ao menos metade desses equipamentos (hospital com permanência, farmácias, corporação de bombeiros, centro cultural, museu e biblioteca, serviços de hotelaria, estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, pré-primário e creches, transportes públicos, parques e jardins públicos).

implementações de acordo com outros ritmos de trabalho e modos de vida, com novas relações ecológicas e até mesmo culturas tradicionais (Cândido, 1964). Assim, “a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido” (Cândido, 1964, p. 181).

Compreende-se, portanto, que o cenário do planejamento e produção do habitat rural⁴⁰ está solidificado em uma lógica urbanizadora. E esta lógica não distingue, muito menos reconhece, as particularidades de um território tão vasto. De modo que a atuação segue os mesmos moldes, seja em assentamentos de reforma agrária ou quaisquer outras manifestações de assentamento humano rural. Assim, para poder analisar as consequências do formato dessas políticas públicas no território específico em questão, é necessário um acompanhamento mais próximo aos fatos concretos (estudo de caso 3.1.2.). Se faz necessário, também, compreender de forma isolada como se dá a produção habitacional e os seus impactos para a vida dos assentados.

3.1.1. O modo de fazer camponês

O planejamento de um assentamento inicia-se antes mesmo da certeza de que será consolidado. É durante o período de acampamento que surgem as primeiras discussões e são criadas as relações sociais, fundadas nos princípios da convivência e da participação coletiva. Tudo passa a ser discutido, desde a distribuição das famílias no espaço físico, até o modelo que será adotado para a produção agrícola, se individual ou coletiva (Cerqueira, 2009). Os acampamentos se configuram não apenas como uma importante estratégia de pressionar o poder público, mas também um instrumento de formação, onde o MST inicia o seu trabalho de base.

[...]: arrebanhamos pessoas simples, que viviam nas comunidades rurais ou periferias das cidades, que conviviam e participavam apenas de momentos religiosos (culto), esportivo (futebol) e social (boteco) e com elas construímos uma nova estrutura social (acampamento) onde passaremos a vivenciar diversos níveis de participação interna (grupo de base, equipes, setores, coordenação, assembleia). Como também participar

⁴⁰ Referir-se de modo geral ao planejamento e produção do habitat rural, e não especificamente do habitat da reforma agrária é uma escolha da autora. Devido aos entraves gigantescos que ainda não chegam nem sequer a visualizar nem forma geral, quanto mais de forma específica, o problema do povos dos campos, das águas e das florestas.

das mobilizações e em fim a conviver intensamente. Assim, estas pessoas, saem de um nível muito pequeno de convivência e participação e se incorporam em uma estrutura social que proporciona e acelera estes aspectos. Se esta estrutura social (acampamento) de fato funcionar, teremos um “laboratório de formar consciências sociais”. (CONCRAB-MST, 2001, p. 7)

Os acampamentos são espaços que apresentam alto teor de organização política, onde os acampados são estimulados cotidianamente por uma outra forma de viver, com inserção de novos tipos de convívio e de formação que lhe são próprios. Sendo estruturados de forma particular, a partir de seus próprios princípios, diretrizes e normas. Estes fundamentos, elaborados nos encontros e congressos nacional do Movimento, são geralmente traduzidos em cartilhas didáticas que são utilizadas por militantes e dirigentes durante o processo de luta no acampamento (Cerqueira, 2009).

Dentre as cartilhas produzidas, destaca-se aqui o Caderno de Cooperativa Agrícola nº 10, intitulado *O que levar em conta para a organização do assentamento: “A discussão no acampamento”* (CONCRAB-MST, 2001). O texto trata especificamente de questões importante para a organização espacial do futuro assentamento, traduzindo em sete ações, consideradas como “o núcleo básico da proposta”: o controle político sobre o projeto de assentamento e o corte da área; o sorteio em grupo de famílias; o processo de titulação; a organização da moradia, a organização dos núcleos de base; a organização da produção e da cooperação agrícola; e, a formação como método de acompanhamento e qualificação da consciência (Prancha 1, p. 68). E mais onze “elementos complementares a serem considerados”: os serviços internos nos assentamentos; a escola; a infraestrutura social; a cooperação agrícola de nível superior; a religiosidade; o embelezamento; a memória e os símbolos da luta; a motivação ideológica; as manifestações artísticas e culturais; os hábitos de saúde; e, as lutas de massas (Prancha 1, p. 66).

De acordo com Borges (2000)⁴¹ *apud* Cerqueira (2009), os assentamentos geralmente são compostos pelos lotes ou parcelas de trabalho⁴², pelas Áreas de Preservação Permanentes⁴³ (APPs), pelas vias de circulação (estradas vicinais) e pelo *habitat* (moradia e

⁴¹ BORGES, Amadja Henrique. *MST: Habitats em movimento*. 2002. 114 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2002

⁴² Que podem ser individuais, coletivos ou uma associação entre estas modalidades, a depender da organização social de cada família envolvida. Cabe também dizer que, cada família recebe o mesmo número de hectare, mesmo optando pela produção coletiva.

⁴³ Atualmente, os projetos de assentamentos de reforma agrária necessitam de licenciamento ambiental. Ao menos 20% de sua área deve ser destinada a Reserva Legal. Consultar: Resolução CONAMA nº 387/2006.

vida cotidiana – lotes de moradia, arruamentos e equipamentos comunitários). Existem diferentes formas de organização dessas partes no território, as mais conhecidas são: o “quadrado burro”, o núcleo habitacional e o núcleo de moradia (CONCRAB-MST, 2001) (Prancha 2, p. 67). A intenção de apresentar os modelos não está fundada em dizer se este ou aquele é mais adequado: o modelo ideal é aquele discutido e decidido em conjunto com os assentados, com base nos prós e contras para cada organização social específica.

Dentre as ações descritas no Caderno, ressalta-se a coerência de um verdadeiro trabalho de planejamento territorial participativo com base nas normas e princípios definidos pelo Movimento. Os pontos são complementares à medida que se tornam estratégias para atingir um mesmo objetivo, pautando o controle político do projeto com a tomada de decisões coletivas. Desde os debates sobre a repartição de lotes e titulação, que podem adquirir faces individualistas, sendo cuidadosamente trabalhados em prol do convívio social e da produção coletiva. Estimulando o exercício da consciência para fazer com que o espaço físico do assentamento reflita todo o processo e as discussões vivenciadas do acampamento.

Outro destaque, no que se refere a efetivação da participação ativa no planejamento, é o agrupamento das famílias nos núcleos de moradia por proximidade. A consequência para o convívio, o sentimento de vizinhança e de cooperação são ampliados quando há afinidade entre os membros. E, certamente, fazem como que os Núcleos de Base sejam eficientes no estímulo ao posicionamento de todos (por serem de escala reduzida e, portanto, mais confortáveis e íntimos para os envolvidos), conseguindo captar uma grande diversidade de opiniões.

Ademais, a estratégia de formação como método, cria um espaço flexível que abre brechas para servir de ferramenta para correção de erros que o próprio Caderno pode ter cometido. Notadamente, um texto que promove a construção de espaços democráticos com o esforço de pensar coletivamente o território. Cabe lembrar que estas discussões acontecem durante o período de acampamento, onde a organização e direção do projeto conta com apenas os dirigentes, militantes do MST e a sua base (os acampados). A partir do início do processo de reconhecimento, para posterior regularização e consolidação enquanto assentamento, outros agentes passam a interferir nesta estrutura de planejamento. Assim, após as teorizações sobre o planejamento do habitat da reforma agrária, será analisado como se dá a sua produção concreta.

O QUE LEVAR EM CONTA PARA A ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA?

Elaboração própria
FONTE: CONCRAB/2001

Comunidades acima de 30 famílias recomenda-se dois ou mais núcleos de base;
O núcleo de moradia/habitacional se constituirá então em núcleo de base do assentamento;

É considerada a instância básica para a gestão do assentamento.

processo de titulação

Propor debates sobre o processo de titulação a fim de garantir a posse e o usufruto da terra.

“O que interessa agora é entender como poderemos romper com a propriedade privada do lote da terra. Romper com este sentimento de propriedade que nada tem a ver com a garantia de produção e de prosperidade das famílias assentadas.” (concrab, 2001)

A luta não visa a comercialização da terra.

Esforço do “pensar coletivamente o assentamento” e, a partir disso, adequar o sonho de cada um ao potencial existente e a necessidade real.

Discutir a produção e o planejamento aliado aos aspectos ambientais e tecnológicos.

Abordar formas de cooperação agrícola entre as famílias próximas e também sobre assistência técnica, controle do crédito e apresentar novos jeitos de produzir.

núcleos de base



produção e cooperação

Caso do nordeste - incentivo ao modelo de agrovilas, pelo número reduzido de famílias - podendo formar núcleos de moradia ou núcleos habitacionais em casos maiores [prancha 2];

Necessidade de área social central nos núcleos;
Evitar o modelo “quadrado burro”.

moradia



controle político sobre o projeto

Flexibilizar a organização de moradias, estimular a cooperação e a criatividade da base.

Domínio durante a fase de planejamento do assentamento e da repartição de lotes.

“O motor das discussões internas e a ferramenta para garantir o que foi discutido.” (CONCRAB, 2001)

Possibilidade de criar empresas e organizações vinculadas ao movimento para disputar editais de execução dos projetos - facilitando adequações a metodologia.

sorteios dos lotes por grupos

As famílias próximas devem se organizar em grupos para que o sorteio de lotes aconteça por grupos.

Evita dispersão e dá o primeiro passo para uma futura cooperação entre famílias (produção coletiva).

formação como método

Duas formas: massiva, através de cursos; e outra para lideranças e militantes.

Servir como ferramenta de correção dos erros e superação das contradições de todo o processo descrito.

Acompanhar e qualificar a consciência.

cooperação agrícola de nível superior

Identificar, durante o processo de discussão, famílias que estejam mais interessadas no trabalho coletivo;

Estabelecer um acompanhamento mais próximo destas famílias;

Incentivar o intercâmbio de saberes;

serviços internos

Não são incentivadas iniciativas individuais;

Cooperativa de Prestação de Serviço (CPS);

Discutir a proposta de espaços administrados coletivamente;

Cooperativa de Trabalho – para a construção de casas e outros serviços.

infraestrutura social

Ter espaço na área central destinado para a construção de um centro social;

“O debate destas ideias estimula as famílias a projetarem o local onde irão viver, não se limitando ao lote.” (CONCRAB, 2001)

Praça, quadra de futebol, jardim, parquinho, etc;

Monumentos simples como placas ou até mesmo a construção de um memorial

“Acender a chama da memória em cada um dos assentados é nosso dever. Reaviva-la, alimenta-la com novos sonhos faz parte de nossa política.” (CONCRAB, 2001)

memórias e símbolos de luta

arte e cultura

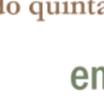
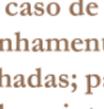
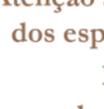
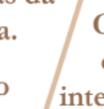
“Para evitar que o assentamento vire um ‘cemitério’ com o passar dos anos” (CONCRAB, 2001)

Organizar um festival interno de poesia e música;
Aproveitar festas típicas e culturais;
Pensar em um serviço de autofalante ou uma rádio comunitária.

Organizar grupos de teatro e dança;



ELEMENTOS COMPLEMENTARES



Compreensão de que o ambiente interfere no bem-estar e, portanto, deve ser bonito;

Cercas vivas; símbolos de luta e homenagem a lutadores do povo;
Atenção à organização e limpeza dos espaços; arborização com plantas nativas;

No caso de agrovilas: casas no mesmo alinhamento; unidade na pintura das fachadas; padronização nas estruturas do quintal; presença da bandeira.

embelezamento

lutas de massas

Estudo, reflexão e ação em nome do desenvolvimento da consciência de classe.

Estimular a participação para além do acesso ao crédito e à moradia;

Luta política, corporativa e econômica.

Educar para combater e produzir.

Escola no próprio assentamento;

Professores com a pedagogia do Movimento;

Cirandas infantis;

Equipe de educação e os núcleos de base;

Biblioteca comunitária.

escola

Alfabetização de jovens e adultos;

Escola no próprio assentamento;

Professores com a pedagogia do Movimento;

Cirandas infantis;

religiosidade

Respeito e diálogo ecumênico e inter-religioso;

Reconhecimento da face libertadora das religiões e seitas;

“Certamente, na medida em que conquistamos a energia elétrica e a água encanada, avançamos na humanização das pessoas.” (CONCRAB, 2001)

Planejar a casa para que seja arejada e com pouca umidade;

Atenção especial aos banheiros e fossas;

Controlar vetores de doenças;

Alimentação saudável.

saúde

Erguer painéis com mensagens que estimulem a reflexão em torno do projeto popular;

Construir o convívio e o cotidiano através da mensagem ideológica do projeto social.

motivação ideológica



“QUADRADO BURRO”

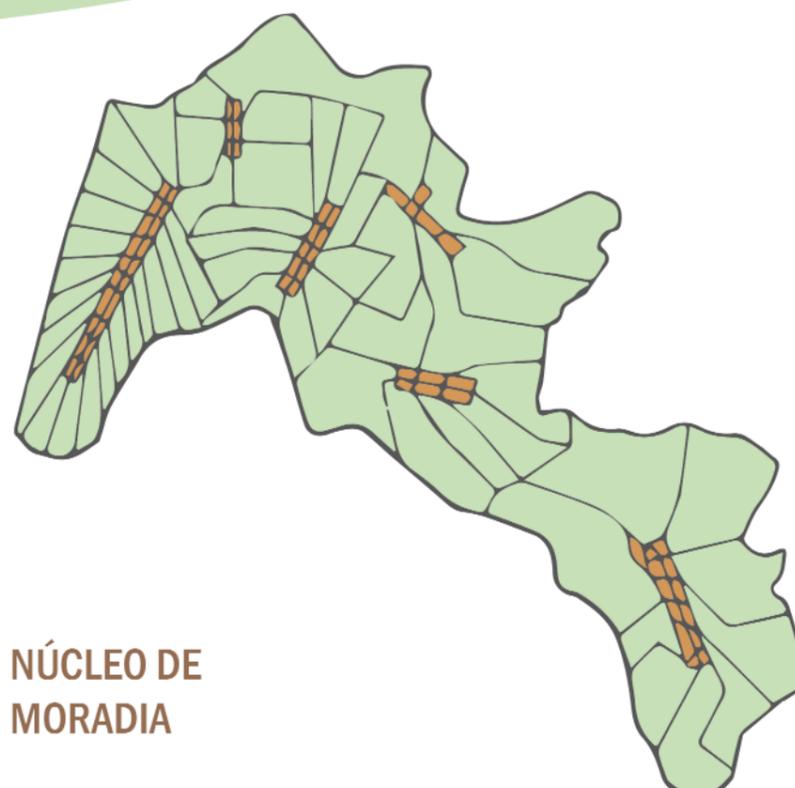
Nomeado dessa forma pelos próprios assentados, representa um modelo pouco funcional e feito às pressas. Neste modelo os lotes são divididos igualmente dentro do terreno, semelhante a um loteamento urbano. De forma que, as casas ficam dentro de seus próprios lotes.

A crítica a esta divisão se dá pela sua falta de consideração para com as especificidades do terreno, sendo feita pela sua simplicidade e rapidez. Uma vez que “não exige muitos cálculos e/ou um reflexão crítica envolvendo assentados x produção x meio ambiente x sociedade” (Novaes e Júnior, 2005, p. 4).

Sendo assim, é um modelo raramente incentivado pelo movimento, já que reproduz fielmente o título formal da propriedade privada, não rompendo a definição individualistas do lote. Porém é adotado em casos de assentamentos que os trabalhadores são mais resistentes às iniciativas de coletividade.

Essa tipologia também continua sendo adotado por apresentar muitas vantagens ao INCRA, como por exemplo a facilidade. Já que não necessita de estudos mais profundos sobre as particularidades do terreno. Consequentemente, trata-se do modelo mais rápido e barato (se analisado por essa ótica).

Porém, apesar ser bastante cômodo inicialmente para o Estado, há muitas desvantagens, tanto para os assentados, quanto para o próprio Estado. A dispersão dificulta o escoamento da produção, eleva custos para implementação de quaisquer infraestruturas, além de gerar insegurança e falta de sociabilidade. Também faz com que uma pequena parte dos assentados tenham privilégios como acesso a corpos hídricos, proximidade à rodovias e solos compatíveis com sua cultura produtiva.



NÚCLEO DE MORADIA

Modelo que representa um equilíbrio entre os interesses individuais de alguns assentados resistentes à produção coletiva, sem que disperse completamente as moradias, como no modelo anterior. De forma que o terreno passa a ser composto por vários núcleos de moradia. Esta organização favorece a implementação de infraestruturas, além de fortalecer a sensação de segurança

Diferente da Agrovila, neste parcelamento a casa permanece em cima do lote individual, no entanto, ele é feito com a intenção de permitir uma maior proximidade entre as moradias. Sugere-se que as casas do núcleo sejam construídas num mesmo alinhamento.

Mesmo com o esforço de aproximar, provavelmente haverá casos em que alguns lotes vão ficar isolados, a depender das especificidades de cada terreno.

Em relação à comodidade vista no modelo anterior, este apresenta avanços, sendo necessária um exame mais criterioso na medição e corte da área. Neste caso também são levados em consideração outros aspectos técnicos como a topografia, a localização de fontes hídricas, proximidade com as estradas e até mesmo estruturar pré-existentes da antiga fazenda. O objetivo maior desse traçado é viabilizar a aproximação da vizinhança, sem comprometer o trajeto de casa para o lote.

As desvantagens desta escolha está na tendência de encurtamento da frente do lote a medida que o cresce o número de moradias (e também em locais onde o módulo rural mínimo é grande - 25ha), deixando o lote “espichado”. Ademais, assim como o “quadrado burro” pode beneficiar alguns assentados, com localização mais privilegiadas, possibilitando facilidade de acesso.



NÚCLEO HABITACIONAL (AGROVILAS)

Assim como no modelo Núcleo de Moradia, as casas são agrupadas. No entanto, há a desvinculação do sistema “casa em cima do lote”. Por mais que cada família receba oficialmente a posse de um lote individual, na prática estas linhas são apenas imaginárias. Resultando, portanto, em um modelo bastante flexível, adquirindo novas divisões e aglutinações de acordo com as necessidades do grupo. Uma tipologia que propicia a propagação das ideias e princípios da produção coletiva, amplamente defendida pelo MST.

Normalmente, as famílias definem juntas onde será o núcleo habitacional, se valendo de critérios topográficos do terreno. A partir da localização, também definem as divisões e a porção de área que será designada para os “quintais”. Já que, embora o local de produção não esteja mais vinculado diretamente com a casa, os assentados costumam produzir individualmente para consumo próprio ou escambo interno entre eles.

Além das vantagens para os interesses coletivos, também é um modelo que barateia e facilita a implantação física de infraestrutura. Possibilita também uma maior sensação de segurança, podendo oferecer também espaços destinados às construções de uso coletivo, como escola, consultórios, espaço de culto e centro social.

A maior desvantagem está na dificuldade de se introduzir este modelo, pois rompe diretamente com o individualismo e a propriedade privada. Além disso, também é mais recomendado (o núcleo único) em pequenos assentamentos, podendo se dividir em mais de um núcleo para poder encurtar as distancias entre a produção e a moradia. Devido à isso, é uma tipologia mais frequentemente adotada nas regiões Norte e Nordeste.

*os mapas esquemáticos das tipologias de divisão de gleba são apenas ilustrativos da forma de organização espacial. Foram elaborados com base nos mapas contidos no artigo de Novaes e Júnior, referente ao Pré-assentamento Dois de Julho em Minas Gerais.

3.1.2. O modo de fazer do Estado

A criação e o desenvolvimento de um projeto de assentamento de reforma agrária são exclusivamente de responsabilidade executiva do INCRA. Desde seus aspectos físicos e produtivos, até mesmo os socioambientais. Cerqueira (2009) considera a criação de um projeto deste tipo como a representação de um “recomeçar”, sendo necessário organizar as famílias e reestruturar completamente o espaço físico. Este processo está dividido em etapas, tem início pela desapropriação, passa pela criação, implantação, desenvolvimento e, posteriormente, acesso à créditos de instalação e construção do espaço físico do habitat.

A desapropriação ocorre baseando-se no que a Constituição Federal de 1988 estabelece, a partir de suas normativas referentes à realização de reforma agrária (Cerqueira, 2009)⁴⁴. Podendo acontecer em duas modalidades: por desapropriação para fins de interesse social e de reforma agrária ou através de compra e venda. Sendo a primeira, a modalidade mais comum. Ocorre quando a propriedade não cumpre com a sua função social, deixando de atender a quatro requisitos previstos legalmente: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1992 *apud* Cerqueira, 2009).

O processo de desapropriação inicia-se quando, após fiscalização preliminar no imóvel (geralmente solicitado por integrantes de movimentos sociais ou de sindicatos) o INCRA detecta o não cumprimento de sua função social. A partir de então, o imóvel rural é declarado de interesse social para fins de reforma agrária, passando a estar passível à desapropriação. A ação em si fica sob a responsabilidade da União e, após as etapas burocráticas, necessita do aval do presidente da República – através da publicação de um decreto de desapropriação da terra (Cerqueira, 2009).

A etapa de desapropriação pode durar anos, enquanto isso, o acampamento segue se consolidando enquanto espaço provisório coletivo. É neste momento também que são utilizadas diferentes estratégias pelos movimentos sociais envolvidos para pressionar o poder público, como, por exemplo, manifestações e ocupações em órgãos públicos.

⁴⁴ Refere-se ao Capítulo III, Título VII, posteriormente regulamentado, em 1993, pela Lei 8.629 e Lei Complementar nº 76. E com alterações estabelecidas pela Lei Complementar nº88/1996; pelo Decreto nº 433/1993; Decreto 2.680/1998 (Cerqueira, 2009).

Quando concluído o processo legal de desapropriação, o INCRA possui um prazo de três anos para destinar a área aos respectivos beneficiários (Brasil, 1993 *apud* Cerqueira, 2009). Assim, as famílias recebem os títulos de domínio ou concessão de uso (que permanecem inegociáveis por 10 anos), documento que concede a posse da terra, sendo que a propriedade legal segue pertencendo ao INCRA⁴⁵.

A partir da conquista da posse da terra, inicia-se a fase de criação, implementação e desenvolvimento do assentamento. Assim, é necessário dar condições para que os assentados possam dignamente serem instalados para produzir e viver, garantindo: segurança alimentar, fomento ao processo produtivo, garantia para a geração de renda, além da construção de moradias e infraestruturas necessárias. Para isso, o INCRA estabelece algumas ações necessárias para o desenvolvimento desses territórios (Instrução Normativa nº 15/2004), são elas: criação de projetos; cadastro e seleção de candidatos; contrato de concessão de uso; créditos de apoio à instalação e aquisição de material de construção; serviços (assessoria técnica, social e ambiental – ATEs, projeto de exploração anual – PEA, plano de desenvolvimento do assentamento – PDA e o plano de recuperação do assentamento e topografia); infraestrutura básica; crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); supervisão e acompanhamento; e manejo dos recursos naturais (INCRA, 2004 *apud* Cerqueira, 2009)⁴⁶.

Com relação aos créditos de instalação disponíveis para os beneficiários, são apresentadas oito modalidades (Cerqueira, 2009). Até 2012, das oito modalidades de crédito, duas eram referentes à produção habitacional: aquisição de materiais para a construção de novas moradias; e, aquisição de materiais para recuperação/reforma/ampliação das moradias já existentes. De modo que, a questão da habitação em assentamentos de reforma agrária era tratada apenas via Programa de Crédito de Instalação, de responsabilidade quase que exclusiva do INCRA (Sertori, 2018). De acordo com Cerqueira (2009), a modalidade não trazia detalhamentos em seu texto normativo, principalmente sobre o serviço técnico específico a ser desempenhado nessas qualificações habitacionais. Além disso, não mencionava quais seriam as atividades práticas desempenhadas por este profissional, nem a forma de contratação destes.

⁴⁵ A titulação só é disponibilizada aos beneficiários após a consolidação completa do assentamento e do pagamento do valor de alienação do imóvel – estipulado pelo próprio INCRA, contendo um prazo de vinte anos de amortização e três anos de carência. (Brasil 1993 *apud* Cerqueira, 2009)

⁴⁶ Para compreender cada item mais detalhadamente, consultar: Cerqueira (2009).

A partir de 2013, segundo Sertori (2018), a Portaria Interministerial nº 78 passa a incluir os assentados como beneficiários do PNHR. O programa operava conforme uma estrutura institucional composta por diferentes agentes, cada um com suas atribuições específicas (Prancha 3, p. 72). Porém, este modelo praticado apresenta vários impasses na efetivação de uma verdadeira política pública digna. Em sua tese de doutorado, Rodolfo Sertori (2018) sintetiza em quatro pontos as principais reivindicações construídas no meio acadêmico⁴⁷ em conjunto com os movimentos sociais. Os tópicos referem-se: 1 – “às burocracias, deficiências e aos desafios percebidos por quem vinha participando da gestão da política de habitação social para as áreas rurais”; 2 – “à recorrente escassez de recursos previstos para o funcionamento dos programas habitacionais”; 3 – “à importância da participação de assessorias técnicas em todas as etapas da produção habitacional”; e, 4 – “à função social da universidade no que diz respeito a esse tema, bem como suas possíveis contribuições na formulação de análises e saídas para este problema” (Sertori, 2018, p. 149).

As falhas burocráticas são visíveis principalmente pela desvinculação entre a política de Habitação de Interesse Social (HIS) e as políticas de desenvolvimento rural. Resultando em uma falha sistêmica que não incorpora a habitação como parte constituinte de uma cidadania digna. Segundo Sertori (2018), também não há uma visão comum da HIS-rural (para o Estado, movimentos sociais, populações afetadas e a universidade), dificultando o diálogo e a busca por soluções conjuntas. Já em relação ao funcionamento concreto dos programas, são apontados como questões críticas: a lentidão e dificuldade dos mecanismos de acesso; a ineficiência de órgãos e entidades no acompanhamento da produção; a falta de preocupação com a participação e a autonomia das famílias beneficiadas; o enrijecido cronograma que não respeita as temporalidades do modo de viver do campo (calendário agrícola, período de safra e entre safra, por exemplo); e, por fim, a indiferença com o trabalho de acompanhamento de assessorias técnicas.

No que se refere à escassez de recursos, ressalta-se a desigualdade entre o valor praticado nos programas em ambiente urbano e no rural. Não considera a diferente logística do canteiro de obra rural, caracterizado por ser disperso e/ou de difícil acesso, encarecendo o transporte de materiais. Além de diferenciar, dentro do próprio PNHR, os valores

⁴⁷ O autor aponta como centro gerador desta análise as três edições do Colóquio Habitat e Cidadania, organizado pelos grupos HABIS (IAU/USP), CASAS (FAU/UnB) e GERAH (PPGAU/UFRN). Para maiores detalhes sobre a discussão, consultar: *Capítulo III – Programas de habitação e produção do PNHR nos assentamentos*, de Sertori (2018).

destinados a empreiteiras e a comunidades organizadas⁴⁸. Também não são previstos alguns gastos específicos necessários, nem correção anual e aditivos no decorrer da execução – resultando em obras inacabadas, que são finalizadas precariamente pelos próprios beneficiários. Ademais, o recurso destina-se apenas para a construção da casa como um objeto isolado, não leva em consideração as condições de saneamento, o entorno, a implantação, o paisagismo, o embelezamento, dentre outros aspectos.

Essa casa comum que nós compartilhamos no Brasil está rachada de cima embaixo. [...]. Nós não podemos reduzir a nossa compreensão de habitat a um abrigo. Porque, senão, não faz muita diferença sair debaixo de uma lona para ir debaixo de um telhado de amianto ou de concreto, porque você não escolheu o lugar onde você quer ficar, mas alguém escolheu por você. (Ailton Krenak, comunicação oral *apud* Sertori, 2018, p. 163)

Aqui, nota-se como o planejamento habitacional discutido durante a fase de acampamento, apresentado no capítulo anterior, desaparece a partir do momento que um programa enrijecido é imposto para concretizar os planos. Nesse sentido, os dois últimos tópicos revelam-se, também, como possíveis espaços para disputar modificações neste processo produtivo. Também é papel da assessoria técnica profissional tencionar a sua atuação em prol dos interesses da comunidade, transformando-se em canal de comunicação entre o poder público e seus beneficiários. Assim como, também faz parte da função social da universidade traçar argumentos técnicos para formulação de análises e soluções para esta realidade.

Assim, compreendido o contexto do planejamento e produção do habitat da reforma agrária, bem como suas particularidades e seus impasses, chega o momento da análise de fatos concretos. Por meio do estudo de caso a seguir, serão identificadas estas questões de forma mais objetiva e localizada. A fim de solidificar os desafios existentes para, posteriormente, fazer cumprir o papel da universidade na busca por soluções metodológicas para atuação de assessorias técnicas em assentamento de reforma agrária.

⁴⁸ O debate gira em torno, principalmente, da não-remuneração da Entidade Organizadora.

AGENTES E ATRIBUIÇÕES

ENTIDADE ORGANIZADORA

São organizações sem fins lucrativos, públicas ou privadas. Têm como função principal: facilitar a interlocução entre os agentes financeiros e as famílias.



Sindicatos
Associações
Cooperativas

- Representa o grupo de famílias;
- Quantifica a demanda e organiza a documentação;
- Propõe os projetos técnico e social;
 - Convoca assembleias;
- Realiza acompanhamento das obras;
- Acompanha a movimentação de recursos;
- Atesta a conclusão do trabalho social e do projeto.

GESTOR

GOVERNO FEDERAL

A partir do PNHR, a produção habitacional rural deixou de ser responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário.



Ministério das Cidades
Ministério da Fazenda

- Cria e regulamento o programa;
- Elabora cartilhas de instruções;
- Define a quem se destina o benefício;
- Estabelece as metas de produção;
- Determina as funções dos demais agentes;
- Define e controla o orçamento nacional.

Recursos provenientes do
Orçamento Geral da União

AGENTES FINANCEIROS



Caixa Econômica Federal
Banco do Brasil

- Verifica documentações necessárias;
- Estabelece as normas técnicas;
- Avalia a demanda e a documentação enviada;
- Aprova os contratos, em parceria com os gestor;
- Gerencia e libera recursos.

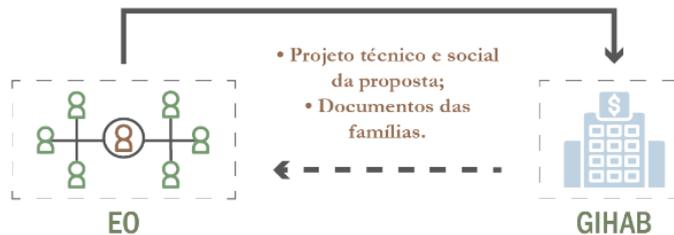
GESTOR OPERACIONAL

Gerências Executivas de Habitação (GIHAB)

- Verifica documentações necessárias;
- Estabelece as normas técnicas;
- Avalia a demanda e a documentação enviada;
- Aprova os contratos, em parceria com os gestor;
- Gerencia e libera recursos.

ETAPAS DE PRODUÇÃO

Processo utilizado para a construção ou reforma das unidades habitacionais. Escolhidos pela Entidade Organizadora (EO), junto às famílias.



REGIME CONSTRUTIVO

Autoconstrução Assistida

“Os beneficiários produzem suas moradias com a contratação de empresa (construtora) com o emprego de assistência técnica especializada como engenheiro, mestre de obras, pedreiro, electricista.” (Cartilha PNHR, 2013)

Mutirão Assistido

“Os beneficiários produzem, reciprocamente, as moradias com o auxílio de assistência técnica especializada, como engenheiro, mestre de obras, pedreiro, electricista.” (Cartilha PNHR, 2013)

Administração Direta

“A Entidade Organizadora é diretamente responsável pela execução das obras, além de utilizar mão-de-obra do seu quadro de funcionários ou a ela vinculado.” (Cartilha PNHR, 2013)

Empreitada Global

“Uma construtora é contratada para a execução da obra ou do serviço por preço certo e total. A empresa contratada vai gerenciar o empreendimento, administrando todos os recursos humanos, financeiros e materiais.” (Cartilha PNHR, 2013)

Comissão de Representantes (CRE)

Formada por 1 membro da EO + 2 beneficiários (mín.). Responsável pela: gestão de recursos financeiros; prestação de contas; gerenciamento e liberação dos recursos; assinatura de notas fiscais; coordenação do conjunto da obra; notificar as possíveis irregularidades no processo produtivo (qualidade de materiais ou desvio de recursos).

Assistência Técnica (AT)

Engenheiros (civís, agrônomos e agrícolas), arquitetos ou técnicos em edificações registrados. Sendo o profissional responsável por elaborar os projetos técnicos e gerenciar a obra.

Trabalho Técnico-Social (TTS)

Deve acontecer antes, durante e depois da finalização das obras. Sendo de responsabilidade integral da EO.

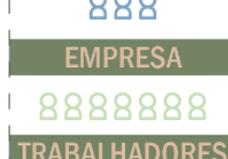
Neste regime construtivo, a CRE possui as mesmas atribuições. Assim como o profissional de AT, no entanto, este pode ou não compor o quadro de funcionários da empresa. Podendo estar sob a responsabilidade da EO a sua contratação. Diferentemente do TTS, que permanece sendo definida pela EO.

Empresa

Pode ser responsável pelas fases de projeto e execução ou apenas pela última. Suas funções são: organizar o trabalho nos canteiros; contratar trabalhadores (mão-de-obra própria ou terceirizada); gerenciar compra e entrega de materiais; alugar ou disponibilizar equipamento; e pode investir recursos próprios (quando há atraso das parcelas).

LEGENDA

- Fluxo administrativo
- Fluxo financeiro
- ⊗ Membro da Entidade Organizadora
- ⊗ Profissionais técnicos e/ou social
- ⊗ Construtora / Empreiteira
- ⊗ Trabalhadores
- ⊗ Beneficiários



3.1.3. O caso do Assentamento Rosa de Luxemburgo, Estância/SE

O assentamento Rosa de Luxemburgo está inserido no Povoado Rio Fundo, município de Estância⁴⁹ (Pranchas 4 e 5, p. 74 e 75), que integra a região do Sul Sergipano⁵⁰ e é um dos onze assentamentos criados no município (segundo informações coletadas no painel de assentamentos do INCRA em 2021). Possui uma área de 266,79 hectares, que antes pertencia a antiga Fazenda Gravatá, ocupada com a organização do MST. Em 2005, o INCRA desapropriou a propriedade, tendo emitido a regularização 5 meses após o início do processo de desapropriação. Atualmente, o assentamento Rosa de Luxemburgo conta com 26 famílias (sua capacidade máxima) e está classificado na Fase 3 – Assentamento Criado⁵¹.

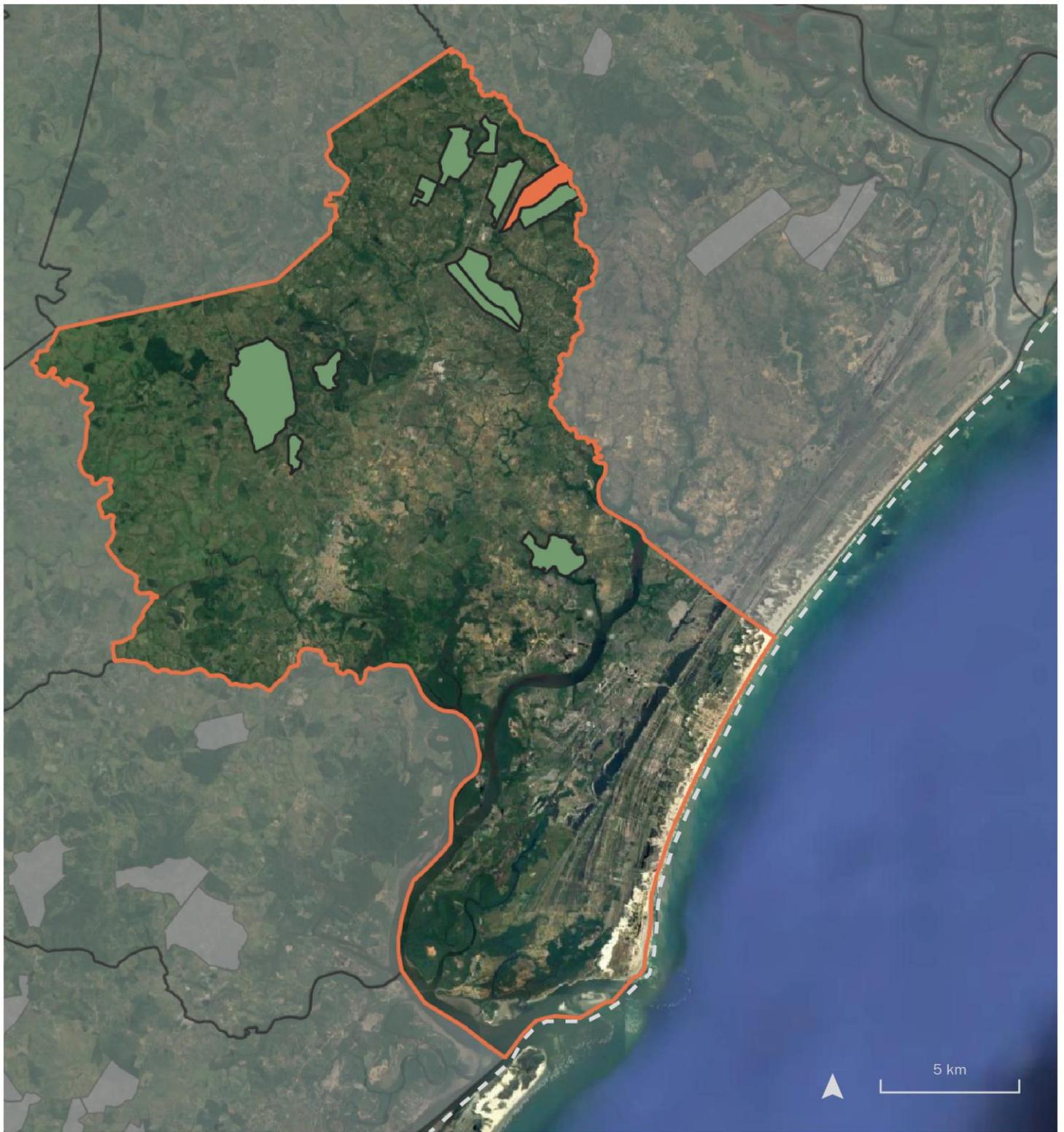
O assentamento Rosa de Luxemburgo fica a 18 (dezoito) quilômetros da sede municipal, situada fora do perímetro urbano delimitado oficialmente. Situado na Macrozona Rural de Desenvolvimento Sustentável e na Zona da Agricultura Familiar 1. No Plano Diretor Participativo do Município de Estância (Lei 2.145/2020) está definido que o objetivo da delimitação das áreas rurais está na promoção de desenvolvimento das atividades de agropecuária, agroindústria sustentável, agricultura familiar, pesca, extrativismo vegetal e exploração do turismo rural; além de ressaltar a importância de garantir a segurança alimentar e preservar os atributos ambientais, as áreas inadequadas à ocupação urbana e os modos de vida locais e tradicionais.

No Artigo 41, Do Perímetro Urbano e Rural, consta um parágrafo único que veta a expansão da urbanização nas áreas rurais. No entanto, a sede do assentamento, assim como outros povoamentos rurais, está classificada como Área Especial chamada de “Núcleo Urbano em Meio Rural”. Compreendendo, segundo o documento, “povoados rurais onde já existem serviços urbanos básicos e equipamentos comunitários”, com o objetivo de regular o uso, a ocupação e o parcelamento do solo; e, prover melhorias na infraestrutura e serviços urbanos (Estância, 2020).

⁴⁹ Segundo o IBGE (2010), Estância possui 647,344 km² e 64.409 habitantes (69.919 habitantes estimados para 2021).

⁵⁰ O Territórios da Cidadania é um programa do Governo Federal iniciado em 2008. Definido em seu próprio texto como “uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania”.

⁵¹ Fase 3 – “Imóvel já sob o domínio ou posse do Incra, na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas para o processo de legitimação delas, com a assinatura de respectivos contratos de assentamento.” MDA nº 80 de 24/04/2002.



ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA ESTÂNCIA/SE

FONTE:

Base cartográfica:
Google Maps, 2016.

Dados:
Área dos Assentamento: INCRA.
Disponível em:
www.acervofundiario.incra.gov.br
Acesso em: outubro, 2021.

-  ASSENTAMENTOS RURAIS
-  ASSENTAMENTOS RURAIS EM ESTÂNCIA
-  ASSENTAMENTO EM ESTUDO
Rosa de Luxemburgo
-  LIMITE DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
-  LIMITES MUNICIPAIS
-  LIMITES DO ESTADO DE SERGIPE

DIVISÃO MUNICIPAL - SERGIPE





ASSENTAMENTOS ROSA DE LUXEMBURGO ESTÂNCIA/SE

FONTE:

Base cartográfica:
Google Maps, 2016.

Dados:

Área dos Assentamento: INCRA.

Disponível em:

www.acervofundiario.incra.gov.br

Acesso em: outubro, 2021.

-  SEDE DA AGROVILA
Rosa de Luxemburgo
-  LIMITE DO ASSENTAMENTO
Rosa de Luxemburgo
-  LIMITES ASSENTAMENTOS VIZINHOS
-  LIMITES DO MUNICÍPIO
Estância



Neste momento, cabe lembrar as discussões apontadas no início do capítulo, acerca da delimitação e caracterização do espaço urbano e rural. É notável que o texto do recém revisado Plano Diretor de Estância incorpora diretrizes e objetivos que aponta para um entendimento mais amplo das relações campo-cidade. Porém, as dúvidas ainda recaem, pois não há o entendimento completo das zonas rurais do município, que segue reproduzindo o binômio urbano-rural. Principalmente no que se refere a estes “núcleos urbanos” situados na zona rural, que são indicados conforme a lógica da arrecadação tributária aliada à expansão urbana exposta anteriormente. Assim, apesar de indicar que não há possibilidade de expansão do urbano ao rural, indica também, contraditoriamente, núcleos de povoados rurais como “áreas urbanizáveis”. Sob o critério apenas de possuir, no caso do Assentamento Rosa de Luxemburgo, meio-fio e calçamento, abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário.

Atualmente o assentamento encontra-se servido de infraestruturas básicas (Pranchas 6 e 7, p. 78 e 79). Sendo que os serviços de saúde, educação e assistência social se dão fora da sede, seja em povoados mais próximos e mais estruturados ou em outros assentamentos mais antigos, como o Assentamento Paulo Freire. As 26 (vinte e seis) moradias foram financiadas pela Caixa Econômica Federal, sendo entregue em 2007. No entanto, já se encontram em estado precário e necessitando de melhorias. Segundo relatos colhidos com os camponeses, a grande maioria do sistema de tratamento de esgoto de cada unidade habitacional teve que ser refeita pelos próprios moradores. Antes do projeto da construção das unidades habitacionais, as famílias viviam em pequenas casas de taipa, que os próprios moradores já tratavam como instalações provisórias.

Em relação as discussões ocorridas no momento de implementação do assentamento, foi relatado que houveram reuniões junto aos técnicos do INCRA e da ATES. Nestas reuniões foi decidido pelo modelo de agrovila, ou de núcleo habitacional. Assim, as casas foram dispostas seguindo o mesmo alinhamento e ao redor de um espaço central, que atualmente conta com a sede da associação e um campo de futebol improvisado. O local de implementação do núcleo do assentamento é o mesmo que era na época do acampamento, sendo a “praça” central o espaço onde antes estavam organizados os barracos de lona e um antigo campo de futebol também. Assim, é observado que alguns aspectos presentes no Caderno de Cooperativa N° 10 conseguiram se manter, mesmo que

parcialmente, no processo planejamento e produção como: o embelezamento, os símbolos e memória de luta, infraestrutura social.

Durante o processo de implementação, um dos objetos de análise é a atuação dos técnicos. Neste sentido, foi percebido a partir dos relatos, que há uma limitação na participação camponesa nas tomadas de decisão. Por exemplo, há discussão sobre a disposição das moradias, mas não há abertura para propor alterações básicas. Até porque há também uma desvinculação dos processos, não há uma sistematização do processo de planejamento como todo e sim uma segmentação/compartimentalização dos programas e das políticas públicas. As assembleias e reuniões com intuito de discutir o acesso ao programa habitacional se dá apenas de forma burocrática, reuniões para assinar uma extensa papelada. Reproduzindo, dessa forma, o modelo de implementação de soluções prontas.

Ademais, no Assentamento Rosa de Luxemburgo, foi percebida uma diferença entre a relação do camponês com o técnico do INCRA e com o técnico específico da ATES, principalmente dos técnicos envolvidos na transição agroecológica. Estes últimos normalmente possuíam uma relação mais próxima com os assentados. Nenhuma relação com técnicos da construção civil foi citada, os assentados apenas sabem que eles estão envolvidos e reconhecem que alguns tenham visitado o assentamento, mas que não há nenhum envolvimento no sentido de transmissão de conhecimento.

Uma das intenções deste capítulo era aprofundar a análise da chegada de infraestrutura e como se deu este processo. Porém, o INCRA não deu retorno quanto ao acesso de dados e informações do processo de criação e implementação do assentamento em estudo, nem mesmo o mapa com a divisão dos lotes. Dessa forma, uma parte da pesquisa foi inviabilizada.





5



6



7



8

Imagem 1. Casa de taipa, moradia provisória do Assentamento Rosa de Luxemburgo durante o processo de implementação inicial, 2009. Fonte: Santos, 2010⁵².

Imagem 2. Casa padrão do PNHR implementado no Assentamento Rosa de Luxemburgo, 2009. Fonte: Santos, 2010.

Imagem 3. Alinhamento das unidades habitacionais e pavimentação, 2021. Fonte: Autoria própria.

Imagem 4. Praça central com campo de futebol e a sede da associação dos assentados, 2021. Fonte: Autoria própria.

Imagem 5. Arborização e energia elétrica, 2021. Fonte Autoria própria.

Imagem 6. Caixa d'água do assentamento, 2021. Fonte: Autoria própria

Imagem 7. Iluminação pública e embelezamento dos jardins, 2021. Fonte: Autoria própria.

Imagem 8. A sede da associação, 2021. Fonte: Autoria própria.

⁵² Registros feitos em 2009 por Genilde Oliveira dos Santos, presentes em sua dissertação de pós-graduação em Medicina, Aspectos epidemiológicos da esquistossomose em trabalhadores rurais sem terra no estado de Sergipe, 2010, Universidade Federal de Sergipe. P. 64.

3.2. Habitats saudáveis: Arquitetura e Agroecologia

A criação dos assentamentos de reforma agrária vai além de uma simples distribuição de terras, como já visto. Desta forma, estes territórios abrangem discussões sobre toda a reestruturação fundiária adentrando, conseqüentemente, no modo de produção da agricultura. Assim, com intuito de discutir e criar estratégias para a soberania alimentar e autonomia camponesa, o MST incorpora os princípios e pensamentos da agroecologia em seus espaços de formação e produção. Desde o período do acampamento, as discussões já envolvem as possibilidades de construção de novas relações sociais e de produção baseadas na cooperativa e na sustentabilidade.

A agroecologia é uma forma de entender e atuar para “campesinar” a agricultura, a pecuária, o florestamento e o agroextrativismo, a partir de uma consciência inter-geracional (não exploração de crianças e velhos), de classe (não exploração do capital ao trabalho), de espécie (não exploração dos recursos naturais), de gênero (não exploração do homem à mulher), de identidade (não exploração entre etnicidades).

Isso tudo pode parecer uma utopia.

Utopia é algo que nós damos um passo para próximo dela, e ela dá um passo se afastando de nós.... Se damos dois passos para próximo dela, ela dá dois passos se afastando de nós..., no entanto, isso faz com que nós caminhemos. (Guterres, 2006, p. 90)

A agroecologia, segundo verbete elaborado por Dominique Guhur e Nilciney Toná, do *Dicionário da Educação do Campo* (Caldart et al, 2012), é considerada uma construção ainda recente e, por isso, sua definição ainda se encontra em consolidação. No entanto, pode ser compreendida enquanto um conjunto de conhecimentos sistematizados, que envolvem de forma equânime técnica e saber popular. É importante ressaltar que o seu surgimento está diretamente ligado às condições de vida e reprodução social dos camponeses, além de sua permanência na terra – ameaçada pela modernização conservadora da agricultura a nível mundial (Guhur e Toná, apud Caldart et al, 2012).

O termo agroecologia surge a parte da década de 1930, como uma disciplina específica sobre ecologia aplicada a agricultura. No decorrer das décadas seguintes, foram somadas outras contribuições a esta concepção, como: o ambientalismo, a sociologia, a antropologia, a geografia e o desenvolvimento rural, além do estudo de sistemas tradicionais de produção (indígenas e camponeses). Resultando na popularização do termo na década

de 1980, com a primeira publicação sistemática sobre o tema publicada por Altieri⁵³ (Guhur e Toná, apud Caldart et al, 2012).

Como ciência, a agroecologia emerge de uma busca por superar o conhecimento fragmentário, compartimentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada. Seu conhecimento se constitui, mediante a interação entre diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo, na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola. (Guhur e Toná, apud Caldart et al, 2012, p. 62)

Barros (2018) utiliza deste verbete para identificar três dimensões que a agroecologia trabalha de forma indissociável: a dimensão ambiental, a socioeconômica e a cultural (ou do conhecimento) (Prancha 8, p. 86). Para a construção de cada tópico, Francisco Barros reúne e adapta os princípios apresentados por Guterres em seu livro póstumo, *Agroecologia Militante*, de 2006. E defende que, as práticas e teorias agroecológicas, adotadas para a produção de alimentos podem dialogar com a produção do espaço. A partir de então, o autor busca construir uma associação entre a agroecologia e a construção civil: denominada de **construção agroecológica**. Este modo de construção se realiza a partir da reunião de diferentes disciplinas, linhas científicas e o saber popular camponês (Barros, 2018).

Fato é que, no meio rural, as pessoas, os animais, as plantas e as coisas todas se encontram no espaço. Para organizá-los segundo as necessidades humanas é necessária a construção de estábulos, moradias, espaços de vivência coletiva, escolas, estufas, galpões, silos, espaços de esportes, cooperativas, estabelecimentos comerciais, etc. Ou seja, há demanda para a construção de infindáveis edifícios que, em tese, poderiam ser erguidos segundo os princípios e métodos da agroecologia. (Barros, 2018, p. 196)

Segundo Guhur e Toná (apud Caldart et al, 2012) existem diversas forma de produção agrícola como alternativa contra hegemônica (agricultura biodinâmica, orgânica, biológica, natural, regenerativa, permacultura, dentre outras). Assim como existem outras alternativas de construção civil ambientalmente preocupadas, como o surgimento de novos materiais ecológicos, a eficiência energética da arquitetura sustentável *high-tec* e, também, a bioconstrução. No entanto, mesmo que ao nascer pudessem estar imersas em um discurso alternativo à hegemonia, estas práticas acabam não incorporando outras dimensões além

⁵³ Para maior aprofundamento, consultar: Altieri, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. 2 ed. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.

da dimensão ambiental. Assim, estando vulneráveis a uma apropriação pelo capital, findando limitadas a um nicho de mercado “*ecologizado*” (termo utilizado por Guhur e Toná) e, geralmente, elitizado.

Segundo Barros (2016) o espectro da agroecologia deve se realizar em sua totalidade no espaço e, por isso, inclui estar “livre” da exploração do ser humano e da natureza. Para além de combater o *agrobusiness*, o autor defender que há a necessidade de se combater o *construbusiness*, “que ergue os espaços do mundo, tanto o urbano como o rural” (Barros, 2016, p. 449). Espaços estes que são erguidos com ferro, cimento, cal, areia, brita, eucalipto, pinus, vidro, tintas sintéticas e dentre muitos materiais que facilmente podem ser associados ao modo de produção das commodities do agronegócio (o arroz, o feijão, o milho, a soja, o trigo, etc). Representando, assim, o que pode ser chamado de construnegócio (Barros, 2016).

O agronegócio opera com os alimentos, fonte de nossa energia vital, e o construnegócio opera sobre a matéria construída em todo o planeta. Somos abrigados do sol, da chuva, das intempéries, por ele, nas construções feitas por ele, assim, vivemos nele.

Mas, não podemos sucumbir a ele!

Daí, que fazer? Como vamos construir sem esses materiais? Sem essas empreiteiras? Vamos ficar “debaixo da lona preta para sempre”?

Da mesma forma que não somos contra o milho, o arroz, ou o trigo, mas como eles são produzidos pela Monsanto, Syngenta... E lutamos pela sua produção de modo agroecológico, não podemos ser contra a areia, o ferro ou o cimento.

Somos, sim, contra o modo como se dá sua produção pela Gerdau, Votorantim... E como são utilizados nas construções, pela Camargo Corrêa e pela Odebrecht! (Barros, 2016, p. 2)

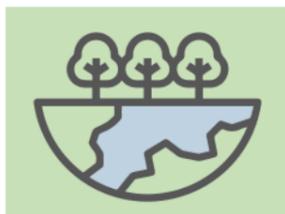
O autor utiliza como exemplo a produção de PVC, uma cadeia produtiva ampla, custosa e dominada apenas por grandes grupos multinacionais, no caso do Brasil. Diferentemente da Venezuela, onde a produção de PVC foi estatizada e atualmente ergue milhares de casas populares (Barros, 2016). Assim, a realidade possível do cenário nacional - que está longe de seguir o modelo de estatização venezuelana, aponta para a possibilidade de substituir estes materiais por outros que possam ser produzidos com qualidade de forma local e coerente com os princípios, utilizando as commodities da construção civil apenas quando necessário.

Aqui, esses materiais estão longe de gerarem algo de bom para o povo, sendo hoje apenas produzidos para sugar o sangue de nossa classe. Se

quisermos formar cooperativas ou fábricas autogestionárias para produzir cimento, seria impossível devido ao alto custo, e o Estado brasileiro atualmente não pretende estatizar nada, são tempos de resistência. (Barros, 2016, p. 451)

Ademais, assim como na transição agroecológica da agricultura, é necessário valorizar as práticas existentes que formam o conhecimento popular, principalmente por meio do diálogo e da troca de experiências (Guterres, 2006). Para isso, se faz necessária a revisão e adaptação da metodologia utilizada no processo transitório para ser útil também na produção do espaço agroecológico - tal qual o paralelo feito por Barros (2018) em relação as dimensões da agroecologia para as dimensões da construção agroecológica.

DIMENSÕES DA CONSTRUÇÃO AGROECOLÓGICA



AMBIENTAL

Diminuição/minoração/racionalização/essencialização dos impactos ambientais

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO



extração mineral

- Exploração de jazidas naturais - rocha calcária, minério de ferro e carvão, rochas de granito, argila, bauxita, gipsita, petróleo, cobre, dentre outras.
- Danos e desastres ambientais - resultados das escavações e mobilizações de montanhas inteiras.
- Alternativas - substituição de materiais (madeira, bambu, tijolos crus, dentre outros).
- Extração de modo pulverizado para consumo local, familiar ou de menor escala em alternativa ao modelo centralizado de extração.



extração vegetal

- A porcentagem de consumo de madeira nativa oriunda de desmatamento utilizada diretamente na construção civil é de aproximadamente 60% (IBAMA, 2000).
- A madeira também é utilizada como carvão vegetal na produção de aço (estima-se que 78% seja originário de vegetação nativa, dados do IBAMA 2005)
- Duas alternativas agroecológicas para o acesso à madeiras:
 - Sistemas Agroflorestais (SAF) - conjuga produção agrícola com a produção de árvores nativas de alta densidade.
 - Reservas extrativistas manejadas - refere-se às matas nativas nas quais a extração pode ocorrer de modo planejado e de modo não predatório.

durabilidade

- Ideia - ou preconceito, de que os materiais de construção “naturais” possuem pouca durabilidade.
- Correta aplicação da técnica, tratamento, preservação e manutenção possibilitam uma vida útil tão longa quanto os materiais industrializados
- Enfrentamento a cultura construtiva hegemônica do mercado - que definiu sua estética e conceitos como “correto”, e qualquer outra alternativa à pobreza e à má qualidade.

resíduos

- Necessidade de minoração dos detritos e restos dos materiais: reciclagem, reutilização, refação, reparos e consertos.
- Utilização de materiais biodegradáveis - a construção agroecológica possui a vantagem de poder ser reinserida pelo ambiente natural, sem deixar vestígios ou “ruínas”.
- Utilização de materiais locais - podem ser facilmente extraídos, produzidos e reproduzidos, sendo, portanto, de fácil reparo e ampliações.

RECURSOS NATURAIS



consumo de energia

- Alto consumo de energia pelo modo que opera a construção civil atualmente.
- Gastos excessivos principalmente com combustíveis (óleo diesel, gasolina e álcool) no transporte de materiais.
- Alternativas:
 - Produção local, descentralizada e/ou dispersa pelo território.
 - Utilização de materiais “crus”, que não passam por um processo de cozimento em altas temperaturas - dispensando o uso de madeira, carvão vegetal, carvão mineral, gás e eletricidade.



“desertos verdes”

- Aumento da produtividade nas monoculturas através de espécies geneticamente modificadas - os “desertos verdes” de eucaliptos e pinus.
- Alternativa - uso de madeira vinda do SAF e de reservas manejadas.



recursos renováveis

- A utilização em larga escala de materiais não renováveis revela a insustentabilidade do modo de produção hegemônico.
- A construção agroecológica busca utilizar sempre materiais renováveis.



SOCIOECONÔMICA

Diminuição/minoração/racionalização/essencialização dos impactos socioeconômicos



riqueza gerada

compartilhamento local e equânime

- O método agroecológico inclui a democracia, a justiça e a igualdade nas relações do processo produtivo. Sendo assim, incompatível com a exploração do trabalho ou a geração de mais valia.
- Economia solidária - cooperação econômica, trabalho coletivo associado, autogestão.
- A produção deverá priorizar o envolvimento dos trabalhadores do próprio território em questão - incentivo a permanência no campo.



macro economias

- As economias citadas na dimensão anterior estão organizadas em quatro tipos:
 - Menos consumo de energia combustível tanto para o transporte de materiais quanto para a queima de materiais em fornos;
 - Menos gastos com custos indiretos (caminhões para transporte, pneus, lonas, dentre outros);
 - Menos gastos com estruturas produtivas (usinas de cimento, refinarias, siderúrgicas, dentre outros);
 - Menos gastos com infraestrutura (estradas, pontes, vias férreas, portos, dentre outros).



economia de tempo de vida e de tipo de trabalho

- Uma das economias também está fundada nas mudanças qualitativas no tipo do trabalho, gerando economia de tempo de vida dos trabalhadores.
 - Realização de atividades que aproximam as pessoas (principalmente quem projeta e quem constrói) das tomadas de decisões projetuais;
 - Reformulação ou supressão das atividades de “transmissão de comandos” - economia de tempo no detalhamento excessivo, comum em obras de mercado;
 - Maior eficiência no controle da obras - “menos vai e vem” de informações e pessoas, comum no tipo de trabalho separado e alienado de grande parte dos projetistas;
 - Substituição do tipo de trabalho que gira em torno da divisão entre dos projetistas (arquitetos e engenheiro), controladores (mestre de obras) e executores (pedreiros e serventes) por outro mais autônomo, coletivo e criativo;



acesso democrático aos meios de produção

- Uma das economias também está fundada nas mudanças qualitativas no tipo do trabalho, gerando economia de tempo de vida dos trabalhadores.
 - Realização de atividades que aproximam as pessoas (principalmente quem projeta e quem constrói) das tomadas de decisões projetuais;
 - Reformulação ou supressão das atividades de “transmissão de comandos” - economia de tempo no detalhamento excessivo, comum em obras de mercado;
 - Maior eficiência no controle da obras - “menos vai e vem” de informações e pessoas, comum no tipo de trabalho separado e alienado de grande parte dos projetistas;
 - Substituição do tipo de trabalho que gira em torno da divisão entre dos projetistas (arquitetos e engenheiro), controladores (mestre de obras) e executores (pedreiros e serventes) por outro mais autônomo, coletivo e criativo;



a forma agroecológica de construção já existe

- A construção agroecológica não é uma novidade - ela já é realizada hoje, muitas vezes sem contar com esta denominação.
- Este modo de produção não hegemônico é encontrado, mundo afora, geralmente marginal ao modo capitalista - servindo de tática de sobrevivência onde “não há interesse, nem a possibilidade” da produção de mercadorias capitalistas - “espaços protegidos” do mercado (Guterres; Barros, 2018).
- A intenção é de se fomentar, qualificar e potencializar este modo “alternativo”.
- Por isso, reforça-se aqui a dimensão de importância que deve ser dada ao processo de formação, ampliação e fortalecimento do conhecimento já existentes nas comunidades - não apenas como estratégia de sobrevivência e superação, como também de resistência.



CULTURAL

Diminuição/minoração/racionalização/essencialização dos impactos culturais



divisão social do trabalho

- Crítica a forma heterônoma de realização da vida econômica sob o capital - propondo como alternativa uma forma mais dialógica e autônoma, baseadas na equiparação dos conhecimentos científicos e populares.
- Por isso, torna-se necessário um programa de formação (teoria e prática) - necessariamente necessita de fomento, planejamento, intenção e estratégia pedagógica.
- Este método de trabalho inclui necessariamente o diálogo entre os saberes, não podendo um ou outro isoladamente produzir construções agroecológicas.



conhecimento popular

- As técnicas de construção agroecológica devem ser referenciadas com a cultura construtiva popular em cada território específico - uma vez que já foram adaptadas e desenvolvidas para cada ecossistema.
- Reconhecer que a construção tradicional popular tem potencial para ótimos índices de salubridade, iluminação natural, ventilação, estanqueidade, eficiência energética e integração ambiental - quando comparadas a produção hegemônica da construção civil.



decisão política

- Optar e defender uma construção agroecológica é, antes de mais nada, uma decisão política.
- Durante o processo, os envolvidos deverão estar conscientes de contribuir para um novo modo de trabalho.
- Trata-se de um processo de aprendizado mútuo, coletivo, consciente, crítico e militante.

ATER

- Principal instrumento público para a implementação da transição agroecológica.
- Fomenta o trabalho de técnicos formados para trabalhar diretamente nas comunidades.



transição agroecológica

- A construção agroecológica só se realiza de forma totalizante - o que representa uma mudança completa e estrutural dos paradigmas produtivos.
- Entende-se que, diante da realidade atual, é uma tarefa impossível uma mudança brusca neste sentido.
- Por isso, é proposta a realização de mudanças por etapas, denominado período de transição agroecológica.



mecanização e diminuição dos esforços do trabalho

- Definir processos produtivos a partir da máxima mecanização das atividades.
- Diminuição de esforços físicos, repetitivos e fatigantes.
- Além do aumento da produtividade, o objetivo principal é o alívio do trabalho de se construir.



caráter de poupança para os produtores

- O plantio de árvores nativas (de madeira dura e resistente - para uso na construção civil) pode ser considerada uma espécie de “poupança para o futuro”.
- Se realizado com planejamento, segurança e tranquilidade em sistemas agroflorestais.
- Assim, o recurso estará sempre garantido, se legalmente produzidas e corretamente manejadas.

3.2.1. A metodologia Camponês a Camponês

O que nasce grande é o monstro. O que é normal nasce pequeno. [...] Para andar mil quilômetros é preciso dar os primeiros passos. Então, é preciso começar. Por pouco que seja, é preciso fazer, pois é assim que se aprende, se acumula experiência, se adquire segurança. (Guterres, 2006, p. 18-19)

A Metodologia “De Camponês a Camponês” (CaC) tem origem na Ásia, em meados de 1920, chegando à América Latina apenas cinco décadas depois. De 1970 a 1990 passou por um momento de difusão nas zonas rurais de diferentes países da América Central (Nicarágua, Honduras, México e Cuba). Em 1997, a partir da organização camponesa Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua (UNAG) metodologia CaC chega à Cuba. É neste país que a metodologia assume outra dimensão, tornando-se o Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês (MACAC), através da ação política e do estímulo da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP). Para isso, a ANAP⁵⁴ aperfeiçoou a metodologia e mobilizou camponeses para impulsionar o MACAC, que tomou grandes proporções em toda a América Latina e no Caribe. A partir de então, consolidou-se enquanto metodologia de referência para o processo social de transição agroecológica e a disseminação horizontal dos princípios e práticas da agroecologia.

Com a utilização da metodologia de CaC de forma muito organizada, sistemática e intencionada, com alta organicidade e uma escola camponesa para formar promotores, facilitadores e coordenadores, a ANAP conseguiu, em 15 anos, que a metade da população camponesa de todo o país cubano se tornasse agroecológica, e com as maiores taxas de produtividade, algo que eles nunca teriam conseguido com seu modelo anterior de assistência técnica. (Rosset e Barbosa, 2021, matéria online)

De modo geral, a metodologia é uma reação ao modelo convencional de assistência técnica rural. Principalmente no que diz respeito ao papel do técnico, enquanto sujeito ativo do processo, e os camponeses apenas como receptores das instruções (Lima *apud* Rosset e Barbosa, 2021). Caracterizando, assim, um método vertical de extensão, como o disfuncionista-inovador citado anteriormente (2.2.2.). Este caráter tecnocentristas não se mostra satisfatório, por não dialogar com a organização sócio-política dos camponeses. Já

⁵⁴ A ANAP é uma organização que faz parte da Coordenação Global da Via Campesina Internacional (LCV).

que nestes territórios se busca pôr a família camponesa como protagonista da transformação de sua própria realidade.

A metodologia CaC depende apenas da aplicação de seus princípios, não possuindo um passo-a-passo ou uma receita a ser seguida (Prancha 9, p. 92). Assim, exige uma abordagem que considere a criatividade, o conhecimento local, a inovação e a potencialidade da inteligência camponesa, que, por vezes não são valorizadas pela assistência técnica hegemônica (SOFALA, 2007). Pois, neste modelo, é atribuído à família camponesa um papel de agente passivo da transformação de seu próprio modo de vida. De forma bastante prejudicial à medida que a passividade gera dependência. Ou seja, quando surge um problema, o técnico precisa vir de fora para solucioná-lo.

A assistência técnica convencional acaba revelando mais ainda suas fraquezas com a utilização de um método que gera dependência. Isso se dá devido à diversas outras limitações que o campo já enfrenta por si só, como o número limitado de técnicos para atender a enorme demanda, além do orçamento sempre curto. Ao passo que, a metodologia CaC busca superar estes entraves a partir de uma ação horizontal e libertadora, permitindo a plena participação (Rosset e Barbosa, 2021). Assim, há o incentivo que as comunidades assumam o controle dos processos que lhes dizem respeito, atuando como agentes ativos e detentores de um conjunto de saberes próprios.

O momento pedagógico central em um processo CaC ocorre quando um camponês ou camponesa com um problema produtivo (por exemplo, um solo infértil ou um problema de praga no plantio) visita o roçado ou o quintal produtivo de outro camponês ou camponesa que já implementou com êxito uma solução agroecológica para o mesmo problema. A visita constitui a mediação pedagógica de saberes camponeses e camponesas na resolução de problemas relacionados à produção agropecuária em perspectiva agroecológica. A aprendizagem é horizontal, de camponês a camponês ou de camponesa a camponesa. A base é o diálogo de saberes entre camponeses, e entre camponeses e técnicos-facilitadores de processos. (Rosset e Barbosa, 2021, matéria online)

Guterres (2006) afirma que é preciso massificar a transição e, para isso, a metodologia deve basear-se principalmente em ações de cunho pedagógico, num processo de escalonamento e territorialização que inclua uma formação teórico-política. Estabelecendo relações em contraponto à lógica da produção em larga escala e de monocultivo, visando fortalecer processos duradouros (Rosset e Barbosa, 2021). Utilizando uma combinação entre a transmissão vertical e horizontal de conhecimentos, não somente

a partir da relação técnico-camponês diretamente, mas identificando “agricultores-faróis” que vão “irradiar” seus conhecimentos agroecológicos para outros produtores de forma horizontal (Caetano et al, 2015).

Cabe aqui adentrar-se no texto desenvolvido por Caetano et al (2005), *Metodologia Camponês a Camponês: um caminho para a transição agroecológica no Território Sul Sergipano*, buscando exemplificar os resultados da aplicação no recorte geográfico em análise neste trabalho. A busca de modelos de produção adequada a realidade campesina tem sido influenciada no Sul Sergipano pela presença marcante no Colegiado Territorial, sendo deliberada a constituição de Redes Sociais de Aprendizado (RSA) em Agroecologia, com base nos princípios da metodologia CaC (Caetano et al, 2015). Assim, foi elaborado um projeto junto à Embrapa Tabuleiros Costeiros intitulado “Construção de conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio de intercâmbios em redes sociais”. O artigo citado acima tem como objetivo a avaliação da aplicação da metodologia e, conclui que os agricultores conseguiram absorver os conhecimentos e, aos poucos, aplicá-los nos seus quintais em diferentes graus (Caetano et al, 2015). E, os produtores que já detinham algum conhecimento sobre práticas agroecológicas puderam evoluir, uns em menor grau e outros tiveram avanços significativos. “Vale destacar a fala de um dos agricultores, onde ele coloca que ‘antes eu era agricultor e depois eu virei camponês. A rede resgata os costumes que os antigos camponeses tinham, de sentar e conversar, trocar experiência, valorizar o indivíduo...’” (Caetano et al, 2015, p. 3).

Com a breve contextualização dada a cerca da Metodologia De Camponês a Camponês, pode-se observar alguns tópicos a serem destacados em relação ao cruzamento de atuação entre os dois campos de assistência técnica (trabalho/produção e moradia/infraestrutura):

- a) *O pequeno corpo técnico capacitado para uma enorme demanda ainda em tendência de crescimento*

Nestas condições, utilizar um método de assistência técnica que gere dependência é, literalmente, como dar um passo à frente e dois de volta à antiga realidade. Tomando como exemplo a seguinte situação: no momento da implementação e estruturação de um assentamento, surge a demanda por habitação. Assim, após um longo processo nos moldes

do programa habitacional analisado neste trabalho, o PNHR, a família camponesa é beneficiada com uma casa. No entanto, incompleta e incompatível com sua necessidade, de modo que, com o passar do tempo, adequações sejam executadas pelos próprios moradores individualmente. Ademais, some-se a isso, os problemas estruturais decorrentes da precarização da construção destas moradias, seja por uma execução descuidada ou por uso de materiais de construção de baixa qualidade. Assim, com uma moradia que não oferece a qualidade de vida necessária, a família voltará a fazer parte do déficit habitacional, mesmo já tendo sido assistida por programas sociais de habitação.

Se transformado o modo de atuação para os moldes da CaC, o corpo técnico passará a ter mais “braços” dentro da própria comunidade, podendo trabalhar com um número maior de famílias, porém sem perder a qualidade da escuta das necessidades individuais. Já que estará estabelecida, além da relação vertical (de mão dupla) entre o corpo técnico e o “camponês-farol” ou “promotor”, uma relação horizontal entre este e seus companheiros. Por si só, está troca já consolidará, muito provavelmente, um produto final construído que reflita mais fielmente a realidade das famílias.

Em relação às futuras manutenções no espaço construído é que está verdadeiramente expresso o discurso da autonomia camponesa. Se a assessoria for planejada a longo prazo e incluir em seu escopo atividade de cunho formativo e de fortalecimento da cultura construtiva que já existe no campo, de certo não haverá grandes complicações. Cabendo uma análise caso a caso, de acordo com a complexidade das alterações, podendo ser necessário que assessoria retorne pontualmente para prestar um serviço de acompanhamento.

b) Os impactos diretos e indiretos de uma atuação assistencialista e alienante

A falta de escuta/diálogo por parte dos técnicos resulta em produções genéricas, que não leva em consideração e nem fortalecem a organização sócio-política que existe nos assentamentos. Ao técnico não cabe se travestir de uma “solução neutra” e atuar de forma robotizada, estabelecendo soluções prontas. Mesmo em casos que o problema seja resolvido de forma simples, como pode acontecer na atuação em melhorias habitacionais. Como na seguinte situação: uma equipe de assessoria técnica está desenvolvendo projetos de melhorias habitacionais em assentamentos de reforma agrária. Ora, é de conhecimento geral que os banheiros são os grandes vilões da salubridade nas casas populares. Então, a

partir de um diagnóstico de uma moradia específica, é estabelecido que a solução para melhor a qualidade de vida daquela família seja aplicar revestimento e abrir uma janela em seu banheiro. No entanto, se esta atuação se dá sem proporcionar um diálogo, possibilitando que a família compreenda sobre a necessidade e o processo. Pode-se dizer que a assessoria assumirá um caráter meramente assistencialista e, ainda assim, gerador de dependência. Já que a família talvez não consiga identificar futuras infiltrações, nem quais seriam as indicações para resolver tal problema.

c) Os impactos diretos e indiretos de uma atuação isolada por áreas de conhecimentos e sem transdisciplinaridade

Já foi pontuado ao longo da discussão que a atividade de planejamento de um assentamento de reforma agrária deve necessariamente envolver diversas áreas do conhecimento. Porém, o modelo de formação do conhecimento científico ainda sofre com as barreiras e a compartimentação dos saberes. Essa questão (além de outras já citadas) afasta alguns profissionais, a exemplo do arquiteto-urbanista, do envolvimento nesta área específica. Essa dificuldade também reflete e é incentivada pela desarticulação entre os programas de acesso à créditos para instalação. Bem como a diferença no tratamento dado entre as infraestruturas e benefícios associados à produção e aos destinados à constituição da moradia e seus serviços básicos, priorizando sempre o aspecto econômico dos assentamentos.

A falta de intercâmbio entre as áreas do conhecimento também dificulta uma assistência técnica consistente, que leve em consideração diversos aspectos e pontos de vistas. Principalmente se tratando de uma atuação que incorpore os princípios da agroecologia, que se materializam de forma sistêmica, como no território em questão. Além disso, o campo profissional da assistência técnica em arquitetura e urbanismo, a ATHIS, é relativamente recente. Por isso, necessita se espelhar e se aproximar de outras assistências técnicas, como a ATER ou a ATEs (específica para os assentamentos), que já possui uma política nacional consolidada. Ao invés de buscar se consolidar enquanto categoria isolada, como se fosse uma assistência pioneira e não houvessem antecedentes. Ademais, é importante somar-se para ampliar a atuação e aprender com outras experiências.

METODOLOGIA DE CAMPONÊS A CAMPONÊS

FONTE: Guterres (2006); Cartilha - SOFALA (2007); Rosset e Barbosa (2021).

SUJEITOS E ATRIBUIÇÕES

PROMOTORES

Também podem ser chamados de “camponeses-faróis”, já que servem como referência para os demais camponeses. Eles são sujeitos que já utilizam técnicas agroecológicas em êxito ou se mostram mais receptivos à novas experimentações. Recebem visitas de outros camponeses e camponesas em seus roçados, que servem como modelo e adquire a função de sala de aula para o ensino-aprendizagem, baseado na solução de problemas.

- Receber as informações dos técnicos;
- Expandir as informações e os seus conhecimentos pessoais para outros camponeses;
- Receber as informações dos outros camponeses;
 - Comunicar as informações dos demais camponeses para os técnicos;
- Visitar e acompanhar o trabalho de outros camponeses internos e externos.

FACILITADORES

Pessoas que possuem alguma formação técnica que trabalham em âmbito local. Identificam os camponeses e camponesas como os potenciais promotores. Preparam e organizam o processo de visitas e intercâmbio, bem como as estratégias e ferramentas pedagógicas utilizadas (junto aos promotores).

- Assessora diretamente os promotores ou “camponeses-faróis”;
- Cada técnico ou grupo de técnicos extensionista atende a vários promotores;
- Recebe informações dos promotores;
- Acompanha o trabalho e as atividades do promotor, oferecendo orientações técnicas;
- Visita o roçado-modelo dos promotores e, posteriormente, a dos demais camponeses;
 - Organiza formações, capacitações e planifica as atividades dos promotores.

CAMPONESES

Os camponeses participantes geralmente fazem parte de um mesmo assentamento ou grupos/associação. Estes são sujeitos que ativamente participam dos intercâmbios de experiências e informações. Os demais, chamados aqui de “vizinhos”, são os que mesmo sem participar ativamente das formações e atividades, acabam incorporando algumas técnicas de modo mais passivo e lento.

- Receber as informações do promotor;
- Visitar o roçado dos promotores;
- Comunicar suas experiências pessoais, dificuldades e melhorias;
- Discutir problemas e soluções.

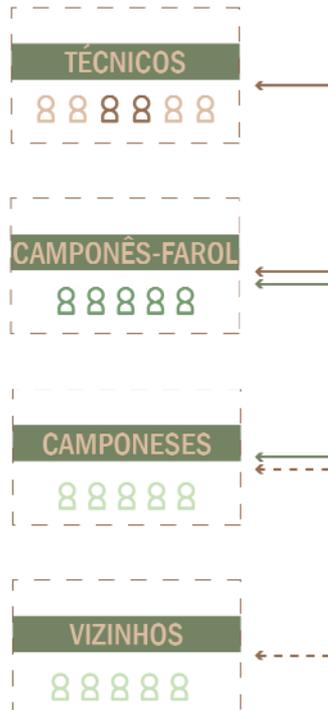
COORDENADORES

Também possuem formação técnica, porém estes trabalham com a administração e coordenação do processo de forma geral, sem agir localmente ou diretamente com os promotores e demais camponeses.

ETAPAS E PRINCÍPIOS

PRINCÍPIOS

- 1 Começar devagar e pequeno;
- 2 Limitar a introdução de tecnologia;
- 3 Alcançar resultado rápido e visível;
- 4 Experimentar em pequena escala;
- 5 Desenvolver efeito multiplicador.



“Todos sabemos de algo... ninguém sabe de tudo. A palavra convence... o exemplo arrasta. É melhor uma ideia de 100 pessoas do que 100 ideias de 1 só.”

Capacitação, reflexão sobre as melhores práticas no determinado contexto local, troca de informações, repasse de opiniões dos demais camponeses, conhecimentos e experiências.

Processo de aprendizagem (transmissão e troca de informações e conhecimentos) tanto de cima para baixo quanto de baixo para cima, a partir de trocas de experiências mais amplas.

Demais assentados que não participaram ativamente das atividades propostas, no entanto acabam sendo indiretamente influenciados e passam a adotar as tecnologias aos poucos com base no que aprendem nos quintais dos seus vizinhos

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Linguagem

Facilidade de comunicação e a compreensão, já que os promotores e camponeses compartilham o mesmo modo de vida e vivências. Em resumo, falam a “mesma língua”.

Prestação de contas

O trabalho do promotor pode vir a ser remunerado, por assumirem uma tarefa que exige empenho e uma disponibilidade de atuação, assim como o técnico.

Sustentabilidade

Os promotores são elementos fixos na comunidade e, é provável que continue a experimentar novas iniciativas. Além de continuar servindo como referência.

Credibilidade

Por compartilharem da mesma origem dos conhecimentos, as informações passadas pelos promotores são mais convincentes.

ELEMENTOS PEDAGÓGICOS E FERRAMENTAS DA EDUCAÇÃO POPULAR

- Assembleia de associados;
- Oficinas;
- Diagnóstico Rápido Participativo;
- Visitas;
- Intercâmbios;
- Encontros;
- Elaboração de materiais didáticos.

Disponibilidade

Normalmente, os técnicos não residem próximo à comunidade. Diferente do promotor, que pode realizar a mediação em horários mais flexíveis e convenientes.

Relevância

Os promotores entendem melhor as dificuldades e constrangimentos, assim como os potenciais e aspirações dos camponeses.

LEGENDA

→	Transmissão indireta
⊗	Técnicos Coordenadores
→	Transmissão vertical
⊗	Técnicos Facilitadores
→	Transmissão horizontal
⊗	Camponês-farol
⊗	Camponeses

O TÉCNICO, A TÉCNICA E A LUTA



4 O TÉCNICO, A TÉCNICA E A LUTA

Com base no breve histórico da metodologia Camponês a Camponês, é inegável a sua contribuição para a massificação dos princípios e métodos da agroecologia. Aliado a isso, tem-se o trabalho dos técnicos assessores como parte também crucial para o incentivo e aprofundamento na construção de um território agroecológico em sua totalidade. Haja visto que, o método de atuação da assistência técnica reduz ou amplifica a potencialidade dos camponeses enquanto organização sócio-política na luta por sua autonomia.

Assim, neste último capítulo a pesquisa, a leitura crítica e a proposição de metodológica se entrelaçam. A fim de cumprir o objetivo deste trabalho, que está centrado na compreensão relevância do profissional arquiteto-urbanista em assentamentos de reforma agrária. Buscando compreender especificamente qual seu modo de atuação, enquanto assessor técnico, neste território incomum. Para tanto, o capítulo final está dividido em dois momentos:

Em um primeiro momento será registrado e sistematizado o processo de coleta de informações obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas com os elementos-chaves. Descreve-se também como foi o processo de pesquisa e as dificuldades enfrentadas na elaboração de estratégias que adequasse a metodologia ao modo remoto. Posteriormente, o capítulo se dedica a pensar as adaptações necessárias para a aplicabilidade desta metodologia na ampliação e produção de habitats saudáveis, buscando soluções para as barreiras burocráticas dos programas que engessam e imobilizam práticas mais criativas e inovadoras.

Por fim, na segunda parte do capítulo, o texto se ocupa de compreender a relação entre o técnico e a autonomia popular, propondo reflexões sobre a prática profissional enquanto instrumento político. Compreendendo o papel político da técnica e a sua não-neutralidade dentro do campo da assessora técnica.

4.1. “Por uma construção também agroecológica”⁵⁵

Se o conhecimento e a cultura camponesa devem ser tratados como a raiz central da agroecologia (Guhur e Toná, apud Caldart et al, 2012), na construção agroecológica não seria diferente. Na busca pela elaboração de uma forma de habitar mais harmônica com a

⁵⁵ Referência ao título do texto de Francisco Toledo Barros (2016).

natureza e entre as pessoas, é necessário superar o conhecimento fragmentado em prol de uma abordagem integrada. De forma que esteja intrínseco no processo produtivo e nas relações de trabalho os princípios da democracia, igualdade e justiça social (Barros, 2018). Para isso, deverão ser realizadas atividades que tenham como objetivo a aproximação entre quem projeta e quem constrói, principalmente nos momentos de tomada de decisão.

A desconstrução do abismo de separação entre os sujeitos que decidem e os que executam se dará somente a partir de um processo dialógico⁵⁶ de construção. De modo que, as atividades de “transmissão de comandos” sejam suprimidas (Barros, 2018) e as de transmissão de conhecimento sejam reformuladas. Uma construção agroecológica não ocorre despretensiosamente, é necessário que seja uma decisão política. Decisão esta que, segundo Barros (2018), deve ser fomentada, planejada e com intenção pedagógica. Completando a linha de raciocínio do autor, pode-se dizer também que esta atuação deve ser: **fomentada** – através de políticas públicas e programas de assessoria técnica; **planejada** – através da atuação de técnicos e movimentos sociais; e, com **intenção pedagógica** – através de metodologias que sejam compatíveis com a organização sócio-política dos territórios e busquem a autonomia popular pelo conhecimento.

A intenção de estabelecer este processo na planejamento e produção do habitat da reforma agrária está fundada no fortalecimento da linearidade do trabalho que já é desenvolvido durante o período de acampamento. De modo que não ocorra a descontinuidade e ruptura com o que já estava posto antes da atuação do Estado, através dos técnicos. Assim, estes profissionais seriam responsáveis por possibilitar um suporte técnico para as decisões políticas.

Neste trabalho, defende-se que a atuação do assessor técnico da área da construção civil em assentamentos de reforma agrária deve incorporar e corroborar para que os princípios da agroecologia sejam efetivados no espaço em sua totalidade. Para isto, ainda há um longo processo de compreensão do modo de atuação e de elaboração de estratégias que indiquem quais os possíveis caminhos para que este objetivo seja atingido. Assim, é possível dizer que é necessário investigar inicialmente como os sujeitos envolvidos no planejamento e implantação do habitat da reforma agrária avaliam esta possibilidade. Além

⁵⁶ Refere-se à Teoria da Ação Dialógica, caracterizada por Paulo Freire na obra *Pedagogia do Oprimido* (1987). Descrita como oposta à Teoria da Ação Antidialógica, tem como princípio uma ação transformadora na realidade do oprimido, a partir de quatro ações: colaborar, unir, organizar e sintetizar culturalmente - ao invés de, conquistar, dividir, manipular e invadir culturalmente.

de buscar observar o entendimento que estes elementos-chaves possuem sobre a utilidade do técnico arquiteto-urbanista nesse território.

4.1.1. O que pensam os camponeses e técnicos?

Para compreender o que pensam os camponeses e técnicos sobre a atuação do arquiteto e urbanista junto ao planejamento do habitat da reforma agrária, foi elaborado um roteiro para entrevistas semiestruturadas (Apêndice A). De caráter exclusivamente qualitativo, as entrevistas assumem um papel de captar inicialmente quais seriam as possibilidades e potencialidades, ainda que de forma preliminar. Para que, posteriormente, possa ser retomado o processo de pesquisa de forma mais prática, objetiva e localizada, com maior número de participantes.

Para a realização das entrevistas foram selecionados os elementos-chaves, que são alguns camponeses mais ativos dentro de seus assentamentos e técnicos que já estiveram envolvidos em atividades de ATES. A semiestruturação das perguntas segue o mesmo padrão para ambas as categorias de análise, sofrendo alterações apenas para diferenciar o sujeito que habita e que trabalha neste determinado território. A intenção é que esta entrevista ultrapasse a simples coleta de dados e que passe a incorporar os princípios que a metodologia estudada já traz. Assim, a condução será pouco regrada e baseada na transmissão de informações e diálogo entre entrevistado-pesquisador e vice-versa.

A entrevista foi dividida em dois momentos, o primeiro foi direcionado especificamente aos camponeses do assentamento Rosa de Luxemburgo, já que a pretensão é de coletar dados referentes ao processo de criação e implementação desta comunidade em específico. No entanto, os técnicos ficaram livres neste primeiro momento para contar a experiência que viveu no assentamento em questão. Estes dados, junto às informações oficiais do INCRA, iriam servir para nutrir o capítulo anterior, fornecendo dados complementares para a construção da linha do tempo do assentamento e o mapa de infraestruturas disponíveis⁵⁷. Já em um segundo momento, a entrevista assume outro caráter, referente à investigação relacionada a atuação do arquiteto-urbanista em assentamentos de reforma agrária.

⁵⁷ A elaboração desses produtos foi inviabilizada, pois o INCRA não disponibilizou as informações necessárias, mesmo estas sendo públicas.

A segunda parte da entrevista tem a intenção de captar, de modo geral, se já houve contato com profissionais da arquitetura e do urbanismo e como se deu este processo. Se há a compreensão de qual o papel deste profissional e como ele poderia ser útil ao planejamento deste habitat. E, especificamente, se há intimidade com o processo construtivo de forma autônoma ou com alguma cultura construtiva específica; e, se os entrevistados enxergam a relação entre o espaço construído e os princípios e métodos da agroecologia.

Diversas dificuldades foram encontradas nesta etapa da pesquisa. Primeiro, a situação político-sanitária do país - na qual o índice de população vacinada crescia lentamente dando abertura para o surgimento de novas cepas resistentes à vacina. Essa condição inviabilizava o processo de contato físico com o assentamento, principalmente nos primeiros momentos da pesquisa. Assim, as tentativas de contato com o assentamento foram feitas por modo remoto, através de alguns técnicos que indicavam alguns nomes. No entanto, os líderes comunitários estavam indisponíveis por questões de saúde.

Posteriormente, foi conseguido o contato com mais dois assentados. Porém, o primeiro não concedeu entrevista por um conflito político interno do movimento. Já a segunda confirmou a possibilidade da entrevista, mas preferia que fosse pessoalmente para se sentir mais confortável, já que não lidava muito bem com a tecnologia. Neste momento da pesquisa, o país passava pelo crescimento da taxa de vacinação, assim, o encontro físico passa a ser viável, se seguidos determinados protocolos para a segurança dos envolvidos. Este fator possibilitou uma única visita ao assentamento, resultando em apenas uma entrevista feita com uma camponesa do Assentamento Rosa de Luxemburgo.

Esta primeira visita se deu de modo exploratório e não invasivo, visando entrar em contato apenas com a camponesa que seria entrevistada. Além da entrevista, foram feitos os registros presentes no capítulo 3. O trabalho de campo reaqueceu a pesquisa, com a possibilidade de colher outros relatos pessoalmente. No entanto, com a proximidade do prazo de finalização, optou-se por concluir a etapa de coleta de dados. A fim de não comprometer a sistematização dos dados já coletados e das etapas seguintes de produção. Assim, ao final foram realizadas apenas três entrevistas, duas com técnicos e uma com uma camponesa.

Com isso, é ressaltada aqui a consciência de que mais relatos dos camponeses seria enriquecedor para a pesquisa. Além disso, ratifica-se também a extrema importância da pesquisa *in loco*, na qual os acadêmicos saem das salas de aula enclausuradas para a “sala de aula da vida real”. Esta etapa é imprescindível, ainda mais em pesquisas de caráter extensionista popular. Cabendo à pesquisadora, caso haja uma continuidade do trabalho, traçar um plano específico para que esta atividade aconteça desde os momentos iniciais da construção do trabalho.

4.1.2. Assessoria técnica e a construção agroecológica

Aqui serão sintetizados os dados colhidos nas entrevistas, através de quatro tópicos de discussão que se mostraram importantes em todos os relatos. São eles: a força da política pública, a transdisciplinaridade, o saber popular na construção agroecológica e, por fim, as dificuldades técnicas e operacionais/institucionais. A sistematização foi feita de modo transversal, buscando alinhar a visão de todos os três entrevistados sob determinado tópico e não de forma isolada.

a) A força da política pública

No primeiro momento da entrevista, o Técnico 01 (técnico da agroecologia, com experiência em ATES) relatou como se deu o seu contato com o Assentamento Rosa de Luxemburgo. Ele e uma equipe composta por diversos profissionais trabalhavam inicialmente vinculados à uma empresa terceirizada. Já que o INCRA não tinha técnicos suficientes para a realização dos projetos de assistência técnica e extensão rural para os assentamentos recém-criados. Porém, a partir da consolidação de uma política pública de assessoria diretamente voltada a estes territórios – a ATES, o trabalho pode ser potencializado. Principalmente, a partir de transformações no formato da política de ATES com o passar dos anos, que passa a conter em seus princípios norteadores a transdisciplinaridade. De forma que, a atuação do grupo passa a se distanciar do caráter assistencialista, caminhando para uma assessoria mais diversificada e inclusiva, a partir dos conceitos e metodologias da horizontalidade dos saberes.

Quando a gente fazia isso [assessoria técnica] com a EMBRAPA, fazíamos uma vez por mês. Quando entramos para ATES, conseguíamos fazer isso quatro vezes mais, [...]. (Técnico 01, informação verbal)

O Técnico 02 (técnico aposentado do INCRA) também reforça o fortalecimento deste campo profissional através da relação entre política pública e o assessor técnico, porém, no sentido oposto. Segundo ele, não basta que o formato dos programas sociais seja elaborado seguindo os princípios democráticos e de conquista de direitos básicos para estas famílias. Mas também, que os técnicos estejam preparados e comprometidos com uma atuação fundamentada sócio-politicamente. Para que possa lidar com as interferências externas que barram a efetivação de muitas políticas públicas, principalmente vinculadas a atuação de movimentos sociais.

A via de mão-dupla de fortalecimento da relação entre assessor técnico e política pública é facilmente identificada na experiência de ATES descrita pelo Entrevistado 01. Neste trabalho desenvolvido, além do formato do programa estar alinhado com uma atuação dialógica de assessoria, alguns técnicos possuíam vinculação ao movimento social. Resultando, assim, em uma experiência modelo, que deve servir de referência para futuras práticas.

[...], em determinado momento a gente fez um grande encontro com todas essas redes que a gente setorizou. Acho que conseguimos juntar umas 300 pessoas, foi uma coisa fantástica, assim.... Eu sou muito suspeito de falar, porque para mim foi o momento profissional mais feliz da minha vida. [...]. Foi uma coisa realmente muito linda, tinha sentido o trabalho. Mas veio o golpe né, a primeira coisa que o Temer fez quando ele assumiu foi cancelar a assistência técnica [ATES]. Foi fatal para nós. Depois que não temos mais a disponibilidade da assistência técnica, de financiar os intercâmbios, os boletins, as viagens, fomos mingando. Até tentamos né..., mas a energia não tinha como ser total, porque ela vinha mesmo da força da política pública. (Técnico 01, informação verbal)

Os relatos levam a compreensão de como o campo da assessoria técnica se configura enquanto um agente técnico mediador, através da política pública, entre os camponeses e o Estado. Durante a entrevista com a Camponesa, não foi feita nenhuma menção direta à força da política pública. No entanto, era nítido o quanto a entrevistada compreendia sobre o funcionamento dos programas e políticas públicas que participa. Além de ressaltar a participação dos técnicos, “[...] tudo que for precisar, para fazer um chiqueiro, alguma coisa, qualquer projeto que tem que fazer a gente tem que ter o técnico” (Camponesa, informação verbal), compreendendo sua importância no processo de conquista de seus direitos.

Assim, se faz necessário aprofundar este debate para ampliar as conquistas desse campo profissional como um todo. Já especificamente dentro da Arquitetura e do Urbanismo, cabe abrir a disputa nos espaços já existentes, como o da ATEs, por exemplo. Além de buscar a criação de uma política nacional de ATHIS, que incorpore a transdisciplinaridade como um princípio básico.

b) A transdisciplinaridade

O aspecto da complementaridade das áreas de conhecimento é ressaltado mais uma vez. O trabalho da assessoria técnica em contato direto com os problemas reais dos sem-terra, revela a urgência de superar a compartimentalização dos saberes técnicos, ainda muito comum no ambiente acadêmico de formação. Ambos os técnicos entrevistados ressaltam a importância da atuação transdisciplinar.

Eu também convivi com antropólogo, com agrônomo, com advogado, veterinário.... Acho que porque a minha forma de ver a reforma agrária é transversal. Não é uma coisa de agrônomo, de técnico agrícola, de biólogo. Inclusive a questão da arquitetura..., eu sempre prezei muito e achei que a grande contribuição do arquiteto e engenheiro civil era descobrir materiais na própria região, para não ter que estar trazendo de fora. A minha visão é transversal que envolve todo mundo, [...]. (Técnico 02, informação verbal)

A gente procurava de todo o tipo [de técnico], porque nós trabalhávamos na sistematização de experiências, mas também queríamos atender. Resolver problemas reais dos camponeses, que as vezes foge da tua área de conhecimento. [...]. Então a dinâmica era a tônica do momento, do que estava sendo debatido naquela rede especificamente. Era do momento, íamos procurando quem tinha o saber necessário para aquela questão específica, quando a gente não dava conta de executar. (Técnico 01, informação verbal)

Os técnicos relatam ter tido contato com engenheiros civis e o Técnico 02 também cita o contato com uma arquiteta. Embora não citem nenhuma experiência de atuação dialógica que envolvam o profissional arquiteto ou engenheiro civil e a comunidade. Citando que os trabalhos desenvolvidos por estes profissionais eram mais burocráticos e distante.

No coletivo da ATEs a gente até tinha engenheiro civil trabalhando. Acho que nem sei exatamente que tipo de trabalho ele fazia. Porque era engenheiro civil, mas fazia processos mais burocráticos. Ajudava algumas coisas que eram necessárias para por exemplo, é.... execução de um

serviço de estrada do próprio INCRA, que ele acabava fazendo. Fazia projetos específicos, não era muito próximo às pessoas. A gente nunca teve interesse, nem possibilitou que esse engenheiro, que estava na ATES, trabalhasse nos intercâmbios. (Técnico 01, informação verbal)

A entrevista com a camponesa também demonstra como os profissionais diretamente ligados à construção civil estão um passo atrás na construção de um diálogo entre técnica e saber popular.

Teve alguns [engenheiros civis]. Vão ter mais na reforma de agora, né? Mas pessoalmente não vieram ainda. Quando a casa foi construída quem veio foram os técnicos da ATES, e o do INCRA veio depois só para entregar a chave. E antes disso só para ver se estava apoiado ou não, a planta se estava tudo em dia. Veio para dar, como diz o ditado, a aprovação. (Camponesa, informação verbal)

A fala da camponesa revela o modo de atuação comum dos técnicos envolvidos de modo geral na produção da política habitacional do campo. E aponta para a problemática da divisão social do trabalho já citada - o distanciamento entre quem projeta e quem constrói. Assim, é reforçada a dificuldade de superar o conhecimento compartimentalizado do campo da construção civil. Sendo necessário entender o processo de planejamento e produção do habitat de forma mais ampla, não apenas a construção de um “teto”. Teto esse imposto como uma solução técnica alienada, despreocupada com quaisquer particularidades pré-existent.

c) O saber popular na construção agroecológica

Durante a entrevista, o Técnico 01, além de relatar que, mesmo com um engenheiro civil no quadro de técnicos da ATES, não chegou a trabalhar em conjunto com ele. Também demonstra não compreender qual o trabalho que este profissional desempenhava, nem como seria a contribuição deste profissional na troca de experiências com os camponeses. Já que nestes espaços a discussão girava em torno do saber popular e da cultura construtiva da autoconstrução camponesa.

O que teve foi apenas os saberes empírico dos próprios agricultores que diziam: "não aqui a gente não vai fazer de bloco, porque aqui o solo é argiloso. Se você botar uma tela de arame está resolvido e vai segurar". Então era isso, porque cada camponês também um pouco de construtor. (Técnico 01, informação verbal)

A última frase desta citação sintetiza a relação do camponês com a construção, revelando que, assim como a produção da agricultura, a produção do seu próprio espaço também faz parte de seu modo de vida. A questão em torno da autoconstrução é bastante complexa, tanto no campo quanto na cidade. De forma que, não cabe aqui estender este debate. Porém, é importante inserir o fato de que os técnicos da construção não são preparados para lidar com o cruzamento dos saberes resultantes destas práticas empíricas. Assim, recaem sempre numa atuação antidialógica, que invade culturalmente o conhecimento construtivo destes sujeitos.

A atuação do técnico no processo de planejamento e produção do espaço, majoritariamente, desconsidera não apenas os saberes e técnicas artesanais acumulados por gerações. Mas também não inclui a lógica de produção do espaço como um processo coletivo de cooperação. Dessa forma, embebido do discurso de melhoria da qualidade de vida, insere soluções técnicas como imposição de uma modernização que supostamente funcionaria melhor que a solução camponesa. Mas que, às vezes, não funciona bem. Como no caso do sistema de tratamento de esgoto doméstico do Assentamento Rosa de Luxemburgo relatado pela camponesa. Segundo a entrevistada, a grande maioria das fossas-sumidouro implementadas junto com as unidades habitacionais não estavam adequadas ao tipo de solo local. Dessa forma, cederam e se transformaram em um transtorno para os moradores, que tiveram que refazê-las com recursos próprios.

O Técnico 01 também comenta que em nenhum momento pensou em possibilitar a participação do engenheiro civil nas atividades que envolviam a horizontalidade do saber, mas não soube explicar o porquê. Este descarte inconsciente da possibilidade da atuação em conjunto desse técnico com os camponeses é reflexo do inegável distanciamento dos problemas sociais e políticos. Reforçado por uma atuação que se encontra historicamente descomprometida com o saber e o modo de vida dos pobres, em geral. Ora, não é de se espantar que, com um histórico de trabalho que desconsidera o saber e as técnicas pré-existentes, que este profissional não seja sequer bem-vindo em um espaço de troca de saberes e experiências.

Como já abordado, quando contextualizado o conceito de construção agroecológica, o elemento característico deste processo produtivo é justamente a associação entre o saber

técnico e popular. No entanto, as experiências concretas mostram normalmente uma atuação tecnocratas, como no relato do Técnico 02.

[...] me chocou quando eu vi lá, em Serra da Guia... faz aquele loteamento, aquele monte de coisa, aquilo me choca. O povo que tem uma cultura, tem tudo e é esquecido... aí faz o loteamento. Aí fui conversar com ela, uma arquiteta, para ela ver, porque eu vi como era a organização lá no povoado da Resina. Um lugar lindíssimo na beira do São Francisco, na foz, já chegando no mar, [...]. E tinha uma disposição das casas, era casas simples, de taipa, mas muito agradável, bonita. Usa isso aqui. Usa o conhecimento de vocês para fazer desse jeito aqui. [...]. Agora..., a gente é que chega lá impondo. Aquela casinha quadrada. [...], fiquei chocado de ver uma casinha daquela e as pessoas tudo na beira, porque não tinha um lugar na sombra, não tinha nem uma varanda, não tinha uma árvore. (Técnico 02, informação verbal)

O Técnico 02 afirma quase sempre ter sido malsucedido nas tentativas de discutir a produção do espaço no assentamento. Porque não só o modo de atuação técnica, mas a “cultura do banco é botar arame, cerca, veneno, adubo químico, [...]. É a mesma coisa, tanto que o pessoal tenta fazer um projeto agroecológico e não consegue financiar” (Técnico 02, informação verbal). Primeiro, por não encontrar o desprendimento necessário do discurso da superioridade técnica para estabelecer a discussão de outras alternativas, que levem em consideração as particularidades dos territórios nos quais se atua. E, também, em barreiras operacionais e burocráticas, que só se vence com a sustentação da decisão política de ir em busca de outras formas de atuação.

d) Dificuldades técnicas e operacionais/institucionais

Dentre as dificuldades citadas durante as entrevistas, uma das principais está fundada no engessamento do formato dos programas sociais e na operacionalização das políticas públicas. Caracterizadas por projetar soluções prontas, argumentando a possibilidade de barateamento e velocidade, que na prática se concretiza na precarização da produção do habitat.

Normalmente, o que existe é o pessoal que vem para implementar o pacote. [...] a gente destaca muito essa questão de que não é o assentamento localizado, a gente vê o assentamento dentro do contexto de uma comunidade, tentamos respeitar e inserir. O sem-terra, o ribeirinho, o quilombola, o posseiro. Não pensar eles isolados [...]. Mas o que normalmente acontece na prática..., é difícil né, a gente passou por um período em que os técnicos foram muito preparados..., bitolados para implementar, no caso da minha profissão, do engenheiro agrônomo, é da

revolução verde. Usar tecnologia, os insumos químicos, o trator e esquecendo a tradição da tração animal, da adubação, das sementes crioulas, da agroecologia. (Técnico 02, informação verbal)

Além da formação de profissionais bitolados para implementar um pacote pronto, outro fator citado pelo Técnico 02 é a posição contrária a reforma agrária de alguns técnicos dentro do próprio INCRA. Isto se explica, segundo o entrevistado, na grande procura da profissão de Estado em busca apenas de estabilidade financeira, descrito por ele como um “funcionário de carreira, [...] quer fazer do jeito dele e acabou. Não quer implementar política pública” (Técnico 02, informação verbal). Ressaltando assim, não apenas uma falta de preparo, mas também de interesse e comprometimento.

[...], aí o INCRA vem com um pacote. **E no pacote da casa** já vem a planta, o cara que vai vender o material, o cimento, a pedra e tudo mais, ninguém procurou alternativa para discutir. (Técnico 02, informação verbal, grifo meu)

Nós do INCRA ..., aí vem outras questões, não só do INCRA..., os técnicos em si, tem uma geração que foi formado para agir dessa forma, vertical, chegar e é apenas "você quer ou não quer?". E o cara termina aceitando uma coisa que as vezes ele faz aquilo... “a casa” e ele vai usar como depósito, porque a casa dele na verdade ele faz de outro jeito, depois quando ele tiver condições. A intenção da política é boa, mas falta preparo. E tem essas interferências. (Técnico 02, informação verbal)

Este despreparo resulta na inaptidão de dar continuidade ao trabalho que já estava em desenvolvimento pelo movimento durante o acampamento. Já que, muitas vezes, a possibilidade de continuidade não é nem posta como uma opção viável. Nessa “[...]ruptura, da intervenção do Estado trabalhando no sentido contrário” (Técnico 02, informação verbal), é visível a incapacidade de enxergar o camponês como agente modificador de sua própria realidade, um agente ativo no processo de mudança. O trabalho técnico é executado a fim de cumprir uma carga horária, sem qualquer compromisso com a decisão política que envolve implementar política pública de qualidade. Configurando um trabalho não só alienado, como também alienante, pois segue construindo relações de dependência.

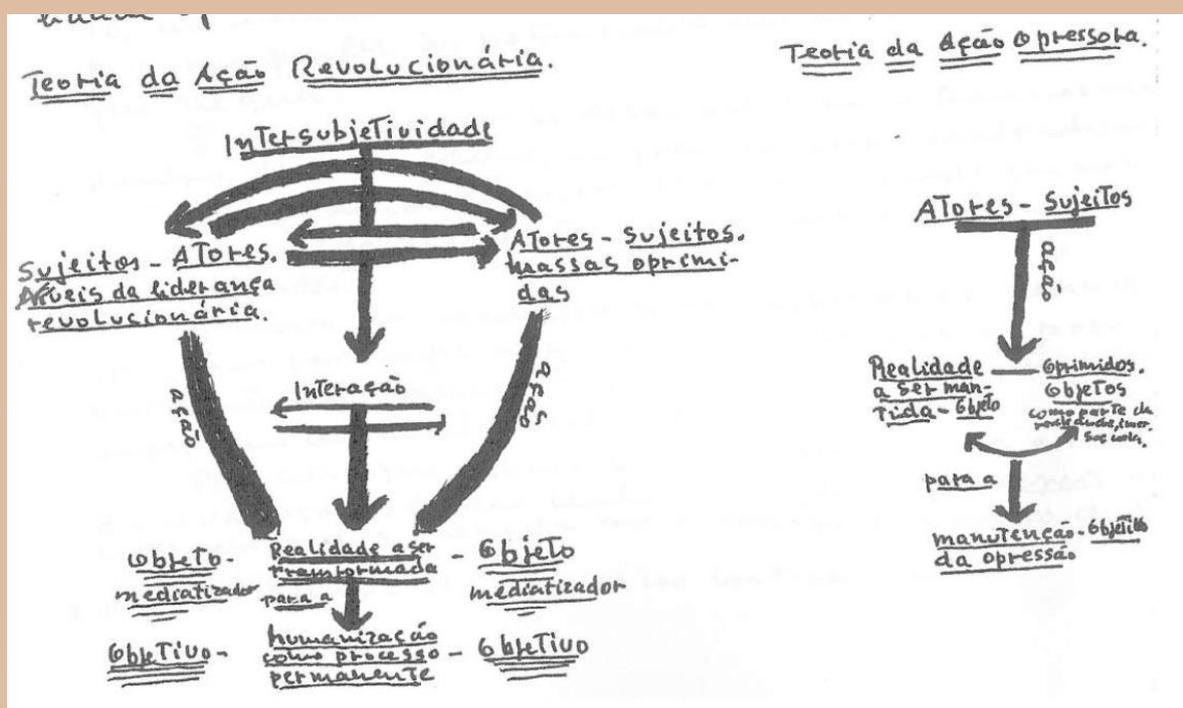
4.2. O técnico e a autonomia popular

Com base nas discussões elaboradas até o momento, enriquecidas pelos relatos dos técnicos e da camponesa, a parte deste capítulo que se inicia agora tem como intenção se debruçar sobre o papel do técnico na relação camponês-técnico. No sentido de

compreender a consequência direta do modo de atuação destes profissionais sociais na autonomia ou na domesticação destes sujeitos. Em especial, o arquiteto-urbanista enquanto assessor técnico na atuação em assentamentos de reforma agrária.

A intenção de compreender este processo surge na discussão sobre as adaptações metodológicas da Metodologia Camponês a Camponês para a atuação do profissional em Arquitetura e Urbanismo. Assim, antes de partir para a descrição do caminho a ser feito pelo técnico, se faz necessário reforçar os princípios defendidos como intrínsecos à esta atuação. Para isso, será utilizado como base para a prática do exercício profissional a Teoria da Ação Dialógica ou Revolucionária, presente no livro Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1987).

Diagrama da Teoria da Ação Revolucionária. Manuscrito de P. Freire para Pedagogia do Oprimido



Fonte: Acervo Paulo Freire, 1968.

O diagrama acima, presente no manuscrito do autor⁵⁸, representa de forma gráfica as forças e relações presentes, tanto na ação opressora-antidialógica, quanto na revolucionária-dialógica. Para esta breve análise, será tomada essa “ação” como a atuação dos técnicos buscando traçar um paralelo com os relatos colhidos anteriormente.

Assim, é possível identificar como a Teoria da Ação Opressora está próxima à descrição da atuação dos técnicos de forma desvinculada à execução da política pública, enquanto efetivação da cidadania dos sujeitos oprimidos. Relacionando-se com o modo de operação com a intenção apenas de implementar um pacote pronto, no qual o papel de sujeito ativo está limitado ao profissional. Neste caso, os oprimidos são tratados como objetos, como parte da realidade a ser mantida, estando imersos nesta condição. Por fim, a ação dos técnicos fortalece o círculo vicioso, contribuindo para a manutenção da opressão, sendo esse o objetivo final deste modo de atuação.

Ademais, ressalta-se como a estrutura de funcionamento desta ação é bastante simples, já que funciona no sentido de manter uma relação de poder já existente. Assim, pode-se dizer que há uma tendência de recair sobre este modo de atuação, por representar um “caminho mais fácil”.

Diferente do caminho menos óbvio e que necessita de uma decisão política que sustente uma nova tomada de atitude para a modificação da realidade. Desse modo, na Teoria da Ação Revolucionária, há uma troca de intersubjetividades entre os agentes envolvidos, que precede à ação. Estes agentes, que o autor denomina atores-sujeitos e sujeitos-atores, são respectivamente as massas oprimidas e, no caso desta análise, os técnicos. Entre estes sujeitos, permeia uma interação à medida que a ação acontece. Não por acaso, já que o objetivo se transforma em estabelecer a “humanização como processo permanente”. E o objeto que se atua sobre, que na ação anterior eram os próprios oprimidos, passa a ser a realidade a ser transformada.

Embebida desta breve análise da idealização da ação dos técnicos, a partir de agora a discussão será dividida em dois momentos. Primeiro, serão discutidas as adaptações metodológicas da metodologia Camponês a Camponês para produção e ampliação de

⁵⁸ Refere-se a partes do manuscrito de Paulo Freire, de 1968, para o livro *Pedagogia do Oprimido*. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/3629>. Acesso: novembro, 2021.

habitats saudáveis. Buscando estabelecer um método de atuação que considere como princípio básico a ação revolucionária-dialógica. No segundo e último momento, serão traçadas algumas reflexões para a prática profissional do arquiteto-urbanista nos territórios da reforma agrária, também a partir dos escritos do educador Paulo Freire.

4.2.1. Adaptações metodológicas

E, estudando porquê sistematizar experiências, a gente chegou na metodologia camponês a camponês. E a gente ficou encantado com aquilo, quando lemos aquilo, pensamos: "nossa como isso aqui é potente, isso aqui é fantástico, isso aqui é o que a ATES precisa. Se todo mundo que for fazer ATES fizer um pouco disso, a gente ganhou nosso lugar no céu". (Técnico 01, informação verbal)

A partir da potencialidade presente na Metodologia Camponês a Camponês para o desenvolvimento consistente da atuação em assessoria técnica, serão traçadas algumas diretrizes básicas para o aprofundamento transdisciplinar que este campo exige. A princípio, para traçar as adaptações metodológicas é importante identificar quais as semelhanças e divergências do processo de atuação da assessoria técnica desempenhada pelo profissional arquiteto-urbanista e pelos profissionais que, de modo mais consistente, já se utilizam deste método.

Como semelhanças, ressalta-se que ambos os processos necessitam de um período de transição a ser desenvolvido. Assim, os princípios da metodologia que reconhecem a necessidade de um início que não apresse etapas e um “fim” que leve em consideração a propagação da ação. Além disso, tanto um profissional quanto o outro precisam lidar com a existência de um conjunto de práticas e saberes ancestrais – que geralmente não são valorizados, nem respeitados, pelas práticas hegemônicas de assistência técnica. Cabe incluir também o fato de que os técnicos sociais, de modo geral, não vivem nos territórios que atuam. Portanto, há a necessidade de estabelecer um diálogo para compreender as necessidades e particularidades dos sujeitos que habitam estes espaços.

Por outro lado, as particularidades da atuação precisam ser definidas. Pois, normalmente a agroecologia está associada ao processo de produção e não necessariamente inserido no espaço construído. Assim, a maioria das experiências estão limitadas a atuação do trabalho para produzir, seja para consumo próprio ou troca e comercialização de bens e produtos. No caso da produção do habitat, a atuação incluir pensar e discutir a produção

do espaço - da habitação, do abrigo para a produção e para os animais, do ambiente de socialização, de convívio, de formação, de serviços básicos de saúde, dentre outros. Portanto, envolve uma atividade que não está vinculada ao trabalho direto do camponês enquanto agricultor. Mas de uma atuação pontual necessária para todos os seres, a construção de seu habitat.

Primeiro, é necessário retomar a discussão sobre o papel da assessoria técnica em arquitetura e urbanismo. Já que a atuação desse campo profissional não se limita apenas ao desenvolvimento de um projeto arquitetônico e a execução do mesmo. De modo que esta atuação pode estar vinculada também com a elaboração de diagnósticos, por exemplo, em defesa da permanência da comunidade antes mesmo do assentamento estar conquistado ou diagnósticos para pleitear melhorias habitacionais, enfim, uma atuação vasta. E, se tratando de projeto e construção, ainda sim as possibilidades são inúmeras – desde obras de infraestrutura básica, equipamentos coletivos, habitação, edifícios de apoio a produção até melhorias, etc. Dificultando, assim, o estabelecimento de um programa pré-definido de atuação.

Para tornar mais objetivo o delineamento da atuação do arquiteto-urbanista em assentamentos de reforma agrária, será utilizada como base os eixos de atuação elaborados por Caio Santo Amore (2016). Traçando também, adaptações e acréscimos necessários para o contexto específico.

Quadro 01 – Adaptações para atuação do arquiteto-urbanista, enquanto assessor técnico, em Assentamentos de Reforma Agrária

Eixos	Descrição por Amore (2016)	Adaptações
Resistência e apoio técnico aos movimentos de luta	<p>Origina-se da ação autônoma da luta pela Reforma Urbana. Pautar a construção de políticas públicas que incorporem a participação popular, procurando lidar com a cidade real.</p> <p>Pode ser compreendido como um planejamento em zonas de conflitos, podendo ter como resultado prático a elaboração de Planos Populares, análises de documentos e participação em negociações, audiências, etc.</p>	<p>Cabe inserir a luta pela Reforma Agrária, enquanto luta aliada à Reforma Urbana.</p> <p>Assim, incluir a disputa pela inclusão deste profissional na discussão do planejamento e produção do habitat rural como um todo e, especificamente, no trabalho junto aos acampamentos e assentamentos.</p>
Produção autogestionária	<p>Origina-se da trajetória dos mutirões que ganharam visibilidade nacional, a partir da crítica a soluções pré-determinadas dos programas habitacionais. Produzir habitação por autogestão, buscando consolidar um modo de operação contrário à lógica do mercado e da financeirização da moradia.</p>	<p>Disputar a inserção dos conceitos de construção agroecológica. Visto que, a produção autogestionária é uma das questões inseridas dentro deste conceito.</p>
Melhorias habitacional	<p>Busca disputar, no contexto da política habitacional, a melhoria e a urbanização em relação à produção de novas unidades habitacionais.</p> <p>Caracteriza também um contato mais direto entre arquiteto e morador, assumindo também um caráter também de assessoria individual.</p>	<p>Cabe inserir o contexto fora dos núcleos urbanos consolidados, e assim, incorporar comunidades rurais e tradicionais, que também necessitam de melhorias sem a premissa de um processo de urbanização em seus territórios.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Amore (2016).

A partir das adaptações da metodologia Camponês a Camponês e das atualizações para o campo da assessoria técnica, foi elaborada uma cartilha como resultado final da pesquisa (Apêndice C). Intitulada Tijolo por tijolo: Metodologia Camponês a Camponês no planejamento e na produção do habitat da Reforma Agrária, foi elaborada a fim de sistematizar e facilitar o acesso das informações contidas nessa pesquisa. Assim, o documento contém uma breve contextualização e conceituação inicial (sobre a discussão no acampamento, a construção agroecológica e a própria metodologia a ser adaptada). No seu desenvolvimento inclui também, de forma simples, didática e ilustrada algumas diretrizes gerais para a adaptação metodológica, tendo como base as 5 etapas básicas da metodologia, além das ferramentas da educação popular.

Por fim, importante detalhar que esta cartilha é resultado de um trabalho exclusivamente teórico. E, portanto, necessita ser posta em prática para que sejam feitas as experimentações necessárias e prováveis revisões. Assim, a intenção em elaborá-la está fundada na disseminação dessas informações, tanto para o próprio campo da Arquitetura e do Urbanismo, quanto para os sujeitos da luta por terra, para que estes possam reconhecer esse profissional como um possível aliado.

4.2.1. Reflexões para a prática profissional

Se não for capaz de crer nos camponeses, de comungar com eles, será no seu trabalho, no melhor dos casos, um técnico frio. Provavelmente, um tecnicista; ou mesmo um bom reformista. Nunca, porém, um educador da e para as transformações radicais. (Freire, 1985, p. 65)

Historicamente, a etapa de elaboração do projeto de assentamentos de reforma agrária não conta com a contribuição de profissionais da arquitetura e do urbanismo e que, deve-se considerar que possui pouca relevância para esta área (Sertori, 2020), até mesmo para o campo profissional da ATHIS. No entanto, a demanda é uma realidade e ela não surge a partir da academia e sim, dos próprios movimentos sociais, ou seja, de pessoas reais.

O desenvolvimento deste trabalho acadêmico parte de uma reivindicação por visibilidade que surge da vida real camponesa nos assentamentos, não é um assunto que surge da expertise de pesquisadores e planejadores. Assim como na cidade, no campo, o povo também produz seu próprio espaço para sua sobrevivência, a exemplo do Caderno de Cooperação Agrícola N° 10, citado no capítulo anterior. Os sem-terra já estão, ao seu

modo, buscando soluções para seus próprios problemas, com base nos seus próprios princípios.

Então que papel teriam os técnicos? Servem para algo ou estou propondo um suicídio profissional? – Acho que os técnicos têm de começar, de maneira séria e consciente, a denunciar a nudez do rei, o que pode incluir a verificação de sua própria nudez. E podem também começar a tentar trabalhar com o problema que têm de enfrentar e não **por cima dele**. Onde for necessária teoria, ela tem de ser extraída da prática **daquela** situação concreta, sob pena de sempre servir mal. (Santos, 1978, p. 116, grifo do autor)

É nítido que “existe uma discrepância radical entre o projeto de uma grande fazenda destinada à criação de gados e o planejamento territorial de um assentamento rural, para que famílias camponesas vivam com dignidade e cidadania” (Sertori, 2020, p.5). De certo que, por isso, há trabalho a ser feito por arquitetos e urbanistas, principalmente aqueles atuantes no campo da assessoria e assistência técnica. Entretanto, tendo em vista a segmentação dos programas sociais que envolvem o trabalho de técnicos para que os camponeses tenham acesso à terra, moradia e trabalho, já é possível visualizar o *modus operandi* dessa prática. Visivelmente, uma técnica destituída de sentido político que é tão necessário, principalmente em um território de luta, para a compreensão de um modo particular de habitar.

Dessa forma, retoma-se a produção de Paulo Freire (1985), para reafirmar que a atuação na assessoria técnica deve ter como premissa o entendimento de que o conhecimento não se “estende” do sujeito-técnico-sabedor até o sujeito-camponês. Para que haja um esforço no sentido de trabalhar não com uma extensão de saberes, mas de conscientização das relações homem-mundo, a partir da problematização crítica da realidade (Freire, 1985).

Para o profissional em Arquitetura e Urbanismo, o discurso de uma atuação pedagógica pode parecer distante. Principalmente pelo condicionamento dado no processo de formação, que reforça a superioridade das soluções técnicas e cultiva a tomada de decisão do projetista quase como um dogma. Ora, se, enquanto estudantes, são moldados a pensar espaços a partir de conceitos abstratos para **defender** suas escolhas formais e estéticas, produzindo argumentos para sustentar sua preferência. É provável que reproduza a imposição de suas ideias e soluções na vida profissional, ainda mais se o usuário for considerado como um “não-sabedor”.

Há muita gente por aí se orgulhando de ser um profissional ainda à moda antiga: arquitetos e urbanistas de prancheta e lápis na mão. Pois bem, eu me orgulho de ser um urbanista dos que desenham rua no chão mesmo, com uma vareta na mão, e dos que não veem a gente para quem trabalha com uma estranha abstenção estatística, mas como pessoas com quem conversam todos os dias, que têm cara e problemas cotidianos concretos. (Santos, 1978, p. 113)

Para os técnicos, se faz necessário reconhecer a relação de poder que existe com “a gente para quem trabalha”, para poder, enfim, subvertê-la. Porque, somente a partir dessa compreensão, será possível desviar da atuação através do caminho mais curto e fácil, que recai inevitavelmente na relação invasor-invadido. Na qual, segundo Paulo Freire (1985), o espaço histórico-cultural do camponês é penetrado pelo espaço histórico-cultural do técnico, que superpõe a sua visão de mundo a partir dos valores do seu sistema a esses indivíduos. Assim, reduzindo-os a “meros objetivos de sua ação” (Freire, 1985).

O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra, os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles; êstes são “pensados” por aquêles. O invasor prescreve; os invadidos são pacientes da prescrição. (Freire, 1985, 27)

Freire (1985) também defende que os “trabalhadores sociais” com atuação assistencialista estão distantes de uma atuação educativa de ação libertadora. Citando que estes atuam assim segundo o argumento da inviabilidade da dialogicidade. O qual supõe que os resultados do processo dialógico são lentos, duvidosos e demorados, além de não estão alinhados com o estímulo à produtividade. De forma geral, os argumentos estão fundados na “descrença no homem simples” (Freire, 1985). Este posicionamento subestima o poder e a capacidade do camponês de assumir o protagonismo das transformações de sua própria realidade. Assim, assume-se a postura de atuar sobre eles, como um “depositário do saber”, processo que o educador define como a “absolutização de sua ignorância” (Freire, 1985).

A constituição da consciência camponesa enquanto uma consciência oprimida está fundada nas relações rígidas, nas quais não há espaço para o diálogo (Freire, 1985). Estas relações, segundo Paulo Freire (1985), são reflexo da estrutura vertical e fechada representada pelo latifúndio. A hierarquia deste modelo impede a mobilidade social e implica que as camadas sociais mais “baixas” sejam consideradas inferiores.

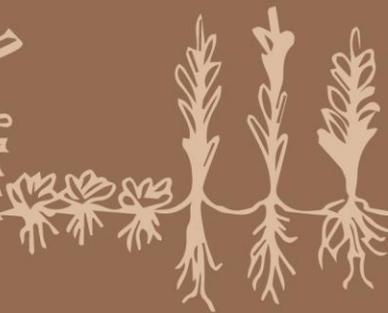
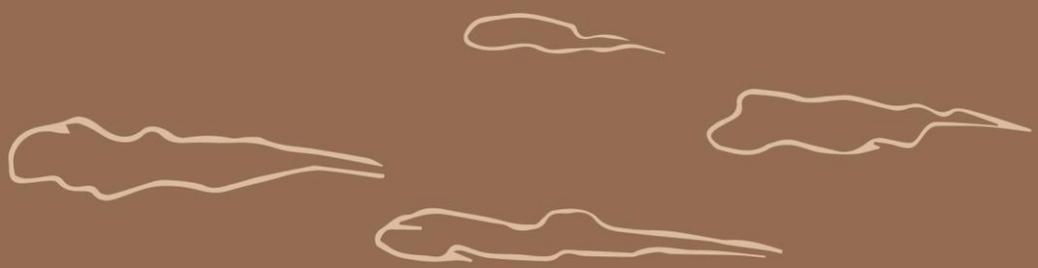
Para que êstes sejam assim considerados, é preciso que haja outros que desta forma os considerem, ao mesmo tempo em que se consideram a si mesmos como superiores. A estrutura latifundista, de caráter colonial, proporciona ao possuidor da terra, pela força e prestígio que tem, a extensão de sua posse também até os homens. (Freire, 1985, p. 31)

Assim, por não proporcionar facilmente nenhuma experiência dialógica ou de participação, o latifúndio cultiva o imaginário de inferioridade destes sujeitos. Por isso, grande parte dos camponeses sentem-se inseguros de si mesmo e de seu próprio saber, sendo natural que apresentem uma atitude desconfiada ou até mesmo tímida com quem pretende dialogar com eles (Freire, 1985). Esta afirmação pode ser constatada durante o processo de pesquisa deste trabalho. Principalmente pela barreira da atuação remota, muitos camponeses não se sentiram confortáveis em estabelecer um diálogo, sempre sugerindo que fossem contatadas as lideranças locais. Mesmo na tentativa que resultou na entrevista com a camponesa, a entrevistada inicialmente falou sobre não saber de muita coisa. Por fim, o diálogo aconteceu de forma bastante proveitosa para um primeiro contato. No entanto, apenas um primeiro passo em direção à uma atuação verdadeira dialógica.

[...], cabe aos arquitetos e engenheiros descenderem de seus escritórios pedestais e aprenderem com o povo camponês e originário, e junto deles construir, lado a lado, em diálogo fraterno e camarada. A divisão social capitalista do trabalho não é lei divina, nem o trabalho alienado apartado em pensadores projetistas e construtores robotizados. Trata-se de uma decisão política. (Barros, 2016, p. 455)

Ademais, ressalta-se que a atuação de caráter dialógico em assentamentos de reforma agrária não é simplesmente uma questão puramente técnica. Para Freire (1985), esta atuação envolve, sobretudo, uma decisão política. Pois é ela que fortalece e impulsiona que as decisões e propostas técnicas, ainda mais se tratando da efetivação de políticas públicas. Além disso, os resultados finais das soluções técnicas posicionadas estão diretamente relacionados a opção ideológica dos técnicos, inevitavelmente.

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa até aqui apresentada teve como intuito provocar reflexões que promovessem um rompimento com a prática alienada e a elitizada do sujeito arquiteto-urbanista. Buscando ampliar a visão da problemática do direito a um habitat digno, de forma a extrapolar os limites do perímetro urbano, tão limitante para a atuação destes profissionais. Já que a falta de compreensão das relações entre campo e cidade, conseqüentemente, está associada a uma atuação não só excludente para os povos do campo, como também destituída de profundidade das discussões entre urbano e rural.

A escolha desta temática revelou, durante o processo de pesquisa, o quanto a formação em Arquitetura e Urbanismo falha ao discutir quase que exclusivamente o ambiente urbano, isolado, pairando em volta de um ambiente arcaico, não levado em consideração pelas grades curriculares. Se tratando do vasto território brasileiro e suas diversas manifestações de cidades que não correspondem às regras do binômio urbanização-industrialização, a consequência é a invisibilidade de inúmeros tipos de organizações sócio-espaciais. Os assentamentos de Reforma Agrária configuram apenas como um desses tipos.

Assim, diversos desafios foram encontrados na trajetória da pesquisa. O primeiro deles está associado ao referencial teórico, que, dada a inexistência do tema durante a formação, teve que ser construído de modo bastante exploratório. Tornando-se uma parte robusta do processo de produção deste trabalho e transformando-o em uma pesquisa essencialmente transdisciplinar. Cabe ressaltar, para reforçar a necessidade de inserção destes debates durante a educação das futuras arquitetas e arquitetos, que a cidade sede do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe possui territórios que não podem ser completamente compreendidos sem uma análise da relação campo-cidade, por exemplo. Este fato mostra, como a realidade ignorada está mais próximo do que se imagina.

Ainda podem ser citados outros fatores limitantes (ou não, a depender do ponto de vista) para a pesquisa. Isso porque, inicialmente a intenção da autora era elaborar um estudo prático e, essencialmente, com trabalho de campo, participação popular e a participação do Escritório Modelo Trapiche. No entanto, com a situação político-sanitária do país desde

2020, desencadeada pela pandemia de Covid-19 e aprofundada pela irresponsabilidade do governo federal. A pesquisa teve que se adequar a reclusão do isolamento social, impossibilitando a produção de um trabalho essencialmente participativo.

Assim, o trabalho assumiu um caráter mais teórico, introspectivo e reflexivo. Este fator, possibilitou a investigação de conceitos e discussões, que foram priorizadas nesse momento. No entanto, dificultou o acesso à comunidade escolhida e inviabilizou recolher uma maior quantidade de relatos dos camponeses, fazendo com que a pesquisa assumisse um caráter inteiramente qualitativo. Mesmo assim, conclui-se que este processo imposto pelas condições externas possibilitou a priorização do aprofundamento teórico, que se mostrou extremamente necessário. Tendo em vista a complexidade da questão agrária brasileira e como ela é estruturalmente fundadora das desigualdades no campo e, também, nas cidades.

Em síntese, apesar do desafio de adentrar em um tema ainda pouco explorado na área de Arquitetura e Urbanismo, o trabalho conseguiu cumprir o que se propôs inicialmente. Dessa forma, pode-se concluir que foram identificadas as particularidades do habitat da reforma agrária. Assim como foi constatado o processo de ruptura dos princípios agroecológicos na produção do espaço por parte do Estado e, também, o potencial da participação do profissional arquiteto-urbanista nestes territórios. De modo que pôde-se discutir, por fim, uma metodologia de atuação para esse profissional enquanto assessor técnico, utilizando-se como base a metodologia Camponês a Camponês.

Embora o estudo de caso tenha sofrido com alguns impedimentos, primeiro pela dificuldade de acesso e contato, e posteriormente, pela inacessibilidade de informações oficiais do INCRA. De modo geral, esta limitação não gerou grandes perdas ao objetivo final do trabalho. Isso se dá, devido ao fato dele não ser o foco principal do trabalho, sendo utilizado apenas como demonstração prática das discussões. No entanto, seria de grande valor dar continuidade ao contato feito. Tendo em vista a informação, coletada por entrevista, de que o assentamento possivelmente receberá um projeto de melhoria habitacional. Assim, indica-se a possibilidade de pleitear um espaço de atuação, seja para contribuir no projeto das reformas ou na elaboração de um diagnóstico da situação atual do Assentamento Rosa de Luxemburgo.

A escassez de profissionais de Arquitetura e Urbanismo atuando para além dos limites do perímetro urbano evidencia uma lacuna a preencher na política habitacional como um todo. Assim, ratifica-se aqui a necessidade de articulações mais definidas entre os programas do campo e da cidade. Além de buscar inserir com mais qualidade o ambiente rural nas questões da política de ATHIS. Já que, apesar de conter em seu texto que assistência técnica gratuita é direito tanto para as famílias residentes em área urbanas ou rurais, na prática a zona rural permanece esquecida.

Para isso, primeiro, é necessário reconhecer a negligência dada ao habitat rural. Ou seja, identificar a persistência da visão dicotômica rural e urbano. Para compreender que para incluir não basta apenas inserir o complemento “e rural” após o urbano. Significa, na verdade, compreender ambos os territórios, suas necessidades particulares e, principalmente, o formato das políticas públicas para que estejam adequadas ao contexto sócio-político.

Adentrar na política habitacional e de assessoria técnica para o campo também necessita compreender os agentes e demais políticas que já acontecem neste espaço. Assumindo assim o caráter essencialmente transdisciplinar deste campo de atuação. No caso deste trabalho, foi essencial captar um pouco da visão dos técnicos que trabalham na criação e implementação de assentamentos de reforma agrária, com a ATER e ATES. Mesmo com o baixo número de entrevistas, já pode-se compreender a quantidade de profissionais envolvidos nestes processos. E também iniciar a compreensão de qual é o modo de operação dos profissionais da construção civil – arquitetos, urbanistas e engenheiros civis, estes últimos presentes em maior quantidade.

De acordo com os relatos, é possível identificar que há um certo distanciamento destes profissionais com uma atuação dialógica envolvendo atividades participativas com as comunidades para quais trabalham. Sendo importante, para a continuidade futura da pesquisa, buscar estes profissionais específicos para poder colher informações sob seu próprio ponto de vista. Também foi possível identificar que este problema de comunicação entre técnicos e camponeses não está restrito a esse campo profissional. No entanto, a grande diferença é que, o debate acerca da atuação dos técnicos da ATER de modo autoritário e antidialógico já está sendo debatido e revisado desde a revisão do PNATER.

No caso da política habitacional, o horizonte da discussão sobre efetivação da participação popular se restringiu quase que exclusivamente ao ambiente urbano, através dos arquitetos-urbanistas.

Por fim, cabe ressaltar que este trabalho representa apenas um “ponto de partida” para a trajetória de pesquisar sobre o tema em questão. Portanto, não há de se esperar conclusões muito bem diretas e fechadas. Assim, foi elaborada uma síntese das discussões feitas ao longo do trabalho. Ou para além de uma síntese, um chamamento para uma reflexão final e prospecção de futuras ações que podem ser resumidas em alguns tópicos de contribuição para a formação e a atuação profissional: o aprofundamento do conhecimento sobre as relações entre campo-cidade e urbano-rural; a construção e defesa do campo da assessoria técnica de base popular para a efetivação do direito à moradia e à cidade; a inserção da construção agroecológica como uma possibilidade para compreensão da cultura construtiva de comunidades tradicionais e rurais, além da necessidade de estabelecer uma ação dialógica entre conhecimento técnico e popular.

Ademais, é necessário finalizar este trabalho com uma mensagem de incentivo para iniciar o percurso de romper todos os desafios expostos até aqui. Para isso, é importante retomar as palavras, já colocadas durante o desenvolvimento do trabalho⁵⁹, do companheiro Enio Guterres: para andar mil quilômetros é preciso dar os primeiros passos. Aqui eis, então, a finalização do primeiro passo.

⁵⁹ (Guterres, 2006), p. 69.

REFERÊNCIAS

- AMORE, C. S. **Assessoria e Assistência Técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social**. In: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2016, Rio de Janeiro. Anais do II URBFAVELAS. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- AMORE, C. S. **O desafio de ser um arquiteto útil**. Entrevista. 23 de março de 2017. CAU/GO. Disponível em: <http://caugo.gov.br/aula-magna-o-desafio-concreto-de-ser-um-arquitetoutil/> Acesso em maio de 2021.
- AZEVEDO, K. M.; BEDUSCHI, T. C.; FAGUNDES, P. M.; SPAUTZ, F. (org.). **ATHIS Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social: é um direito! E muitas possibilidades**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, 2018.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964. Coleção Documentos Brasileiros, 118. (Capítulo 3 e conclusão – p. 189 – 262)
- BRASIL, **Cartilha do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**. Ministério das Cidades. Brasília/DF, 2013.
- CAETANO, P. A. R.; OLIVEIRA, R. E. de; FRANCO, F. S.; FERREIRA, K. C.; SOUZA, F. A.; RABANAL, J. E. M. **Metodologia Camponês a Camponês: um caminho para a transição agroecológica no Território Sul Sergipano**. In: Cadernos de Agroecologia, IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, vol. 10, nº3, 2015.
- CALDART (org.). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CARDOSO, F. S.; AMORE, C. S. **Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil**. In: XV Colóquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista, Barcelona, maio de 2018. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/CardosoAmore.pdf>. Acesso em: maio, 2021.
- CARDOSO, F. S.; LOPES J. M. de A. **Assistência e assessoria técnica: Entre o discurso e a prática**. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=588>. Acesso em: maio, 2021.
- CASTRO, C. N. de; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política Nacional de Ater**. In: Texto para Discussão 2343 – IPEA, Brasília, out. 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2343.pdf. Acesso em: julho, 2021.

- CERQUEIRA, M. C. T. de. **A assistência técnica nos habitats do MST e o papel do arquiteto e urbanista**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2009.
- CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). **Caderno de Cooperação Agrícola Nº 10 – O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento**. São Paulo: maio, 2001. Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-cooperacao-agricola-no-10-o-que-levar-em-conta-para-a-organizacao-do-assentamento-a-discussao-no-acampamento/>. Acesso em julho, 2021.
- BARROS, F. T. **Formação profissional dos trabalhadores da construção civil: o canteiro de obras e a emancipação social**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.
- BARROS, F. T. Por uma construção também agroecológica. In: MAZIN, A. D.; NOVAES, H.; PIRES, J. H.; LOPES, J. A. (orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia** - v. 2. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- ESTÂNCIA. **Lei Municipal Nº 2.145/2020, de 30 de dezembro de 2020**. Institui o Plano Diretor Participativo de Município de Estância/SE e dá outras providências. Disponível em: <https://www.estancia.se.gov.br/site/LeiMunicipal/33510>. Acesso em outubro, 2021.
- FAVARETO, Arilson; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas**. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras, v.21, 2013.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8d. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. [1969]
- FREIRE, P. A teoria da ação antidialógica. In: FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 77-115.
- GUTERRES, I. **Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB). **Manual para a implantação da assistência técnica pública e gratuita a famílias de baixa renda para projeto e construção de habitação de interesse social**. Brasília: IAB/CEF/FNA, 2010.
- KAPP, S. **Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, V.20, N.2, p.221-236, MAI-AGO, 2018.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001. [1968]

- LOPES, J. M. de A. **Nós, os arquitetos dos sem-teto**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo, V. 20, N. 02, p. 237-253, maio de 2018.
- LOPES, J. M. de A.; LENZI, C. C.; BORGES, A. H. **O habitat da 'não cidade' como um problema para a arquitetura e urbanismo**. Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo, v. 17, n. 17, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/11744>. Acesso em: abril de 2021.
- MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MICHELINE, E.; CUNHA, P.; ARRUDA, A. M. V. de; MEDEIROS, Yara (orgs.). **Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil**. CapBrasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007
- MORRISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- NOVAES, L. A. D.; JÚNIOR, L. G. B. **A (re) produção do espaço nos assentamentos do MST: as possibilidades inscritas no processo de divisão de glebas do acampamento Dois de Julho – MG**. In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2005. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Leandro%20Arb%20Dabreu%20Novaes.pdf>. Acesso em: outubro de 2021.
- OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das lutas no campo**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994. [1988]
- OLIVEIRA, A. U. **Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta**. In: Conflitos no Campo – Brasil 2015: CPT Nacional. Goiânia: 2016. p. 28-42. Disponível em: <http://bit.ly/24Oiv67>.
- OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, F. de. **O Estado e o urbano no Brasil**. São Paulo: Rev. Espaço & Debates, n. 6, jun./set. 1982.
- PEREIRA, C. S. BARONE, L. A. HIRAO, H. **Assentamentos sob perspectiva do planejamento da infraestrutura e das dinâmicas dos equipamentos públicos**. VII Simpósio Reforma Agrária, Questões Rurais. 2016. 17p. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao1c/assentamentos-perspectiva-planejamento-infraestrutura.pdf>. Acesso em: set. 2021.
- REGO, R. **Utopia e urbanismo funcionalista na transamazônica**. In: XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2016, São Carlos. Anais XIV SHCU.

Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/10.pdf>. Acesso em: julho, 2021.

ROSSET, P.; BARBOSA, L. P. **Metodologia “De Camponesa a Camponês à Camponesa a Camponês” e a territorialização da agroecologia**. MST, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/02/17/metodologia-de-camponesa-a-campones-a-camponesa-a-campones-e-a-territorializacao-da-agroecologia/> Acesso em: outubro, 2021.

SANTOS, C. N. F. dos. **Técnica e favela** [1978]. In: COSTA, M. de L. P. M. C.; SILVA, M. L. P. da S. (orgs.). *Sementes urbanas 1*. Niterói: Casa 9, 2017. p. 113-118.

SERTORI, R. J. V. **A inserção territorial cidadã e o habitat da reforma agrária**. Curso de Formação em ATHIS rural – encontro #5. São Paulo, 2020. 1 vídeo (1:37:45). Disponível em: https://youtu.be/DIrN_pHgZ-A. Acesso em: setembro de 2020.

SERTORI, R. J. V. **Terra, moradia e trabalho: articulações e disputas nos assentamentos rurais do oeste paulista**. Tese (Doutorado em Ciências). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2019.

SILVA, J. B. da. **Discutindo o rural e o urbano**. In: Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, v. 7, n. 8, p. 3-11, ago/dez 2011.

SOFALA. **Metodologia camponês-a-camponês: manual para técnicos**. Beira/Moçambique: PROMEC, 2007.

VALADARES, A. A. **O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais**. In: Texto para Discussão 1942–IPEA, Brasília, mar. 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2866/1/TD_1942.pdf. Acesso em: abril, 2021.

VEIGA, J. E. da. **Nem tudo é urbano**. São Paulo: Ciência e Cultura (SBPC), p. 26 - 29, 01 abr. 2004.

APÊNDICES

A | Semiestrutura das entrevistas

Público alvo: Camponeses e técnicos que participaram de experiências com base na metodologia camponês a camponês.

- a) *Sobre o assentamento Rosa de Luxemburgo* [somente camponeses – aos técnicos foi pedido para que, caso tivesse tido contato com o assentamento em questão, que ficasse à vontade para relatar sua experiência de trabalho]

Fale um pouco sobre a história do assentamento, como foi o processo de desapropriação e de criação:

- Desapropriação – disputas e conflitos entre famílias e a antiga proprietária; entraves do processo de vistoria/avaliação;
- Regularização – entraves e demandas por infraestrutura (água, estradas e energia), por crédito para produção e por habitação.

Fale sobre a situação atual do assentamento:

- Acesso a infraestruturas básicas – água, luz, saneamento, a créditos para construção/reforma de moradia, a construção de outros equipamentos, além dos créditos para produção.
- Abastecimento de água e energia - poços, caixas d'água, cisterna, etc. elétrica, placas solares, etc.
- Distância da sede do município

- b) *Sobre a atuação do arquiteto-urbanista no planejamento do assentamento de reforma agrária* [camponeses e técnicos]

- Perguntas objetivas abertas

Há quantos anos [C] vive em / [T] trabalha com assentamentos de reforma agrária?

[C] Já teve acesso à crédito para construção de sua casa ou foi beneficiário no Programa Nacional de Habitação Rural?

Já [C] recebeu / [T] atuou na assistência técnica profissional? [C] De / [T] Junto a quais profissionais? (Agrônomos, engenheiros agrícolas, engenheiros ambientais, técnicos da agroecologia, engenheiros civis, arquitetos e urbanistas)

Já sentiu falta ou necessidade de profissionais da área da construção civil (arquitetos ou engenheiros civis, especificamente)?

[C] Já trabalhou na área da construção civil?

Esteve envolvido em algum processo de construção/reforma de sua própria casa, de pessoas próximas, de espaços coletivos ou de alguma edificação de apoio à atividade agropecuária? E de infraestrutura básicas como sistemas de coleta e abastecimento de água ou de esgoto?

- Perguntas subjetivas abertas

- Sobre assistência técnica na construção e programas sociais.

Mesmo que não tenha tido contato com o profissional de arquitetura, do seu ponto de vista, qual o papel desse profissional?

Você considera que esse profissional seria útil em assentamentos de reforma agrária? Explique porque ou como.

Na sua opinião, existe alguma diferença entre as ações do Estado no suporte à produção agrícola e nas ações de provisão de habitação e infraestrutura para os assentamentos? Qual (is)?

Você fez parte do processo de planejamento [C] do seu / [T] de algum assentamento? Chegou a se envolver em tomadas de decisões na organização espacial? Como por exemplo, partilha dos lotes, localização das casas, localização dos espaços coletivos, projetos habitacionais ou de outros equipamentos, etc.

Você considera que, dentro das discussões de luta por terra e trabalho do movimento camponês, há o enfoque necessário na luta por direito à moradia digna, acesso à educação, saúde, transporte e infraestruturas de qualidade?

- Sobre metodologia camponês a camponês e a construção agroecológica.

Com base nos seus conhecimentos sobre agroecologia, o que seria uma construção agroecológica para você? Cite exemplos.

Com base nas suas experiências sobre a metodologia camponês a camponês, como o processo construtivo poderia se beneficiar da utilização dessa forma de intercâmbio de saberes na construção do espaço físico do assentamento?

B | Entrevistas

Entrevista 01 – Técnico ATES

Parte I

- Descrever a experiência vivida no Assentamento Rosa de Luxemburgo

O que a gente tentou foi trabalhar a horizontalidade do saber... Primeiro, a gente estava num programa público de assistência técnica e extensão rural. Era um serviço que deveria ser feito pelo INCRA, mas o INCRA não tinha os profissionais suficientes para atender a essa política pública. Então, o INCRA terceirizava, a gente estava vinculada a uma empresa terceirizada. Isso em 2007, já tem um tempinho. A gente trabalhou uns 10 meses ou um ano com essa empresa. E o trabalho era esse, de tentar fazer assistência técnica no assentamento, aproximar política pública do INCRA, fomento, acesso ao PRONAF, ajudar a filha do assentado que teve neném e vai tirar auxílio maternidade... então, eram diversos os papéis que o extensionista acabava desenvolvendo nesse trabalho. De 2007 a 2008, teve esse vínculo com essa empresa e a gente passa por um problema que é muito comum para quem trabalha com a extensão rural e com a política pública, que é a interrupção. Porque ele termina em 2008 e só volta a acontecer, se eu não estou enganado, em 2010, ele é retomado. Ou seja, tem o problema da descontinuidade. Nessa época eu trabalhava no sertão, em Poço Redondo. A gente tem técnicos que tinham disponibilidade e um pouco mais de compromisso que seguiram acompanhando os trabalhos nos assentamentos, mas outros não... foram trabalhar, enfim, seguiu. Porque antes tinha uma vinculação com o movimento mais forte nessa época, então seguimos lá morando no próprio município, atendendo no que era possível. Quando volta, a gente volta com uma outra empresa, fazendo este mesmo tipo de trabalho. E nesse meio, até para entender porque a coisa começa a mudar de figura, trazendo mais inspirações diferentes pra perto da gente, tinha um grupo lá em Brasília que pensava a ATES de uma forma mais transdisciplinar. Mais diversificada, mais inclusiva. Foram saindo, cada vez que ia se lançar um novo processo de ATES, se fazia um novo manual. Se for procurar vai ter alguns manuais que tem um arcabouço teórico muito interessante que diz o que a gente

entende por participação, a horizontalidade do saber, tem coisas que são muito interessantes. Mas ainda tinha um pouco esse mesmo perfil do início do trabalho lá em 2007.

Ai esse processo de ATES acaba em 2011, e aí a gente começou a gestar a retomada dela só em 2013. Só que enquanto a gente tava gestando a retomada da ATES, a gente ficou pensando o que fazer quando não tinha contrato. E foi quando a gente sentou com a turma que fazia um pouco da política desenvolvimento territorial que era vinculado a EMBRAPA. E pensou uma forma de sistematizar experiências agroecológicas, começando pelo Sul de Sergipe. Quando a gente junta muita gente boa para pensar alguma coisa legal, a coisa flui, né? É mais animador quando você não está sozinho. Juntou com o pesquisador da EMBRAPA que gostou da ideia e disse "ó, vamos fazer um processo interno aqui dentro da EMBRAPA". Então a gente passou os anos de 2011, 2012 e 2013 fazendo isso: pesquisando uma metodologia de sistematização de experiências. E, estudando porque sistematizar experiências a gente chegou na metodologia camponês a camponês. E a gente ficou encantado com aquilo, quando lemos aquilo, pensamos: "nossa como isso aqui é potente, isso aqui é fantástico, isso aqui é o que a ATES precisa. Se todo mundo que for fazer ATES fizer um pouco disso, a gente ganhou nosso lugar no céu". E aí, embebido disso, dessa convicção, fomos buscar incluir essa metodologia no processo de ATES em Sergipe. E aí a EMBRAPA financiava bem pouquinho, a gente fazia uma visita.... Porque o projeto que a gente fez, na nossa inocência, numa coisa bem amadora ainda, pensamos assim, a gente vai fazer o seguinte: "a gente vai passar um ano conhecendo as experiências, no segundo ano do projeto a gente vai sistematizar as experiências e no terceiro ano a gente vai intercambiar as experiências". Ai a professora que tava acompanhando a gente chegou e disse "esqueça isso, isso você desenhou para aprovar o projeto na EMBRAPA, mas isso tudo que vocês estão dizendo que vai acontecer, vai acontecer tudo ao mesmo tempo agora". Então, a gente vai pra um assentamento, claro, a gente tinha a experiência e o traquejo de ser extensionista há muito tempo e tal. Mas é naquele momento que você vai e faz a sistematização e o intercâmbio de tudo ao mesmo tempo. Começamos meio no atropelo, mas também experimentando um método. A gente foi percebendo algumas coisas que fazia sentido. Então essa coisa de ter uma equipe que chega antes do intercâmbio, para conhecer as experiências e registrar num boletim. Então a gente ia com uma equipe de 3 pessoas, uma pessoa que ia com aquele papel de ter um olhar para observar o que estávamos observando, uma que tava indo com uma câmera pra fotografar e outra que tava com gravadorzinho. Nosso diálogo era esse, a gente sentava depois e fazia um boletim registrando o que era valoroso naquela experiência. "Ah, visitamos o Téo que é do berço ideal, que ele fazia para disseminação de sua agrofloresta e tal", botava no papel e aí chamava todos pro intercâmbio. Quando a gente fazia isso com a EMBRAPA, a gente fazia isso uma vez por mês. Quando a gente entrou pra ATES a gente conseguia fazer isso quatro vezes mais, toda semana tinha um

intercambio, toda semana a gente conhecia uma experiência nova. Então as vezes você potencializava e muito com a ajuda da política pública. A gente foi setorizando o Sul de Sergipe para fazer grupos de intercambio, em determinados momentos a gente fazia um grande encontro com todas essas redes que a gente setorizou. Acho que conseguimos juntar umas 300 pessoas, foi uma coisa fantástica, assim, eu sou muito suspeito de falar porque pra mim foi o momento profissional mais feliz da minha vida. E isso aconteceu de 2013 a 2016, e aconteceu com muita disponibilidade da empresa de apostar e financiar, a gente fez muitas conexões no estado e fora do estado, participamos de congressos. Os nossos agricultores foram chamados para falar dessa experiência em Brasília. Foi uma coisa realmente muito linda, tinha sentido o trabalho. Mas veio o golpe né, a primeira coisa que o Temer fez quando ele assumiu foi cancelar a assistência técnica. Foi fatal pra gente. Depois que a gente não tem mais a disponibilidade da assistência técnica, de financiar os intercâmbios, os boletins, as viagens, a gente foi minguando. Até tentamos né, mas a energia não tinha como ser total, porque ela vinha mesmo da força da política pública.

Parte II

- Atuou junto à quais técnicos na assistência técnica?

A gente procurava de todo o tipo [de técnico], porque a gente trabalhava na sistematização de experiências, mas a gente também queria atender né. Resolver problemas reais dos camponeses, que as vezes foge da tua área de conhecimento. Então, a gente trabalhava com engenheiro florestal, gestor de cooperativa, com administrador... a gente ia convidando, né? Por exemplo, quando encontramos o problema de uma fossa estourada, de uma agricultora que tinha uma fossa horrível e a gente sabia que tinha propostas de saneamento rural. A gente ouvia falar, mas quem que faz isso? Aí chama a turma da bioconstrução, chama a turma da engenharia ambiental que mexe com isso, mobiliza, faz um intercâmbio para construir uma fossa bananeira na propriedade da agricultora tal. Nessa hora aparece a dúvida, como que faz, será que vou poder comer a banana? Enfim, problemas que vão debatendo, né? Ou então problemas muito sensíveis, tipo eu não consigo vender minha produção, como eu faço a comercialização, então chega e chama pessoas envolvidas num processo de rede para circuito de comercialização. Aí chama a turma do cantinho da roça, numa iniciativa de vender a produção dos camponeses. Então a dinâmica era a tônica do momento, do que tava sendo debatido naquela rede especificamente. Era do momento, íamos procurando quem tinha o saber necessário para aquela questão específica, quando a gente não dava conta de executar. Nossa equipe era composta na época por um turismólogo, dois engenheiros florestais, eu, que sou agrônomo, e uma antropóloga. Então era bem interessante, porque eram visões diferentes que se complementavam, foi bem satisfatório ter essa diversidade. Porque até quando você registra, escreve, falta alguma coisa naquele olhar que é

particularmente teu. Foi por aí, bebendo dessas diversas áreas de saber que fomos formatando uma coisa bem bacana.

- Esteve envolvido em algum projeto de construção?

Essa foi a única experiência de construção propriamente dita em relação a essa atuação da metodologia camponês a camponês, que gerou boletim que tem coisa escrita e tal, foi a fossa biodigestora. Mas claro que teve alguns debates para pensar estrutura de agroindústria, mas que não chegou a acontecer. De você poder usar a cozinha da sua casa como uma agroindústria. Desde que respeite as práticas e tal, somente nesse sentido.

- Sentiu falta de técnicos da construção civil (engenheiro ou arquiteto)?

No coletivo da ATEs a gente até tinha engenheiro civil trabalhando. Acho que nem sei exatamente que tipo de trabalho ele fazia. Porque era engenheiro civil, mas fazia processos mais burocráticos. Ajudava algumas coisas que eram necessárias para por exemplo, é... execução de um serviço de estrada do próprio INCRA, que ele acabava fazendo. Fazia projetos específicos, não era muito próximo às pessoas. A gente nunca teve interesse, nem possibilitou que esse engenheiro, que estava na ATEs, trabalhasse nos intercâmbios. O que teve foi apenas os saberes empírico dos próprios agricultores que diziam "não aqui a gente num vamo fazer de bloco não porque aqui o solo é argiloso, se você botar uma tela de arame ta resolvido e vai segurar". Então era isso. Porque cada camponês também um pouco de construtor.

- Fale sobre diferenças entre acesso à crédito de fomento à produção e benefícios de moradia e infraestruturas básicas.

Na verdade, o acesso à crédito, ele às vezes acontece meio que como uma obrigação do processo. Uma ordem lógica. Se você é assentado, se instalou o assentamento, o INCRA fez o estudo econômico da sua área e aplicou os apoios iniciais, como eles chamam, para que você tenha condições de ficar no assentamento. Então de direito básico, de comprar um colchão, e tal, fomento inicial. Depois disso o INCRA diz que agora você está apto a se apresentar ao banco e pedir uma proposta maior. Então isso já está estabelecido no entendimento do banco. O banco dificilmente nega, só se for um projeto muito malfeito. Geralmente gera protesto, ocupam bancos. Geralmente os apoios iniciais são bem garantidos. Mas o passo seguinte, depois que você acessou a esses créditos, e que você paga ou que você não consegue pagar, aí não é mais tão fácil assim você seguir com o apoio. A não ser que você esteja vinculado a uma atividade econômica muito bem desenhada e certa, pro entendimento do banco, claro. O exemplo é a cadeia produtiva do milho, todo

mundo acha que o banco libera fácil, fácil, para a produção do milho. Mas muita gente planta e não vai colher nada. Existe uma diferença entre o investimento e o custeio, entre uma roça que você faz e dura por muito tempo ou uma que você precisa fazer de novo inteira no próximo ano. Então, pra quem é um pequeno agricultor que vai começar ele pode ter uma dificuldade. Essa dinâmica ela tá disponível só pra quem tá muito focado na monocultura, numa coisa muito encaixotada para dar certo e que, as vezes, dá errado. E imagine então pra uma outra perspectiva, pra alguém que quer algo diversificado. Que queria fazer um sistema agroflorestal, que queria ter pequenas criações de animais, nada muito grande. Ai isso não tá compatível, nem competitivo, nem certeza que vai dar lucro, então o banco não apoia. Ou nem recebe, essa é a verdade. Existe essa dificuldade hoje de pensar que o credito bancário ele é um fato limitante muita das vezes.

Meu vínculo com o PNHHR, nunca me envolvi muito, mas me demandaram e eu ia. Me lembro que fizeram processos de mobilização social na comunidade. Ai me chamaram algumas oportunidades pra falar sobre o que era agroecologia pra esses coletivos que estavam em vias de receber a casa. Foram experiências bacanas, porém muito pequenas. E em relação ao fomento de material de construção, eu lembro que tinha um fomento específico para o semiárido, para a construir cisternas. Isso existia durante um tempo, não sei dizer se ainda existe.

- O que seria uma construção agroecológica para você?

Eu fico imaginando que uma casinha que tenha uma vinculação agroecologia ela tem uma identidade local. Não ser algo muito diferente do que tenha disponível na localidade, acho que eu sou um cara que não aterroriza a tal da casa de taipa. Ah, que fulano mora numa casa de taipa, eu acho que ela é fantástica. É uma tecnologia nossa, que a gente inclusive sabe fazer muito bem e tá se perdendo. E pensar em como talvez otimizar essa tecnologia, para incorporar esse saber. Sem ser um indicativo de pobreza e miséria. Você deve saber que tem arquiteto por aí que coloca uma taipa nos projetos e tá bombando aí... Eu acho que entender a dinâmica do local, do disponível no território e do saber. De conhecer a expertise do que está ali em volta de você. Tipo, minha propriedade rural fica em São Cristóvão e é próximo da barragem. E lá tinha uma cultura muito grande fazer esteira de taboa, cestas, enfim, e por conta disso diminuiu a disponibilidade desse material que é de extração natural. Então tem menos, mas ainda existe. São coisas assim que a gente tem que observar, é o princípio do que tem disponível e usar isso como potencial. Acho que uma casa agroecológica ela tem que conhecer de fato o que tem disponível ao redor. Atender as especificidades e fugir do padrão que é proposto, eu penso um pouco assim.

Eu desconheço hoje como está a confusão da casa verde e amarela. É uma luta né, tem que manter o ânimo lá em cima. Tudo que é pioneiro, tudo que é inovação, principalmente quando pensado pra favorecer os

debaixo, vai ter dificuldade. Então é seguir e parabenizar, só não sou muito da construção. Obrigada pelo convite e jogue duro.

ENTREVISTA 02 - Técnico do INCRA

Parte I

- Descrever a experiência vivida no Assentamento Rosa de Luxemburgo

Rosa Luxemburgo é Estância, né? Que fica na beira do rio. Ali era um assentamento que é da minha época mesmo, eu fui lá na emissão de posse. Os caras não queriam deixar a gente entrar. Acho que esse que era o gerente daquela fábrica de suco de Estância. A gente teve alguns problemas lá. A reação dos proprietários, não são todos que reagem, mas esse aí foi um. Pra gente entrar teve uma certa dificuldade. Mas eu lembro disso, que tinha uma proposta coletiva de agrovila, e tinha uma proposta de fazer, porque era uma área que tinha degradação em função da extração de areia. E muita gente tava envolvida. Na época tinha o Ministério Público. O povo que destrói o meio ambiente e quer botar na conta dos trabalhadores. Todo mundo vem e degrada pra depois dizer que foram os acampados. E eu não lembro muitos detalhes direito.

Parte II

- Durante quantos anos trabalhou com assentamentos de reforma agrária?

Tem quanto desde 1978? 40, quase 50 anos, né? Eu sempre trabalhei, só trabalhei com isso. Esse foi o meu trabalho, sai da universidade, estudei na UNB. E meu primeiro e único emprego foi no INCRA. Fui pra Rondônia e lá tinha dois projetos, o de colonização que é como assentamento em terras públicas, e o projeto fundiário que regularizava as grandes propriedades. E eu sempre trabalhei desde o início, desde agosto de 1978 que minha atividade é trabalhar com o pequeno sem-terra.

- Atuou junto à quais técnicos na assistência técnica?

Ah, de tudo. Tudo que você imaginar. De medico, antropólogo... tive com arquiteta também. Na época que eu tava discutindo moradia da Resina, eu fui discutir com ela. Querendo discutir exatamente pra ver com ela. Porque a gente tava discutindo moradia pro povo da Resina, comunidade quilombola de Brejão dos

Negros [Brejo Grande, SE]. E o povo vem e me chocou quando eu vi lá, em Serra da Guia... faz aquele loteamento, aquele monte de coisa, aquilo me choca. O povo que tem uma cultura, tem tudo e é esquecido... aí faz o loteamento. Aí fui conversar com ela, uma arquiteta, pra ela ver, porque eu vi como era a organização lá no povoado da Resina, um lugar lindíssimo na beira do São Francisco, na foz, já chegando no mar, em Brejo Grande. E tinha uma disposição das casas, era casas simples, de taipa, mas muito agradável, bonita. Usa isso aqui, usa o conhecimento de vocês pra fazer desse jeito aqui. Uma coisa que não permita o barbeiro, porque não sei o que. E as vezes eu ficava até me questionando, será que eu tenho o direito a isso, eu que moro na cidade tenho uma casa de alvenaria com num sei o que, com laje. Eu querer propor essas coisas aqui pro povo, né? Mas eu acredito que eles gostam daquilo, num gosta desse tipo nosso aqui da cidade. Agora, a gente é que chega lá impondo. Aquela casinha quadrada. Quando eu cheguei na serra da guia eu fiquei meio chocado de ver uma casinha daquela e as pessoa tudo na beira, porque não tinha um lugar na sombra, num tinha nem uma varanda, não tinha uma árvore.

Eu também convivi com antropólogo, com agrônomo, com advogado, veterinário. Acho que porque a minha forma de ver a reforma agrária é transversal. Não é uma coisa de agrônomo, de técnico agrícola, de biólogo. Inclusive a questão da arquitetura eu sempre prezei muito e achei que a grande contribuição do arquiteto e engenheiro civil era descobrir materiais na própria região, pra gente não ter que está trazendo de fora. A minha visão é transversal que envolve todo mundo, então eu tive contato com todos, de dentista a medico, e tudo, pescadores.

- Sentiu falta de técnicos da construção civil (engenheiro ou arquiteto)?

Normalmente, o que existe é o pessoal que vem pra implementar o pacote. A gente teve aí no período de 2003, principalmente no Governo Lula, quando teve uma abertura pra isso e essa visão, como você pode ver no Segundo Plano Regional de Reforma Agrária, que eu coordenei, eu era o superintendente do INCRA. E que a gente destaca muito essa questão de que não é o assentamento localizado, a gente vê o assentamento dentro do contexto de uma comunidade e tentamos respeitar e inserir. O sem-terra, o ribeiro, o quilombola, o posseiro. Não pensar eles isolados e ver as políticas também. E muito dentro da preservação da cultura. Mas o que normalmente acontece, é difícil né, a gente passou por um período em que os técnicos foram muito preparados, bitolados, para implementar, no caso da minha profissão, do engenheiro agrônomo, é da revolução verde. Usar tecnologia, os insumos químicos, o trator e esquecendo a tradição da tração animal, da adubação, das sementes crioulas, da agroecologia. Então tem muito isso. Mas eu convivi com pessoas que pensavam assim, que tentavam e a gente procurava ver inclusive nessa questão da moradia, de

você chegar e fazer. O povo tá lá, tem uma cultura viva e gosta, e aí chega o estado e faz uma intervenção, "não agora vocês vão morar assim", achando que o cara quer o que a gente gosta. Desrespeitando, né? As vezes querem, mas inconscientemente porque acha que o povo é da cidade e que lá tem um povo sabido, então isso deve ser bom. Aí depois que faz a casa fica já pra morrer de calor. Enquanto antes ele vivia numa casa arejada e tudo mais.

O que a gente vê é depois de 2013 é uma tentativa de mudança da estratégia que o INCRA tinha de ter uma terra chegar e botar o cara ali. Então tinha uma proposta. Mas não é fácil e é complicado, porque tem a questão do pacote. E aí a gente entra e as pessoas criticam muito a atuação dos movimentos sociais. O movimento vem e o cara tá lá, perdeu o emprego, tá passando fome, tá abandonado, vai lá e faz o trabalho com ele, a organização. Organiza luta e conquista uma terra. Passa um tempo. Quando conquista a terra chega o Estado, aí entra o INCRA. E o INCRA entra com os seus técnicos, chegando e dizendo. A primeira coisa, a maioria dos técnicos é contra a reforma agrária, por incrível que pareça. É o cara que vive e ganha pra fazer isso e a gente tá vendo isso agora atualmente ainda. Funcionário de carreira, quer estabilidade, quer fazer do jeito dele e acabou. Não quer implementar política pública. A gente vê. Então tem uma ruptura. Num momento o movimento social organiza, trabalho coletivo, solidariedade, pra tudo isso, questões ambientais, a agroecologia. Aí na hora que o INCRA entra, chega e pergunta logo, e diz se você... você escolhe, se ficar com o movimento é isso, se ficar com o INCRA você vai receber crédito, pra casa, pra comprar isso, nem sei o que, apoio num sei o que. A família doída, passando necessidade, aí o INCRA vem com um pacote. E no pacote da casa já vem a planta, o cara que vai vender o material, o cimento, a pedra e tudo mais, ninguém procurou alternativa pra discutir.

As famílias, quando chega o pacote, as vezes não tem mais poder de reação. O movimento passa a ser criminalizado, escanteado e faz a divisão, racha. Então o pacote é aceito do jeito que vem. Aí ele termina se submetendo aquilo, sem possibilidade de estar discutindo uma alternativa. Nós do INCRA tivemos, aí vem outras questões, não só do INCRA não, os técnicos em si, tem uma geração que foi formado pra agir dessa forma, vertical, chegar e é apenas "você quer ou não quer?", e o cara termina aceitando uma coisa que as vezes pra ele, ele faz aquilo... "a casa" e ele vai usar como depósito, porque a casa dele na verdade ele faz de outro jeito, depois quando ele tiver condições. A intenção da política é boa, mas falta preparo. E tem essas interferências. Nesse momento começa a chegar um cara que lutou e que denunciou, que ligou pra polícia e que deu porrada no pessoal que tava lutando pela terra, e esse é o cara que vai vender o material de construção. E já entra subornando, oferecendo dinheiro pra deus e o mundo pra poder vender o material.

Aí imagina num contexto desse, um cara que sai debaixo de um barraco de lona, que não tem uma panela pra fazer uma comida e com os filhos passando necessidades. Sem informação, sem nada, enfrentar uma situação dessa. Por isso que as tentativas de assentamentos coletivos a exemplo aqui do Quissamã e de Japaratuba, que eu atuei diretamente pra gente implantar coletivamente, os técnicos vão lá e detonam.

Lá em Simão Dias, eu não me lembro o nome do acampamento, num lugar de um barranco. E você precisava ver como era a organização, com as plaquinhas, rua tal, com plantas, arborização. Isso num momento de acampamento. Já tinha essa preocupação, já prevendo o que poderia ser feito lá na frente. E as vezes é uma frustração no momento da ruptura.

- Esteve envolvido no processo de planejamento?

Fiz, e com propostas coletivas como o assentamento Moacir Wanderley e de Japaratuba. Até quase apanhei por causa disso, porque eu não me conformava em ver. Um caso do sertão, uma grande propriedade, vários pastos, cercas, curral. A gente desapropria aquela área. O que eu tentava discutir com os técnicos, mesmo sendo muito malsucedido, porque a maioria pensa diferente, era o que. É você pegar a estrutura que tem, porque não justifica. O cara tem lá mil hectares de pasto, eu dividir aquilo ali em 50 propriedade de 20 hectares e cada um ter que fazer uma cerca. Eu não me conformo com isso. Porque que não usa a estrutura que já existe e fica a terra cada um tem o direito de colocar tantos animais? Mas não, preciso estar cercando o meu pedaço. Porque aí o dinheiro e recurso que vem é investido tudo em cerca, em arame, num sei o que e pra atividade produtiva. E são os pacotes que inclusive a assistência técnica tradicional e os bancos impõe, é desse jeito. Eu sempre discordei. O curral. O curral tem que ser um curral que tá pronto, que já tá lá, que o fazendeiro usava. Aquilo se perde porque você faz a divisão de tudo. Não tem lógica. A cultura do banco é botar arame, cerca, veneno, adubo químico, isso daí. É a mesma coisa, tanto que o pessoal tenta fazer um projeto agroecológico e não consegue financiar. Outro exemplo, um assentamento que acompanhei desde o início, muita luta e um povo bom pra caramba. Lá é uma várzea, o rio chega e inunda, uma região que mais produzia arroz, ali em Propriá. O INCRA desapropriou, aí eu ia discutir lá. A terra tá aqui, a lagoa tá aqui, todo mundo tem direito de plantar. Então tem 100 hectares de lagoa, tem 50 pessoas, cada um tem direito de plantar 2 hectares na lagoa. Mas ninguém precisa cercar os 2 hectares, porque inviabiliza o trabalho da outra pessoa, como você vai cercar? Então tem o direito, mas você não quer trabalhar seus 2 hectares, você vai permitir que outro trabalhe pra terra n ficar parada. Porque tem 2 aqui que trabalha, 2 aqui não, 2 ali também não. Mas ai foram lá e botaram as cerquinhas, inviabilizaram. A luta que eu faço é muita defesa do movimento social, porque o povo detona, “ah porque o cara é bom pra lutar pela terra e

depois num sei o que”, é porque não sabe o que acontece nessa ruptura da intervenção do estado trabalhando no sentido contrário. Que não quer que o assentamento... O produto tá chegando agora né, é titulando a terra pro cara vender e voltar pro fazendeiro.

Tem, muitos assentamentos aí que o povo trabalhava coletivamente, tinha produção coletiva, tinha horta, tinha gado, tinha um monte de coisa. E a coisa da edificação aconteceu até no Quissamã, vinha até uns estudantes de país estrangeiro ia lá e fazia, eles mesmo fizeram. Recuperaram. Era uma área da EMBRAPA. Só pra dar um exemplo, mas tem outros. É que o povo tenta desmanchar né, sem dar continuidade. Porque uma área dessa aí, é de um fazendeiro, você dá continuidade com a estrutura que tem para o coletivo, certo? Usando o potencial que tem. Tem um galpão? Você recupera o galpão pra todo mundo, num é um pedaço do galpão vai pra um e um pedaço vai pra outro. Mas é o que pregam. Eu nunca vi aqui, é muito contra o coletivo, faltei apanhar aqui várias vezes. Olhe, a Borda da Mata. A Borda da Mata foi quando eu cheguei aqui. Lá tinha 3 grupos políticos organizados, um ligado ao sindicato, outro ligado à igreja e outro que era a associação dos moradores. Eu cheguei lá. O cara que pra mim hoje é o exemplo do camponês tipo, era o cara que mais reagia na época. Ele não queria participar de nada, mas hoje é o cara que eu acho o bem mais sucedido da Borda da Mata. E ele é muito trabalhador e tem a visão camponesa. Ele não sai de casa pra comprar nada, ele não vai pra feira. A feira dele é sal, açúcar, porque comida ele tira tudo de lá. Ele tem o arroz, tem o feijão, tem o inhame, tem a batata, tem o milho, tem cuscuz, a galinha, ele mata o boi, o porco, a ovelha, o peru. O povo vai lá na casa dele comprar. Mas era o cara mais arisco. Porque era o jeitão dele, mas foi o que mais incorporou a concepção camponesa. Ele vive da terra. O que vem de fora é muito pouco. Inclusive ele foi uma vez lá no INCRA e eu tava em reunião, ele queria falar comigo. Esperou não sei quanto tempo, quando acabou ele veio entrou e disse que não ia embora sem me dar um abraço, aí me deu um abraço e foi embora. Porque eu trouxe ele pra Aracaju, porque ele usava uma bota de borracha e pisou num pau e enfiou a borracha no pé, ficou lá dentro e tava apodrecendo. Ai eu botei ele no jipe do INCRA e trouxe ele pro João Alves. E o médico disse que se demorasse ele poderia ter perdido a perna.

O programa de reforma agrária do governo lula ele tem muito isso, de você contemplar a todas as políticas públicas. Não é só terra, não é só crédito, não é só assistência. Tem a saúde, a cultura, o lazer, o jovem e a mulher. Agora normalmente não tem porque as áreas que são desapropriadas são áreas mais distantes e isoladas. A gente tinha muita dificuldade de conseguir área até porque são muito valorizadas, e por ser muito valorizadas, elas têm um nível de exploração que o INCRA não consegue desapropriar. Então você

vai pra lá e tem dificuldade. Ai a outra que tem a comunidade [do entorno], influenciada as vezes pelo proprietário da terra, que começa a queimar, pra distanciar do povo que tem lá perto. "Ó, esse ai é ladrão de terra!". E dificulta o acesso. O que a gente tinha que ter era a garantia de todas as políticas no assentamento. Não dentro do assentamento necessariamente, mas no entorno onde o assentamento tiver inserido. O lazer, a cultura, a saúde, a educação, tudo. Mas não é isso que acontece. É muito complicado, tem que ter muita determinação e a vontade política pra executar tem que ser braba. E tem muita reação contraria. A gente tá vendo o que tá acontecendo hoje, muita reação contraria. Então não é fácil não. Ai termina sendo coisas pontuais, mais um programa de distribuição de terra. Os caras inviabilizam a infraestrutura, inviabiliza a assistência técnica. Como que você vai sobreviver no assentamento sem ter assistência técnica, sem credito e sem moradia e sem saúde? Hoje até tem os motoboys, mas antigamente, se adoecia alguém, era pra tirar no lombo do jumento, andar num sei quanto tempo. Finda na distribuição de terra. Que é a conclusão que muita gente chega quando analisa a proposta e analisa o resultado, e não procura ver o porquê que não deu certo. O porque que é daquele jeito. Porque se analisa a proposta do 2 plano, isso que você tá falando tá muito bem especificado. A gente tinha meta contemplando todas as políticas públicas, a transversalidade dessas políticas, englobando todo mundo. Em vez de você pegar um assentamento aqui, você pegar uma área, fazer a questão da área de reforma. Você reforma a área. É mais sistêmica. Mas termina sendo os assentamentos pontuais, uma política mais de distribuição de terra. Que já é muita coisa, não é pouco. Mas tentam minimizar, dizendo que a reforma agraria não é boa por causa disso. Que eu discordo.

ENTREVISTA 03 – Camponesa

Parte I

- Descrever a experiência vivida no Assentamento Rosa de Luxemburgo

Do começo, do começo dos barracos, eu não tava não. Quem tava era meu ex-marido. E ele sabia de tudo, mas ele contou que foi uma luta muito grande. Que ele participou desde os barracos do Paulo Freire, que foi guerra mesmo, ne? Pra o acampamento. Já esse daqui ele disse que foi mais lento, não teve tanta discussão pra poder pegar o coisa da terra, o título da terra. Mas o do Paulo Freire foi difícil. E dos mais novos esse daqui já tem água, tem luz, que não foi tão difícil. E tem até o calçamento. Mas quando eu cheguei aqui não tinha água, nem luz e ainda tava terminando essa casa aqui e nós ainda tava no barraquinho ali, na

casinha do lado, nas de taipa. mas foi muito sofrido. Pra tudo tem que ter, como diz? O coletivo, se não tiver coletivo e união nada vai a frente. Tem que ter o grupo, a união.

Parte I

- Você fez parte do processo de planejamento do seu assentamento?

Eu acompanhei tudo. Teve como é que chama? Pra fazer orçamento. Pra licenciamento, pra ver qual a empresa, que ia construir a casa, tinha umas oito. Aí tinha muitas reuniões. Num assentamento pra tudo tem que ter reunião, desde construção de barraco a plantar um pé de planta. Um pé de tudo no lote tem que ter reunião, pra estrutura toda da casa, do começo da casa até o final. Uma cerca, qualquer coisa.

A casa foi do PNHR, pela caixa. Saúde e educação vem tudo pela prefeitura. Nós sai daqui pra ir pra sede do Paulo Freire, porque nossa sede aqui ainda não tem estrutura pra atender um médico. Aí sempre a primeira que teve foi Paulo Freire. Começamos lá e ainda estamos lá. Agora que tem energia aqui vamos ver se conseguimos fazer uma sala pro médico, o quarto pra enfermeira dar vacina. Vamos ver se um dia a gente chega lá pra conseguir essa sede aí.

- Teve contato com quais técnicos na assistência técnica?

Tive com Lícia, Claudiane. Era da ATEs. Teve técnicos da EMBRAPA, seu Edmar, Marília. O técnico do INCRA, eles ainda vem visitar, vira e mexe tão aqui. E tudo que for precisar, pra fazer um chiqueiro, alguma coisa, qualquer projeto que tem que fazer a gente tem que ter o técnico. Agora mesmo diz que tá pra sair as reformas da casa, mas tem que ter o técnicos pra poder assinar. O engenheiro diz que vai ser do INCRA. Porque aqui pela redondeza não temos aí tem que ser pelo INCRA. Tem que prestar nota de tudo. Pro engenheiro, pro técnico, pra tudo. Muitos projetos de agroecologia. Camponês a camponês, o PAIS. Eu tenho certificado orgânico. Muito bom.

- Sentiu falta de técnicos da construção civil (engenheiro ou arquiteto)?

Teve alguns. Vão ter mais na reforma de agora, né? Mas pessoalmente não vieram ainda. Quando a casa foi construída quem veio foi os técnicos da ATEs, o do INCRA veio depois só pra entregar a chave. E antes disso só pra ver se tava apoiado ou não, a planta se tava tudo em dia. Veio pra dar, como diz o ditado, a aprovação. Todo mundo recebeu o mesmo projeto lá na reunião que teve na sede.

A organização assim foi uma discussão que fez na sede também, o movimento com os técnicos do INCRA. Resolveu fazer assim, tipo uma pracinha, um conjunto. Pra mais tarde que os moradores mesmo queria o campo, que já tinha uma brincadeira que já brincava quando ainda era assentado nos barraco de lona. Aí preferiu fazer pra ficar em volta assim. Aí na praça tem o campinho. E tem muitos outros projetos, né? Mas por enquanto tem o campinho e a sede, que é onde faz as reuniões do assentamento. Só a sala mermo uma mesa e umas cadeira pra reunião.

Mas casa tão muito lascada, assim dos lados. O banheiro mesmo a água que cai suga toda por baixo. A casa já tem uns 14 anos, eu acho. Tem casa aqui que tá dividida no meio, que você vê do outro lado as rachaduras. Os materiais... sinto muito, teve técnico, teve engenheiro, teve tudo, mas foi tudo de quinta. Não foi, como diz a empresa pega e bota coisa de segunda, mas no do projeto mesmo nunca vem um igual. Ó, os rebocos, a parede toda descascada. Lá do outro lado eu fiz um cobertor de retalho, porque eu costuro.

A maioria das casas daqui não é a fossa da mesma, já é outra fossa que a pessoa mesmo cavou e teve que reformar. A que chegou junto com a casa, mas já fizeram outra porque não teve estrutura de jeito nenhum, barrancou. A manilha foi tão ruim que cedeu, perdeu. Aí tiramos do nosso bolso mesmo, meu suor, do plantio pra fazer.

C | Cartilha

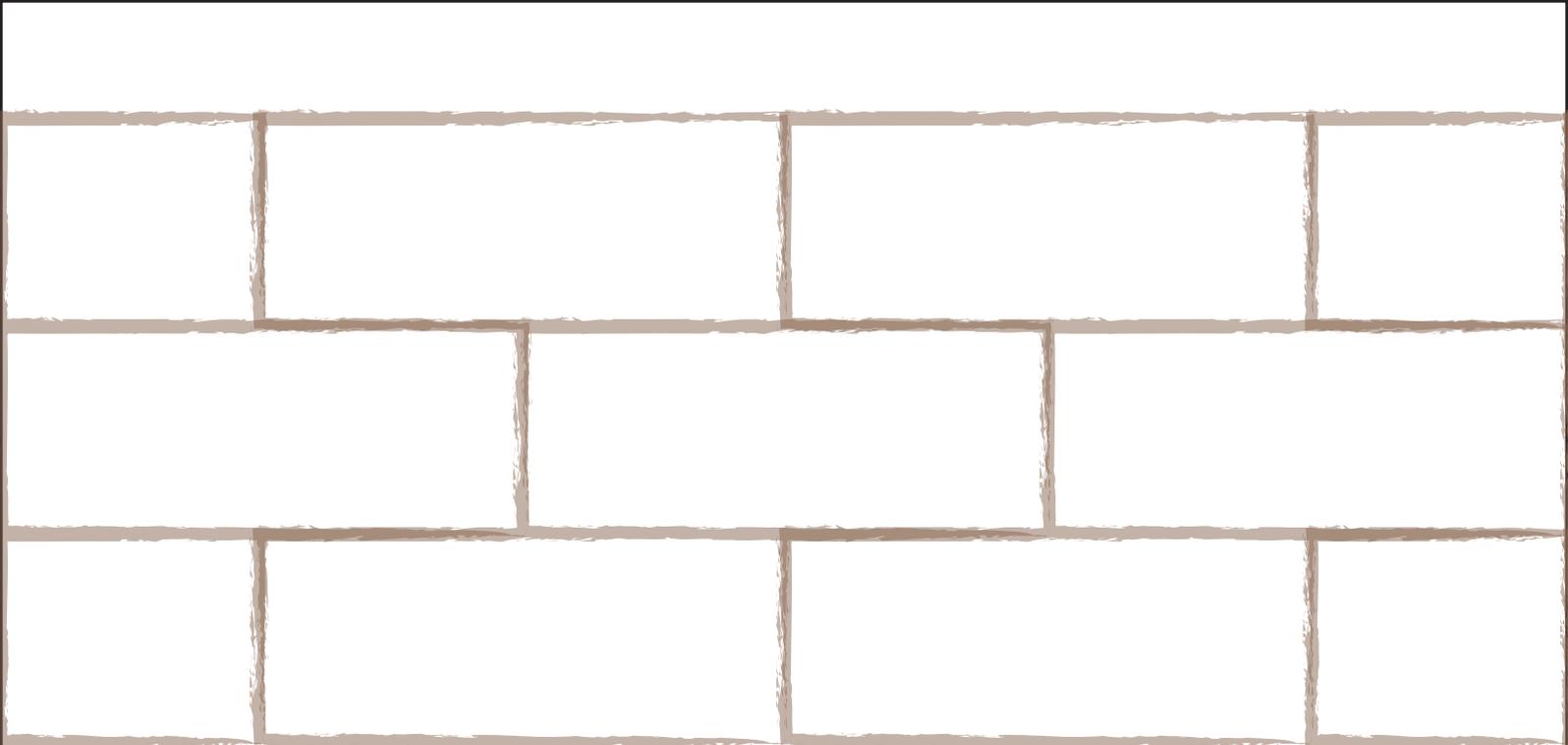
TIJOLO

POR

TIJOLO

Metodologia Camponês a Camponês
no planejamento e na produção do
habitat da Reforma Agrária





FICHA TÉCNICA

Texto, ilustração e diagramação

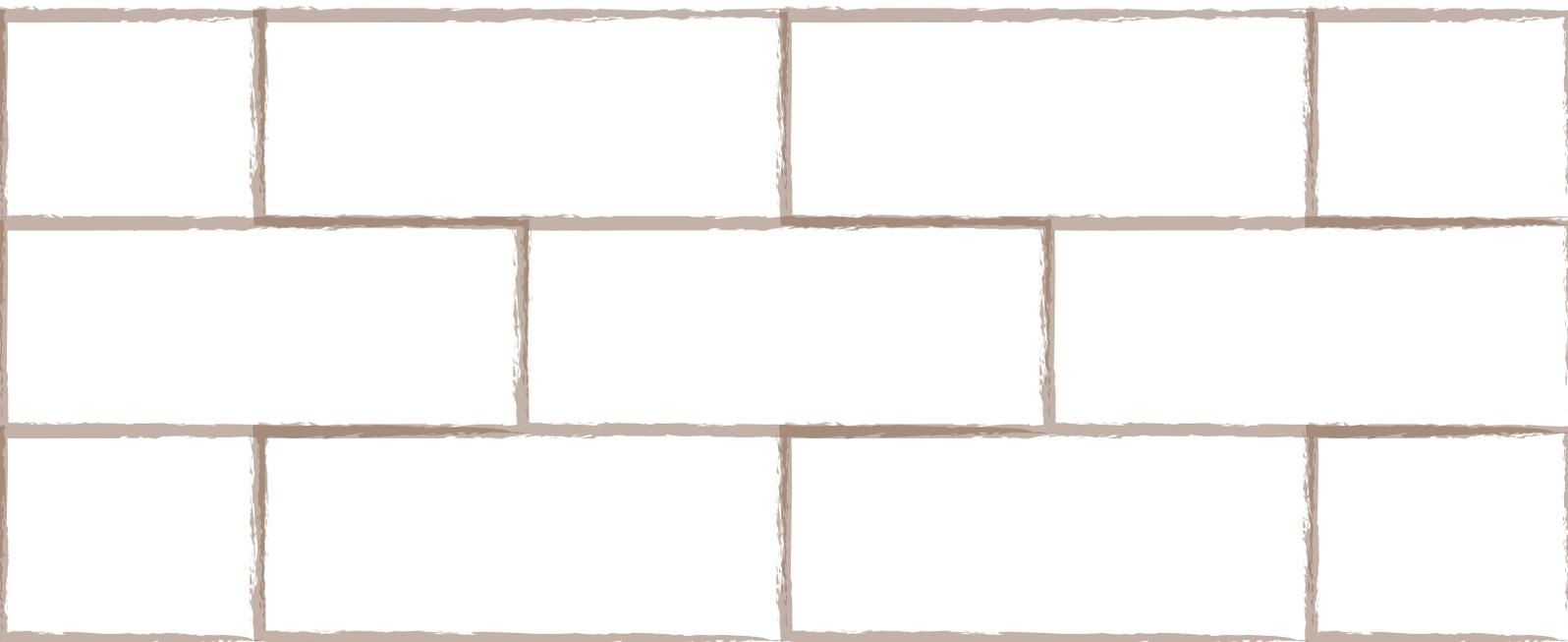
Emilly Arielle

Orientação e revisão

Prof. Dra. Ana Maria de Souza Martins Farias

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal de Sergipe



TIJOLO POR TIJOLO

Metodologia Camponês a Camponês
no planejamento e na produção do
habitat da Reforma Agrária



SUMÁRIO

introdução

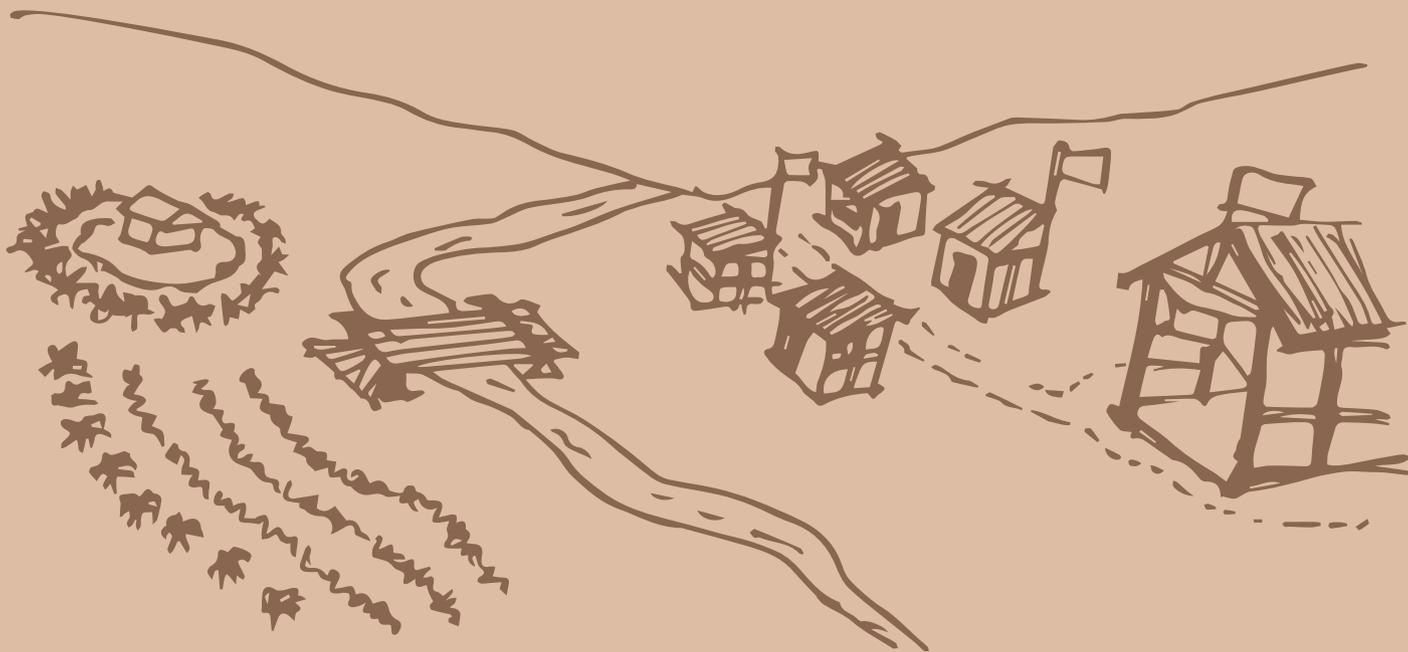
a discussão no acampamento 07

a construção agroecológica 09

a metodologia Camponês a Camponês 11

01		começar devagar e pequeno	13
02		limitar a introdução da tecnologia	13
03		alcançar resultado rápido e visível	15
04		experimentar em pequena escala	17
05		desenvolver efeito multiplicador	19
		reflexões finais	09
		referências	11

a discussão no acampamento



Antes mesmo de existir, um assentamento já é um projeto dentro da mente de cada um dos acampados que sonham com a segurança de possuir terra, trabalho e moradia. Além do sonho de cada família, é durante esse período que surgem as primeiras discussões sobre o planejamento desse espaço, permeado pelos princípios da convivência e da participação coletiva.

Neste território são criadas relações sociais onde tudo passa a ser discutido por todos que dividem o mesmo espaço. Os espaços de discussão servem como formação política e fortalecimento da identidade do futuro assentamento.

Em relação a organização espacial são discutidas diversas questões, divididas pelos dirigentes e militantes em dois grupos: o núcleo básico e os elementos complementares.

O núcleo básico da proposta trata dos sete elementos considerados centrais e mais importantes nas discussões. Nesses tópicos são discutidos o agrupamento de famílias para o sorteio dos lotes, bem como para sua organização nos núcleos de base; sobre a moradia, a repartição das glebas e a o processo de titulação; e também, aspectos relacionados a produção e cooperação, além da formação como método e da importância do controle político sobre o projeto do futuro assentamento, para que ele reflita as discussões tidas nesse momento.

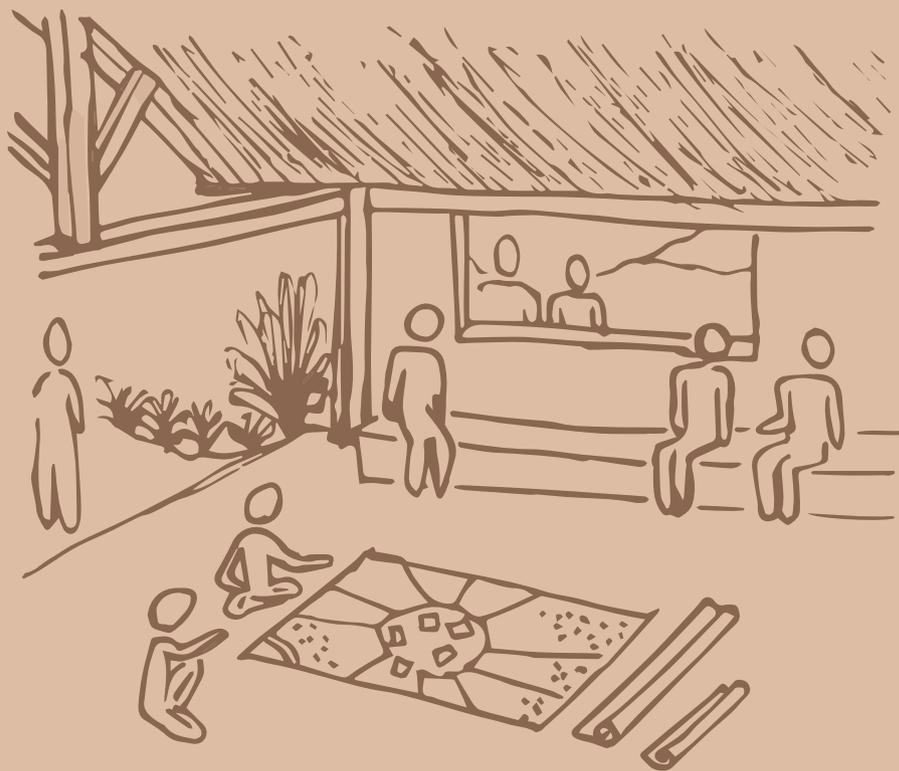
Já os elementos complementares incorporam algumas questões mais específicas. Representando, de forma geral, um pontapé inicial para incorporar as diversas faces do processo de planejar um habitat.



a construção agroecológica

Nos assentamentos de reforma agrária, é indispensável discutir sobre a soberania alimentar e a autonomia camponesa. Por isso, é comum que estes territórios incluam em seus princípios os pensamentos da agroecologia – não apenas em seus espaços de produção, como também nos de formação.

Agroecologia é um conjunto de conhecimentos sistematizados que envolve de forma igualitária o conhecimento técnico e o popular. E estes conhecimentos estão diretamente ligados às condições da vida camponesa e sua permanência na terra, a partir da consciência da não exploração: de crianças e idosos; do capital ao trabalho; dos recursos naturais; do homem à mulher; entre etnicidades.



Sabendo disso, pense: então, o que seria uma construção agroecológica?

Construir agroecologicamente quer dizer que os princípios e métodos da agroecologia devem ser respeitados para erguer os espaços necessários para atender as necessidades humanas, para abrigar pessoas, animais e tudo o que for preciso. Significa dizer que as moradias, espaços de vivências, escolas, galpões, silos, estábulos, estufas, cooperativas e mais infindáveis estruturas, possam ser erguidas sem exploração do homem e da natureza.

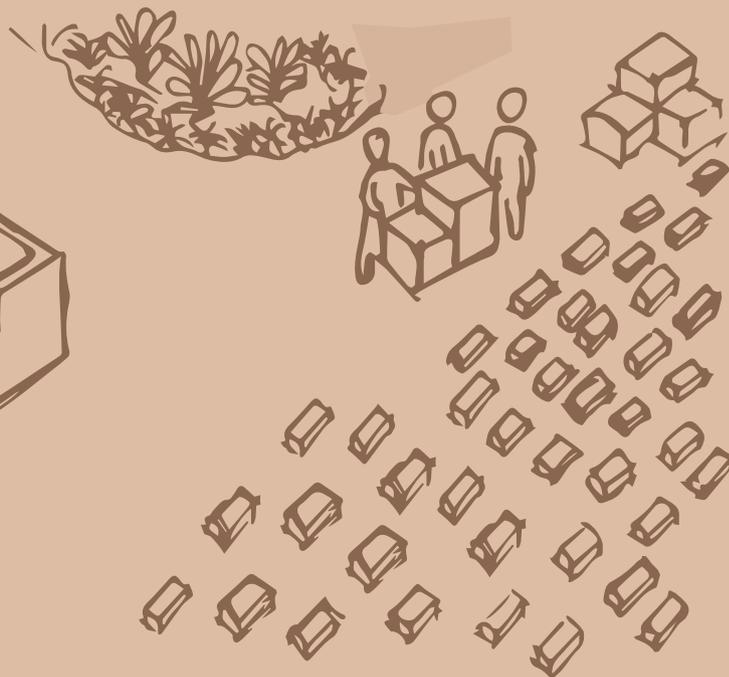
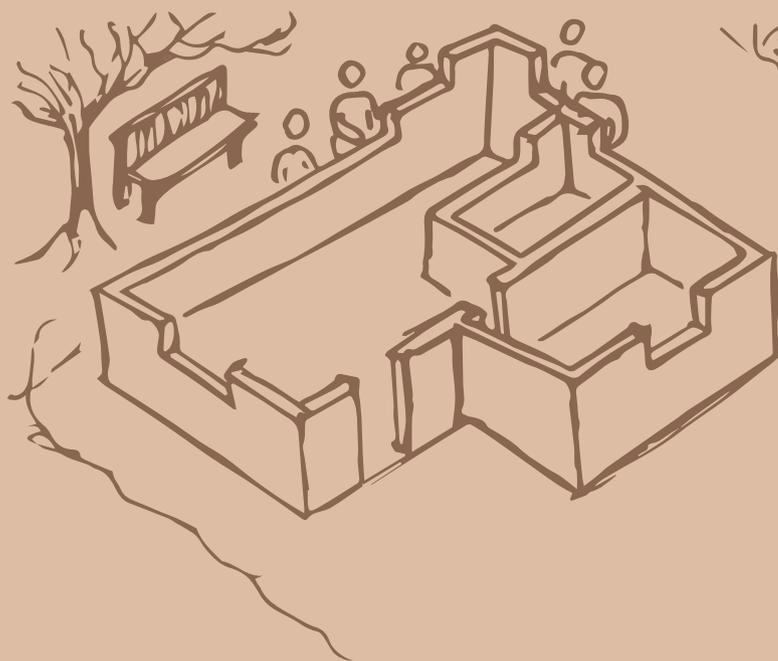
Assim, a construção agroecológica deve se espelhar nas três dimensões da agroecologia:

a dimensão ambiental – que visa a diminuição dos impactos ambientais na extração dos materiais de construção, além da preocupação com a geração de resíduos e com os recursos renováveis;

a dimensão socioeconômica – que busca o compartilhamento local e igualitário da riqueza gerada pela construção, economia no tempo de vida dos trabalhadores e acesso democrático aos meios de produção;

a dimensão cultural – que busca diminuir a invasão cultural, através da crítica a divisão social do trabalho e pela tomada de decisão política em defesa do conhecimento popular.

Apesar da construção agroecológica só de realizar de forma total se respeitados todos estes aspectos, não seria humilde, muito menos realista, não levar em consideração uma fase de adaptação. Afinal, toda grande mudança começa com um pequeno passo. Assim, uma parte importantíssima está na etapa de transição e territorialização destes conceitos, assim como na agroecologia como um todo.



a metodologia camponês a camponês

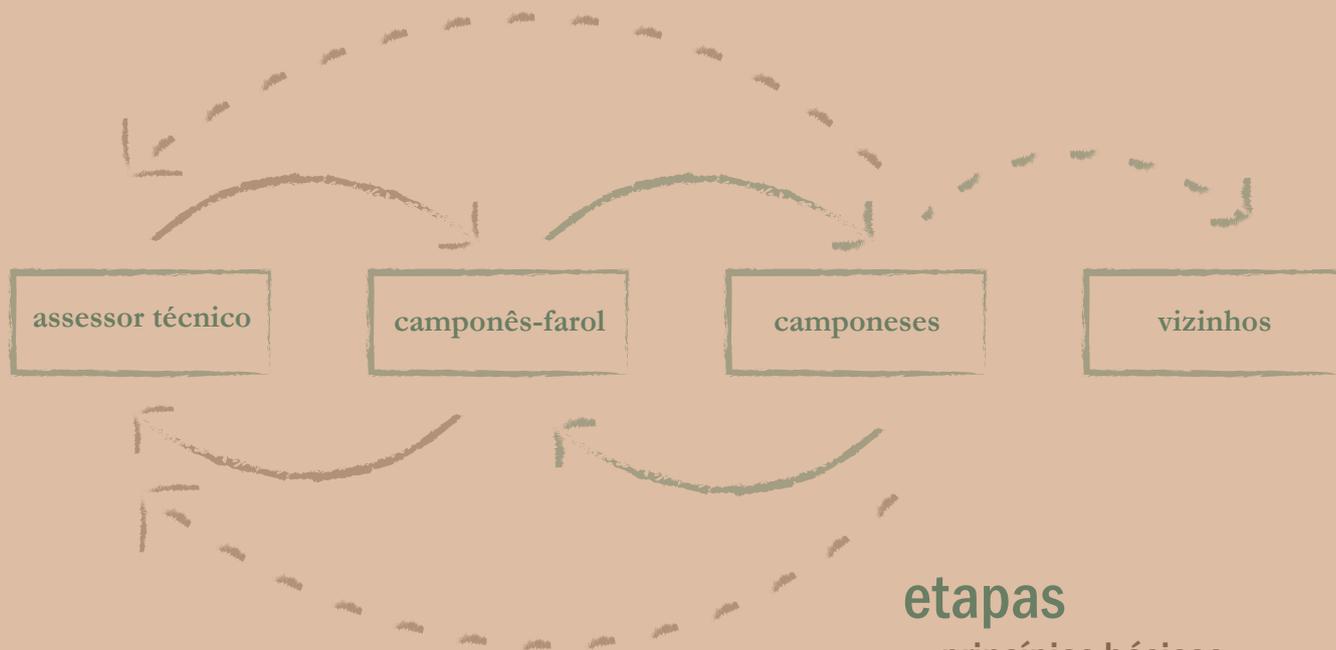


A metodologia Camponês a Camponês tem origem no continente asiático, por volta de 1920, e chega à América Latina cinco décadas depois. Até 1990 houve um momento de difusão destas ideias nas zonas rural de diferentes países da América Central. Até que, em 1997, a metodologia chega à Cuba, onde passa a se consolidar enquanto Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês. Assim, a metodologia pode ser aperfeiçoada e impulsionada para toda a América Latina e para o Caribe, tornando-se referência universal para o processo social de transição agroecológica.

O modo de fazer desta metodologia é avessa ao modelo convencional de assistência técnica rural, caracterizado pelo técnico como “detentor do conhecimento” e dos camponeses apenas como “receptores de instruções técnicas”.

sujeitos

relações horizontais e verticais



A proposta de trabalho busca colocar a família camponesa como protagonista da transformação de sua própria realidade. Assim, contém uma abordagem que considere a criatividade, o conhecimento local, a inovação e a potencialidade da inteligência camponesa. Portanto, não possui uma receita a ser seguida, apenas princípios e etapas básicas.

Um dos aspectos mais relevantes para o funcionamento desta metodologia é a relação entre técnico e camponês. Para isso, buscando superar relações domesticadoras, são estabelecidos processos horizontais e verticais de troca de conhecimentos e experiência, como mostra o esquema acima. Assim, é possível compreender a potencialidade de massificar a transição agroecológica para fortalecer a autonomia camponesa.

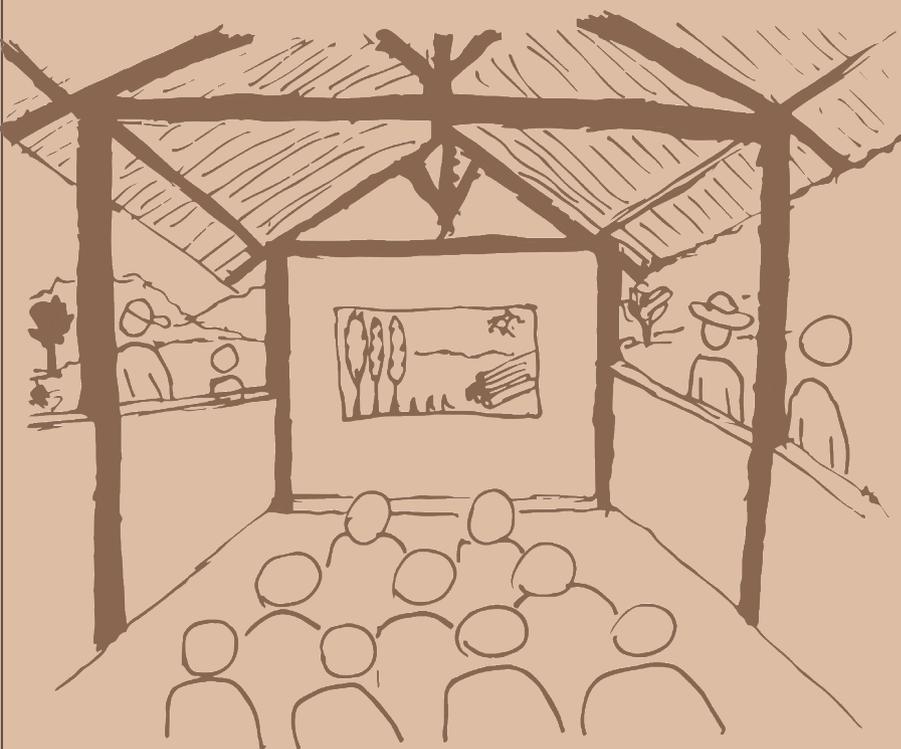
etapas

princípios básicos

- 1 começar devagar e pequeno
- 2 limitar a introdução de tecnologia
- 3 alcançar resultado rápido e visível
- 4 experimentar em pequena escala
- 5 desenvolver efeito multiplicador

1 começar devagar e pequeno

vista-me devagar que estou com pressa



O caminho a ser percorrido através da metodologia possui três fases gerais: a problematização, a experimentação e a promoção/multiplicação das práticas.

O início é sempre o mais complicado, ainda mais quando há a consciência de que o trajeto é longo e cheio de interferências. Porém, também é no início que está uma das fases mais cruciais, o primeiro contato. Como começar? Por onde?

Bom, para iniciar um caminho é importante saber aonde o pé vai pisar. Observar e planejar com cuidado para que a fundação esteja sólida e bem feita para sustentar toda a prática que se inicia. Devagar porque a pressa atropela etapas, pequeno porque a ambição e a sede de grandiosidade já são parte do discurso dominante – que produz exatamente o contrário do que se almeja aqui.

Este princípio objetiva, portanto, facilitar a autoavaliação do processo que se inicia, a reflexão e a correção/ajuste das ações preliminares. Etapa imprescindível, por ser um momento muito frágil, onde as relações ainda estão sendo criadas. Por isso começar devagar é fundamental, é um processo que só há de ser bem feito, se pensado cuidadosamente.

O primeiro passo deve partir do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), para identificar os problemas e planejar as etapas futuras. Neste sentido, é importante dizer o óbvio: cada caso é particular. Esta cartilha não pretende desenvolver um receituário de instruções técnicas para arquitetos-urbanistas e engenheiros replicarem em quaisquer realidades. Assim, a análise da realidade deve ser feita a partir dela mesma. Mas como produzir este diagnóstico? E como fazer com que ele realmente reflita os problemas reais?

Os problemas do ambiente construído são tão comuns que, muitas vezes, passam despercebidos. Assim, será preciso que este processo de problematização esteja aliado a um processo de conscientização das condições ideais de um habitat verdadeiramente digno e saudável, que represente os princípios da agroecologia!

Assim, poderão ser utilizadas algumas ferramentas da educação popular, como: demonstração de recursos audiovisuais (filmes, curta-metragem, matéria de televisão, dentre outras possibilidades) para o entendimento do contexto dos problemas gerais do planejamento e produção do habitat camponês, apresentando os malefícios do chamado “construnegócio”. Assim, poderá ser debatido o contexto local com o grupo, a fim de colher informações sobre como se deu o processo, no caso de assentamentos já consolidados, ou como almeja que se consolide, no caso de assentamento em processo de implementação. Assim, poderão ser definidos os problemas e suas possíveis soluções.

Esta etapa dura o tempo que for necessário para consolidar a compreensão do território, quais suas condicionantes e necessidades particulares. Porém, caso se postergue mais que o previsto, é necessário iniciar a segunda etapa conjuntamente. Assim, já será possível desenvolver algumas atividades práticas que motivem a participação e o estimulem a formulação de estratégias para a produção do que esteja sendo almejado.

atividades

e instrumentos da educação popular



2 limitar a introdução de tecnologias

mais vale uma ideia na cabeça de cem, do que cem ideias na cabeça de um



Não vale a pena introduzir a construção agroecológica em sua totalidade de uma só vez goela a baixo, porque, dessa forma, ela já deixaria de ser o que é proposta para ser. Por isso o termo “limitar” a introdução de tecnologia. Se trata apenas de dosar a quantidade de novas informações e novas práticas que serão introduzidas no processo de transição agroecológica. Se atentando para não invadir culturalmente de forma desproporcional.

Assim como na etapa seguinte, é importante respeitar o processo. Sondar o que já existe, aperfeiçoar e consolidar esta inovação, intercambiando estes conhecimentos internamente dentre os camponeses. Para posteriormente, inserir novas soluções.

A partir da problematização, deve-se incentivar a busca por soluções que estejam alinhadas com os princípios agroecológicos. Nesta etapa, primeiro é importante mapear quais solução já existem, ou seja, quais camponeses já possuem experiências que possam contribuir positivamente para o processo. Nesta fase também se faz necessário identificar a cultura construtiva local e como ela pode ser útil na resolução do problema de planejamento e produção do território em questão. A partir disso, as atividades voltam-se para o aperfeiçoamento destas técnicas e métodos já existentes, utilizando de instrumentos como: visitas e intercâmbios de saberes entre os próprios camponeses.

Tomemos o seguinte exemplo para solidificar bem esta etapa:

Na primeira etapa, num determinado assentamento, foi definido que um dos problemas a ser resolvido é a falta de tratamento no esgoto doméstico das unidades habitacionais já existentes. Durante a socialização de conhecimentos, foi descoberto que um camponês utiliza o círculo de bananeiras como alternativa de tratamento das águas proveniente da pia e do chuveiro de sua casa. Assim, este camponês passa a ser identificado como um camponês-farol e pode compartilhar seu conhecimento e sua experiência com os demais.



3 alcançar resultado rápido e visível

a palavra convence, mas o exemplo arrasta



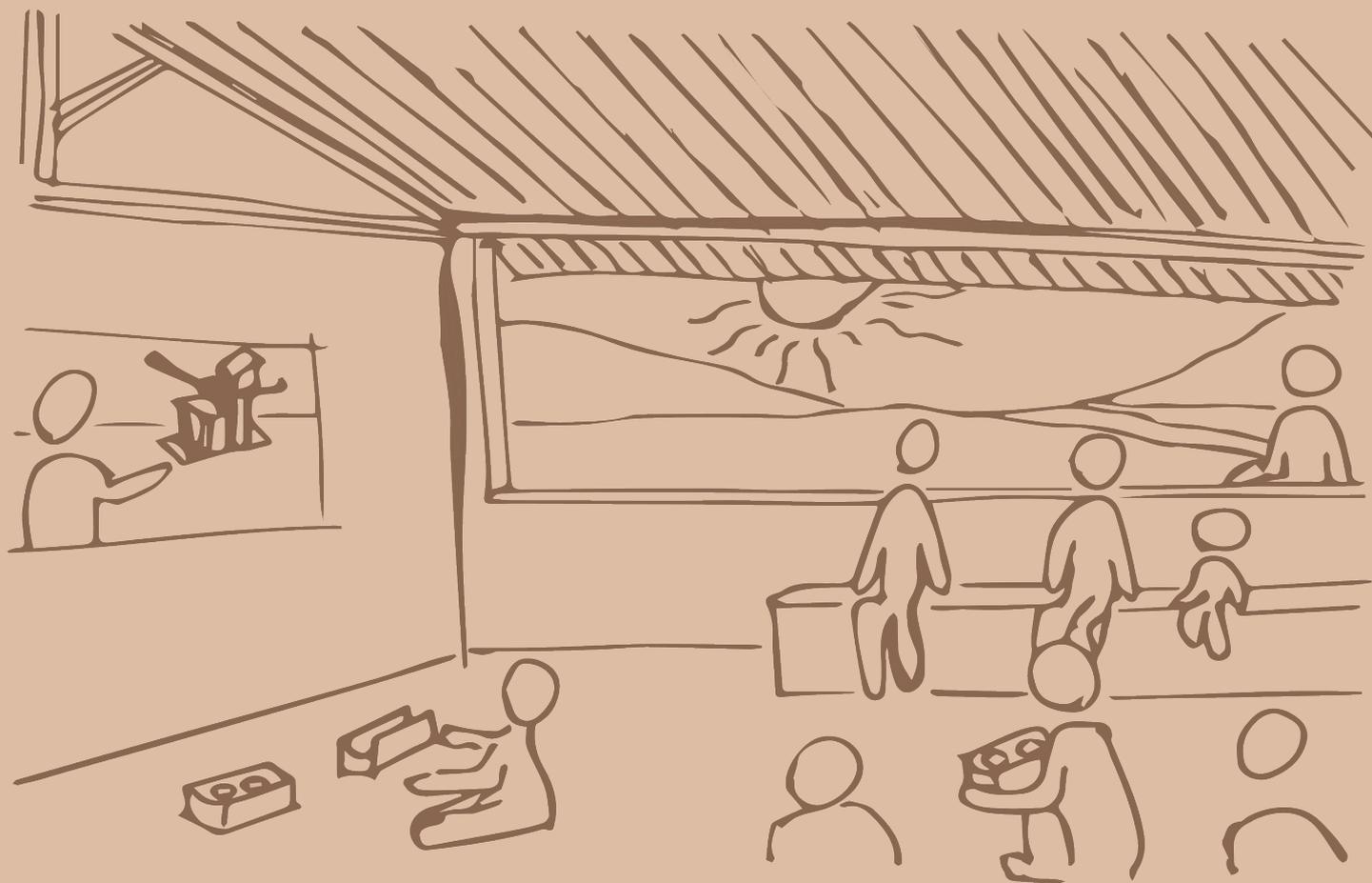
Após a definição de problemas e soluções, é necessário definir as metas e os planos de trabalho. Isso porque, diferentemente da assessoria técnica para a produção agropecuária das famílias camponesas, a assessoria técnica para o planejamento e produção do habitat possui um produto final material durável. Ou seja, não envolve uma atividade que é feita cotidianamente e/ou sazonalmente como em atividades de cultivo. Trata-se de um processo que tem um início, meio e fim, além de análises de pós-ocupação e eventuais manutenções.

Assim, esta etapa visa definir o cronograma e se preparar para o início da parte prática. Significa dizer que, serão sistematizadas as discussões e serão solidificadas as questões práticas a partir de oficinas e capacitações. Nesse momento, é importante definir, além da solução final, uma meta a curto prazo – a nível de experimentação.

Como na etapa seguinte, para facilitar a visualização da aplicabilidade desta etapa, será elaborado mais um exemplo:

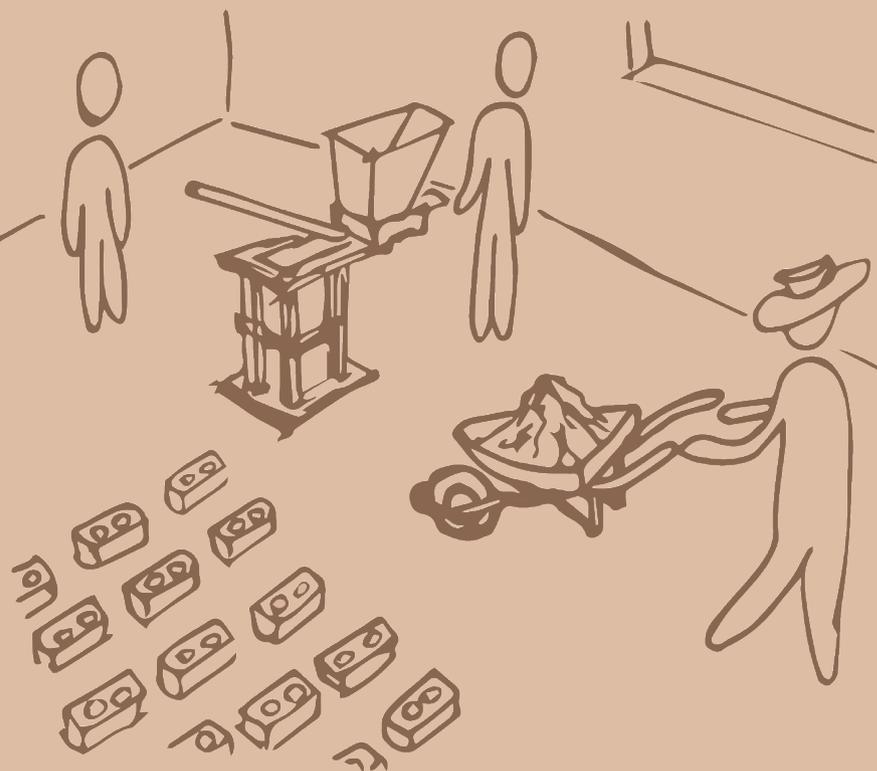
Supondo que em um determinado assentamento está em processo de implantação, a ATES está responsável também pela produção habitacional por autogestão. Na primeira etapa é identificado que alguns camponeses possuem conhecimento e experiência com construção com adobe, sendo esta uma das práticas mapeadas e aprofundadas nas etapas seguintes. Assim, a partir de visitas e novos intercâmbios, que visam ampliar o conhecimento em torno da técnica, é discutida a viabilidade desse processo e as adaptações/melhoramento/racionalização para execução das moradias.

A partir de intercâmbios e visitas externas ao assentamento em criação, é encontrada uma solução nova que carrega ainda algumas características similares ao processo de produção e construção do e com adobe cru: o tijolo ecológico de terra compacta. Durante as discussões entre as vantagens e desvantagens do adobe, foi percebido que o processo de produção poderia ser facilitado e racionalizado, se substituído pelo tijolo ecológico. Já que este material iria manter a maioria das vantagens do adobe, porém, facilitando a produção, por possuir um certo nível de mecanização e diminuição dos esforços. Definido isso, percebe-se a necessidade de algumas oficinas de capacitação e experimentação, para incorporar a cultura construtiva e criar familiaridade com esse novo processo.



4 experimentar em pequena escala

é preciso engatinhar antes de caminhar



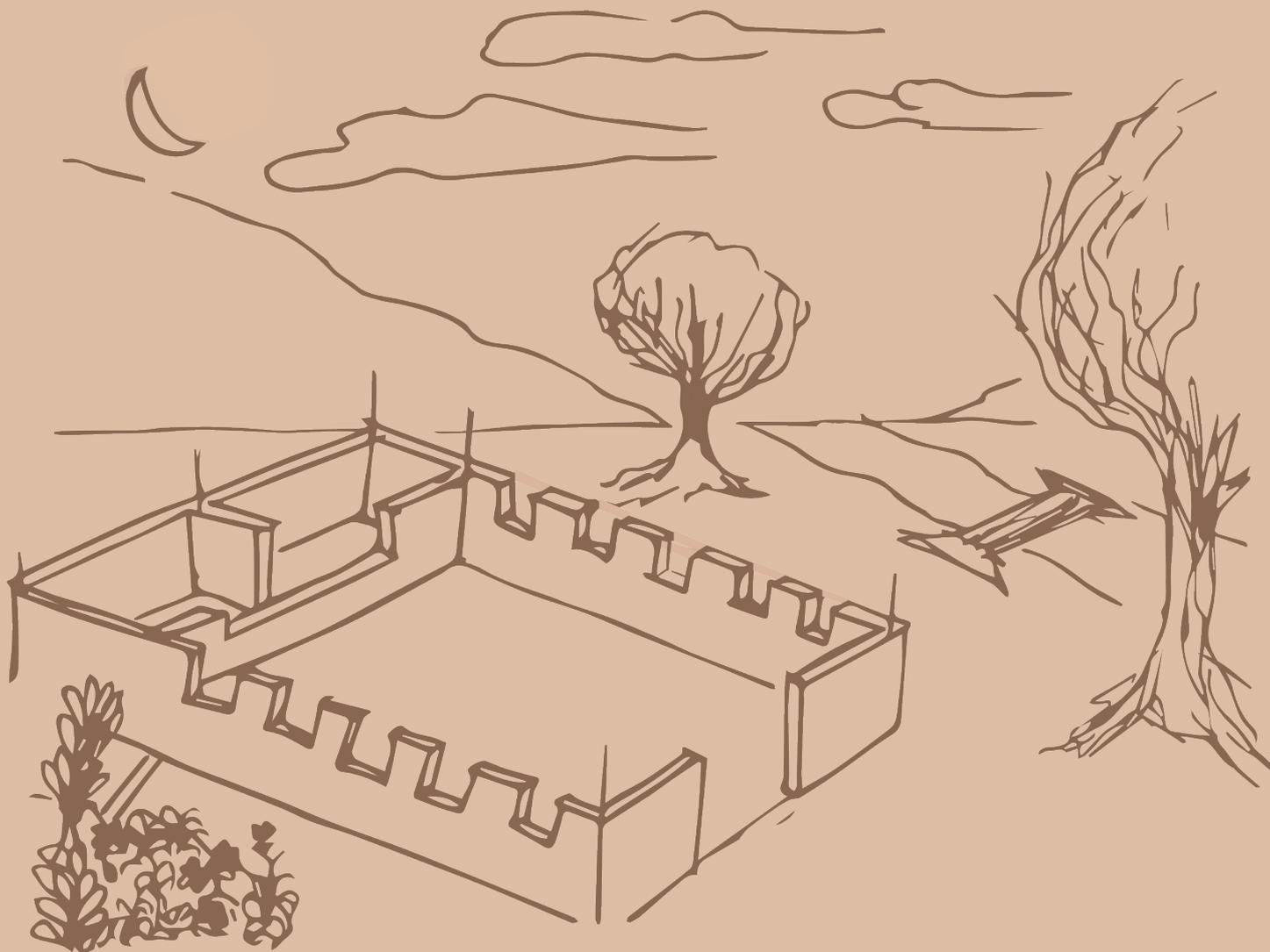
Parece óbvio, mas a pressa atropela o processo. Iniciar experimentando antecipa erros e facilita o planejamento total. Experimentar nada mais é do que comprovar que funciona, pôr o planejamento feito à prova, para poder adaptar a uma nova solução ou não. Assim, os camponeses podem eles mesmo definirem se este processo pode ser adotado dessa forma ou não, ou seja, se a nova tecnologia serve ou precisa de mais adaptações, sendo um experimentador ativo e possibilitando novas inovações.

Essa etapa permite que as receitas genéricas e os pacotes prontos sejam abolidos, já que cada contexto provavelmente produzirá adaptações necessárias as suas particularidades. Assim, proporciona segurança e confiança na tecnologia adotada. Além da “técnica-chave”, é importante possuir outras opções e adaptações a serem testadas neste experimento inicial.

Para exemplificar, continuaremos a falar da situação hipotética anterior:

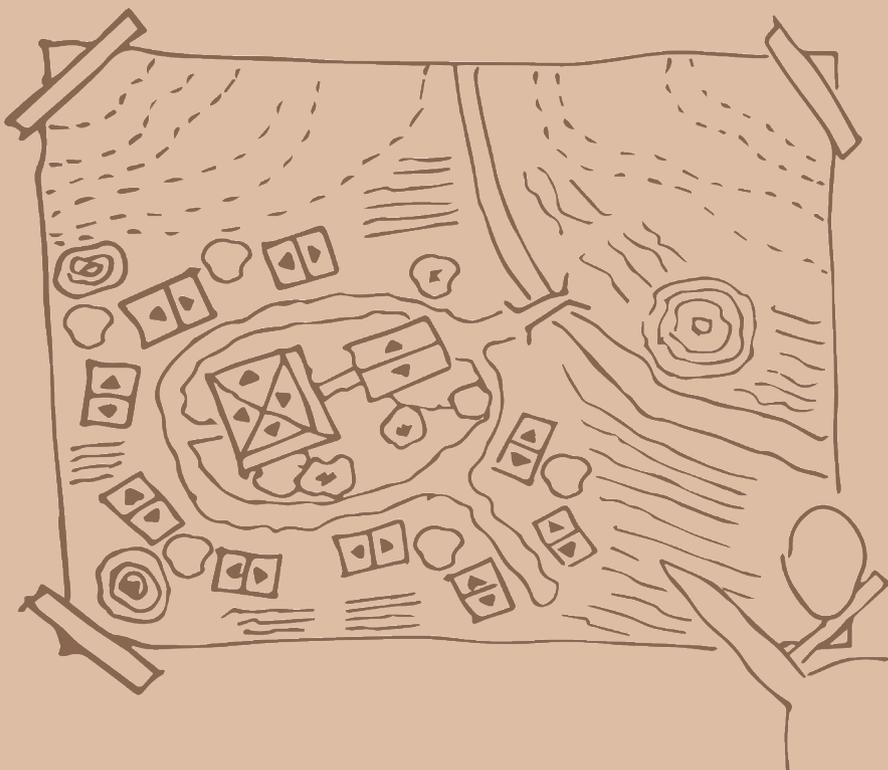
Após as oficinas de capacitação, é hora de experimentar a nova tecnologia do tijolo ecológico. É importante dizer que nesse momento também pôde ser experimentada a produção do adobe cru, para comparar e oficializar o descarte dessa alternativa. Assim como é importante ter outras opções à espera, caso seja definido nesse experimento que o tijolo ecológico não funcione completamente.

Foi definido que o experimento em pequena escala ia ser feito na construção coletiva da sede da associação, ao invés de experimentar já na construção das casas. Assim como a escolha do material e das técnicas (até das não citadas como a definição dos elementos de esquadria, de cobertura, dentre outras), esse momento de experimentação também serve para compreender como será o processo construtivo e a autogestão da obra. Assim, quando finalizado o processo, é necessário fazer os ajustes necessários para partir para a próxima etapa.



5 desenvolver um efeito multiplicador

quando o camponês vê, ele acredita



Chegamos à última etapa. Porém, isso não significa necessariamente a finalização do processo ou da atuação da assessoria. Significa dizer que houve um processo de territorialização de práticas agroecológicas, que nesta última fase precisa ser massificada e reproduzida. Transformando, assim, cada camponês em um multiplicador consciente, que além de ser um sujeito ativo na construção deste conhecimento também o compreende com a profundidade necessária.

O efeito multiplicador, assim como outros diversos aspectos desta adaptação metodológica, vai variar bastante conforme os objetivos de cada atuação. A multiplicação pode se referir de forma quantitativa ou qualitativa, reproduzir em quantidade um projeto-piloto elaborado anteriormente ou ampliar a escala do projeto-piloto para uma instalação maior.

Cabe dizer que, o processo não precisa envolver obrigatoriamente a execução de grandes obras como de projetos habitacionais, podendo se enquadrar apenas em um mapeamento de práticas construtivas, um inventário da cultura construtiva local, gerando apenas boletins dos intercâmbios e oficinas. Assim, a multiplicação se faz apenas através do fortalecimento das práticas individuais dos participantes e, também, na construção desta experiência, que pode ser útil para outras realidades.

Importante ressaltar a necessidade de ser elaborado um registro das experiências concluídas até então, seja com formato didático como cartilhas ou produtos audiovisuais ou formato mais técnico através de relatórios, diagnósticos, dentre outros formatos. De forma que este material possa contribuir para alimentar processos parecidos em outros territórios. Assim, é extremamente necessário que as atuações estejam interligadas em rede, para possibilitar a comunicação e os intercâmbios externos em diferentes escalas: municipal, estadual e, até mesmo, nacional.



reflexões finais

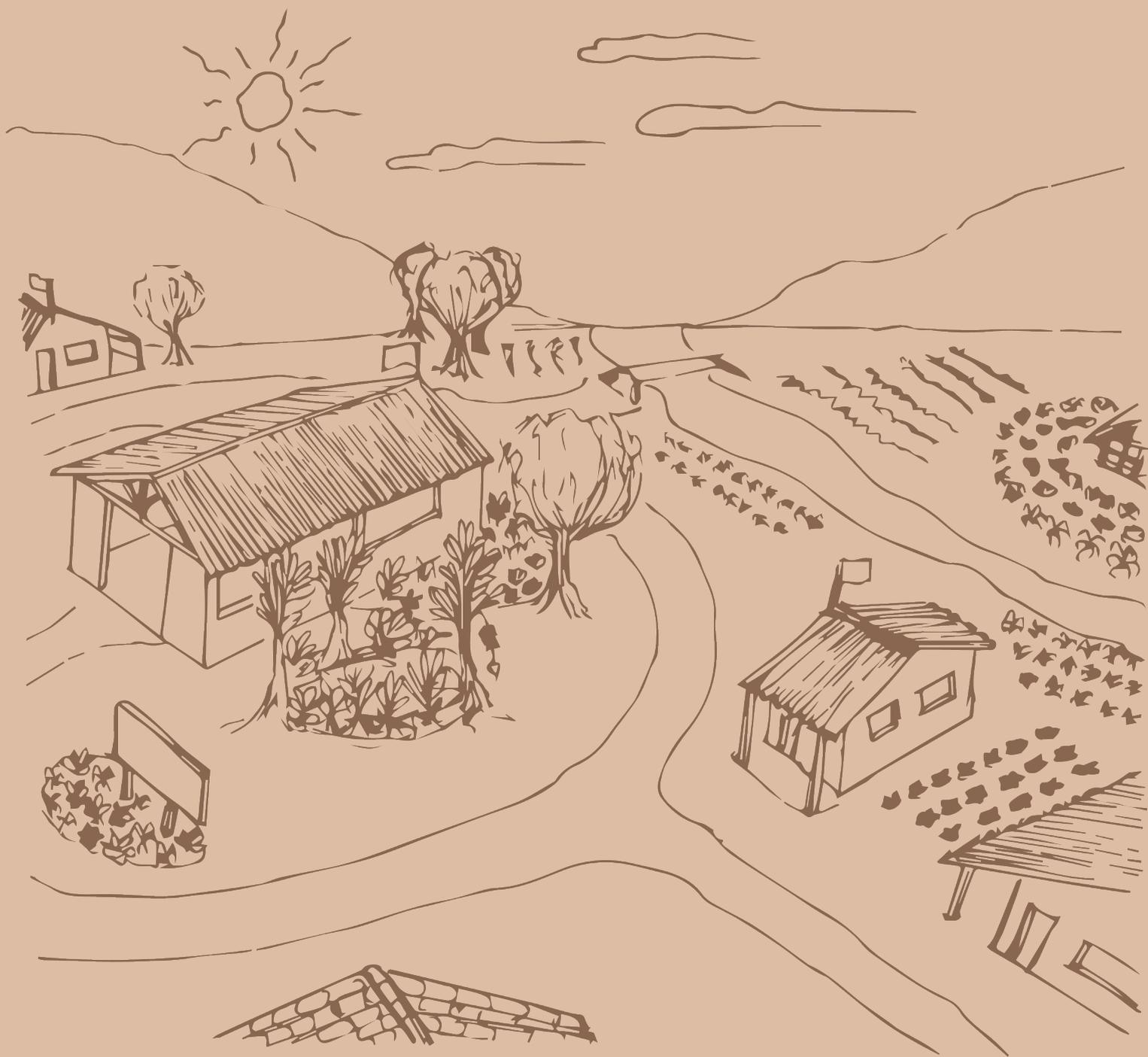
todo camponês é um pouco construtor

Essa cartilha é resultado da pesquisa sobre a metodologia Camponês a Camponês e a adaptação teórica dela para o planejamento e produção do habitat rural e a territorialização da construção agroecológica. Assim, de caráter exclusivamente teórico, é um trabalho preliminar que necessita ser posto em prática. De forma que sejam feitas as experimentações necessárias e prováveis revisões.

A intenção da elaboração está fundada na difusão deste campo para a Arquitetura e Urbanismo. Tanto através dos próprios sujeitos internos a esta área do conhecimento, quanto dos já inseridos no campo e na luta por terra, para que estes possam reconhecer esse profissional também como um possível aliado. A cartilha em si, portanto, representa um instrumento de disseminação. Assim, o trabalho de pleitear espaços e possibilidades de atuação como essa torna-se mais fácil, pela acessibilidade e síntese da proposta.

Assim, a ideia central não está em estabelecer uma conclusão fechada acerca da atuação desse profissional e sim, abrir espaço para que esta atuação passe a ser vista como possibilidade, e assim, a ser discutida e experimentada. Ou seja, se trata de expor as potencialidades desse trabalho para que possa ser experimentada na prática e, também, incluída na formação. Já que, de forma geral, a construção do currículo de graduação em Arquitetura e Urbanismo estão alheios às questões do campo, das relações campo-cidade e do planejamento e produção dos habitats para os povos do campo.

Que esta cartilha se transforme em instrumento de luta! Pela construção de habitats dignos e saudáveis!



referências

CAETANO, P. A. R.; OLIVEIRA, R. E. de; FRANCO, F. S.; FERREIRA, K. C.; SOUZA, F. A.; RABANAL, J. E. M. Metodologia Camponês a Camponês: um caminho para a transição agroecológica no Território Sul Sergipano. In: **Cadernos de Agroecologia**, IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, vol. 10, nº3, 2015.

CALDART (org.). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, C. N. de; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política Nacional de Ater. In: **Texto para Discussão 2343 – IPEA**, Brasília, out. 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2343.pdf. Acesso em: julho, 2021.

CERQUEIRA, M. C. T. de. **A assistência técnica nos habitats do MST e o papel do arquiteto e urbanista**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2009.

CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). **Caderno de Cooperação Agrícola Nº 10 – O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento**. São Paulo: maio, 2001. Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-cooperacao-agricola-no-10-o-que-levar-em-conta-para-a-organizacao-do-assentamento-a-discussao-no-acampamento/>. Acesso em julho, 2021.

BARROS, F. T. **Formação profissional dos trabalhadores da construção civil: o canteiro de obras e a emancipação social**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

BARROS, F. T. Por uma construção também agroecológica. In: MAZIN, A. D.; NOVAES, H.; PIRES, J. H.; LOPES, J. A. (orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia - v. 2**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8d. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. [1969]

GUTERRES, I. **Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LOPES, J. M. de A. Nós, os arquitetos dos sem-teto. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo, V. 20, N. 02, p. 237-253, maio de 2018.

PEREIRA, C. S. BARONE, L. A. HIRAO, H. **Assentamentos sob perspectiva do planejamento da infraestrutura e das dinâmicas dos equipamentos públicos**. VII Simpósio Reforma Agrária, Questões Rurais. 2016. 17p. Disponível em: <<https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao1c/assentamentos-perspectiva-planejamento-infraestrutura.pdf>>. Acesso em: set. 2021.

ROSSET, P.; BARBOSA, L. P. **Metodologia “De Camponesa a Camponês à Camponesa a Camponês” e a territorialização da agroecologia**. MST, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/02/17/metodologia-de-camponesa-a-campones-a-camponesa-a-campones-e-a-territorializacao-da-agroecologia/> Acesso em: outubro, 2021.

SERTORI, R. J. V. A inserção territorial cidadã e o habitat da reforma agrária. **Curso de Formação em ATHIS rural – encontro #5**. São Paulo, 2020. 1 vídeo (1:37:45). Disponível em: https://youtu.be/DlRn_pHgZ-A. Acesso em: setembro de 2020.

SERTORI, R. J. V. **Terra, moradia e trabalho: articulações e disputas nos assentamentos rurais do oeste paulista**. Tese (Doutorado em Ciências). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2019.

